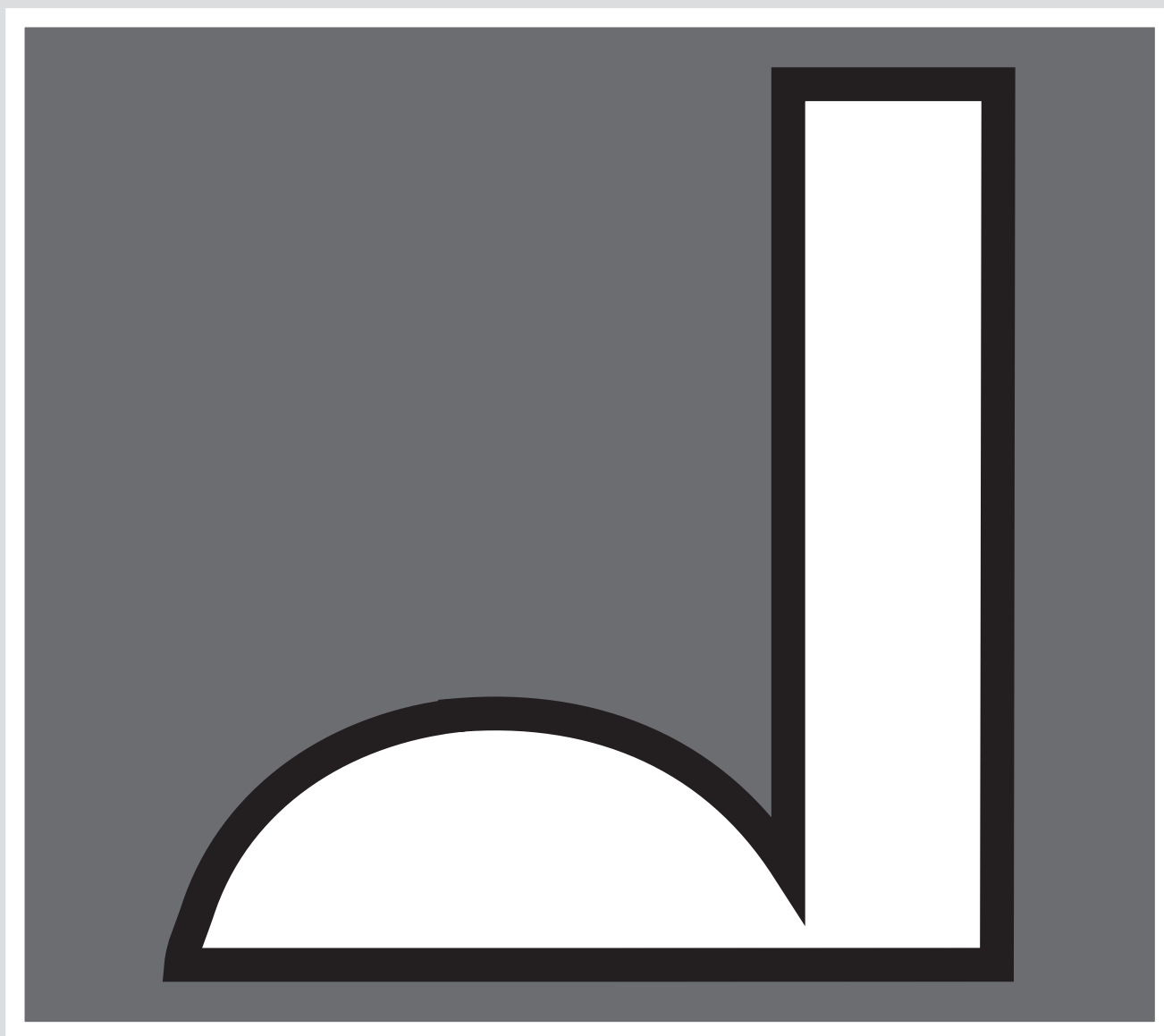




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 016 - TERÇA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2005 -BRASILIA-DF

MESA

Presidente
Renan Calheiros – PMDB – AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – BLOCO – PT – AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB – MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL – PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB – MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL – DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO

Suplentes de Secretário
1º Serys Sihessarenko – BLOCO – PT – MT
2º Papaleo Paes – PMDB – AP
3º Alvaro Dias – PSDB – PR
4º Aelton Freitas – MG

LIDERANÇAS**LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22**

LÍDER
Ney Suassuna

Vice-Líderes
Maguito Vilela
Hélio Costa
Luiz Otávio
Gerson Camata
Leomar Quintanilha
João Batista Motta

LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 22
PT – 13 / PSB – 2
PTB – 3 / PL – 3
PPS – 1

LÍDER – BLOCO
Delcídio Amaral – PT

LÍDER – PT – 13
Delcídio Amaral

Vice-Líderes
Roberto Saturnino – PT
Ana Júlia Carepa – PT
Flávio Arns – PT
Fátima Cleide – PT

LÍDER – PSB – 2
João Capiberibe

Vice-Líder – PSB
(vago)

LÍDER – PTB – 3
Mozarildo Cavalcanti

Vice-Líder – PTB
Sérgio Zambiasi

LÍDER – PL – 3
Marcelo Crivella

Vice-Líder – PL
Aelton Freitas

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 31
PFL – 18 / PSDB – 13
Sérgio Guerra – PSDB

Vice-Líderes
Tasso Jereissati – PSDB
César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB
Rodolpho Tourinho – PFL

LÍDER – PFL – 18
José Agripino

Vice-Líderes – PFL

Demóstenes Torres
César Borges
Rodolpho Tourinho
Maria do Carmo Alves
Romeo Tuma
João Ribeiro

LÍDER – PSDB – 13
Arthur Virgílio

Vice-Líderes – PSDB
Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia
Leonel Pavan
Alvaro Dias

LIDERANÇA DO PDT – 4
LÍDER
Osmar Dias

Vice-Líder
(vago)

LIDERANÇA DO GOVERNO

LÍDER
Aloizio Mercadante – PT

Vice-Líderes
Ideli Salvatti – PT
Maguito Vilela – PMDB
Romero Jucá – PMDB
Fernando Bezerra – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PPS
Marcelo Crivella – PL

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 2, de 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 226, de 29 de novembro de 2004**, que *“institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que trata do apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF, da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que trata do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 16 de março de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 7 de março de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 14ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE MARÇO DE 2005

1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Discursos do Expediente	
SENADOR MÃO SANTA – Defesa de uma nova divisão territorial no país.....	04316
SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Análise econômica sobre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2004.....	04318
SENADORA HELOISA HELENA – Apelo por recursos federais para amenizar a situação de miséria da população do agreste de Alagoas, provocada pelas secas.....	04319
SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Alerta para a situação de calamidade pública que atinge 28 municípios do sertão de Alagoas, em decorrência da seca.	04320
SENADOR PAULO PAIM – Cobra votação da PEC Paralela, pela Câmara dos Deputados. Análise perda salarial dos funcionários públicos.....	04322
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Necessidade de criação das CPI's para investigar o caso Waldomiro Diniz e, para investigar denúncias de corrupção nas privatizações do governo Fernando Henrique.....	04324
SENADOR EFRAIM MORAIS – Situação de calamidade da população de seu estado, vitimada pela seca.	04326
SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Denuncia a existência de <i>site</i> na Internet que convoca os norte-americanos à caça de imigrantes ilegais que cruzam a fronteira México-Estados Unidos.....	04330
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Críticas ao governo Lula.....	04332
SENADOR ALBERTO SILVA – Sugere melhor distribuição para as águas do Rio São Francisco, para solucionar problema das secas no nordeste.	04333
SENADOR TIÃO VIANA – Destaca integração Peru-Brasil com rodovia Bio-Oceânica.....	04334
SENADOR FERNANDO BEZERRA – O Rio Grande do Norte disputará refinaria de petróleo que deverá ser instalada em um dos estados do Nordeste.....	04337
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Francisco Vieira da Paixão.....	04339
1.2.2 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União	
Nº 352/2005, de 25 de fevereiro de 2005, comunicando o recebimento do Ofício nº 83/2005 que encaminha requerimento de informações do Senador Alvaro Dias, e sua autuação naquele Tribunal sob o nº 42630012.....	04339
Nº 363/2005, de 28 de fevereiro de 2005, comunicando o recebimento do Ofício nº 84/2005 que encaminha requerimento de informações do Senador Sibá Machado, e sua autuação naquele Tribunal sob o nº 42630029.....	04340
1.2.3 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional	
Nº 2, de 2005 (Mensagem nº 20, de 2005-CN), que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$1.200.000.000,00, (um bilhão e duzentos milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <i>Estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....</i>	04340
1.2.4 – Comunicação da Presidência	
Estabelecimento de calendário para tramitação da Medida Provisória nº 241, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais), para os fins que especifica.....	04344
1.2.5 – Ofícios	
Nº 3/2005-CN (nº 2004/445, na origem), de 25 de novembro de 2004, do Presidente do Banco da Amazônia encaminhando exemplar do Relatório de Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, no exercício de 2003.....	04345
Nº 145/2005, de 3 do corrente, da Liderança do PP na Câmara dos Deputados, de substituição	

de membros na Comissão Mista que analisará a Medida Provisória nº 240, de 2005..... 04417

Nº 28/2005, de 7 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..... 04417

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Determinação da confecção de nova redação do vencido do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2003 (nº 117, de 2003, na Casa de origem), que “altera os arts. 215, 216, 219, 220 e 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.48, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal”, fazendo constar da cláusula revogatória expressa menção ao inciso III do art. 226 e ao § 3º do art. 231, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, tendo em vista a constatação de inexatidão material nos autógrafos enviados à Câmara dos Deputados do referido Substitutivo, que foi aprovado pelo Senado Federal em 6 de outubro de 2004, e envio à Câmara dos Deputados com os novos autógrafos. 04418

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Vitória do Brasil na Organização Mundial do Comércio por considerar indevidos os subsídios concedidos pelos Estados Unidos aos seus produtores de algodão. 04419

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários sobre matérias dos jornais **Correio Braziliense** e **O Estado de S.Paulo**, e, reportagem da revista **Veja**, desta semana, acerca dos gastos do governo e ações do MST. 04420

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 04434

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 7-3-2005

3 – MESA DO SENADO FEDERAL

Ata da 2ª Reunião, realizada em 3 de março de 2005..... 04437

4 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 13 a 25, de 2005. 04440

5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 34, de 2005. 04446

6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.017 a 1.027, de 2005. 04447

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

8 – SECRETARIA DE COMISSÕES

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 14ª Sessão Não Deliberativa, em 7 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Antes de dar início à lista de oradores, concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, assim que possível, intercalando com os oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Exª será atendida nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, assim que houver intervalo com oradores regularmente inscritos.

Concedo a palavra, por dez minutos, mais dois minutos improrrogáveis, ao eminente Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Srªs e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Paulo Paim, este Congresso é devagar para muitas coisas importantes e apressado para outras que interessam aos poderosos. Precisamos de leis boas e justas. A divisão territorial do Brasil, Senador Tião Viana, é uma lástima. É uma lástima, Senadora Heloísa Helena. Um senador do Piauí, Senador Joaquim Pires, há mais de cinquenta anos, dizia que o Piauí é disforme. Olhem o mapa: é comprido, mais de mil quilômetros; é quase como o Chile. E lá, no mar, onde se abre para os verdes mares bravios, são 66 quilômetros. É disforme.

Ó, Presidente Lula, que viaja tanto, olha o mapa. Veja o dos Estados Unidos, já que agora V. Exª desviou rumo aos poderosos. É equitativo. De um Estado para outro, são aproximadamente 170 quilômetros. E no Piauí, além de disforme, cabem doze Sergipe. Já

há 50 anos, isso era denunciado por Joaquim Pires. Depois, por esse extraordinário constituinte, Senador Chagas Rodrigues, um dos homens mais honrados que passou por esta Casa, que já advertia – está aqui o discurso dele: “Soberana é a Nação e autônomos são os Estados. Não há Federação sem Estados autônomos”.

Depois, tivemos um pesquisador aqui, e o livro de Agostinho Reis, publicado em 1995, sobre a criação do Estado do Gurguéia. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, como pesquisador, quis fundar em São Paulo uma instituição similar à Cepal, e foi lá e pesquisou o Estado do Gurguéia. Já era simpático. Uma vez, até fugi de uma conversação com ele porque ele sabia mais do que eu, que governava o Estado. Então, é como o Nilo, Senador Paulo Paim, mas o Piauí é comprido.

Quando eu governava o Piauí, chegaram ao Palácio centenas de homens montados a cavalo, que haviam saído lá do extremo sul, da cidade de Cristalândia a Corrente, pedindo a divisão. E eu, que não tinha esse poder, achei que era uma mensagem de Deus para trabalhar. Fiz a ponte, consegui eletrificar o cerrado, a linha de 230kW, em São João, Eliseu Martins, Canto do Buriti. Levei a universidade e minimizou, mas agora recrudescer, está insuportável. Eles estão pedindo, e é justo.

Hoje, eu vinha com os prefeitos. Entre eles, o Prefeito de Uruçuí, Deputado Francisco Filho, e seu irmão, José Nordeste. Agora, quis Deus que chegasse aqui ao plenário o nosso homem do Tocantins. Eu disse: “Vou pedir ao Senador Eduardo Siqueira Campos para marcar um encontro entre os senhores e o gênio de coragem e de bravura que conseguiu criar o Estado de Tocantins, Siqueira Campos, pai do nosso Senador. Ele fez até greve de fome. Então, preparem-se, porque, se ele mandar, nós vamos ter de...”

Senador Tião Viana, V. Exª, que é o oxigenado, que é o arejado do PT, que é o flexível, nada de duro, tem firmeza, quero dizer que isso é velho. Na Alemanha, Senador Paulo Paim, Bismarck fez isso. Bismarck foi aquele que disse que política é a arte do possível. Está na hora. Os exemplos estão aí, como o Tocantins,

de que todos nós nos orgulhamos, e o Mato Grosso do Sul. A Constituinte criou esses Estados novos, como Roraima e Amapá, que estão bem.

Então, posso ensinar. Estão aí os prefeitos. Sou orgulhoso de ter sido prefeitinho. Está aí a fraqueza do núcleo duro do Planalto. O melhor deles é o Ministro Antonio Palocci, que, diferentemente dos demais, também foi prefeitinho. Ele é um pouco melhor, pois, em terra de cego, quem tem um olho é rei. O Presidente Lula não sabe o que é uma prefeitura; o Ministro José Dirceu, muito menos. Falo, porque Deus me permitiu continuar, Senador Teotônio Vilela Filho, um projeto muito bem feito do ex-Senador Freitas Neto, que nos antecedeu, de criar Municípios. Quando ele assumiu o cargo, havia 115 Municípios no Estado do Piauí. Ao passar o mandato para mim, existiam 145 Municípios – ou seja, ele criou 30 Municípios. Eu vi que deu certo. Para que mudar? Eu continuei, não por ter mais competência do que ele. Então, nós criamos 78 Municípios, e o Piauí melhorou.

E não é só aquilo que se vê, Senador Tião Viana, V. Ex^a pode verificar que há a praça para namorar. Outro dia, um prefeito inaugurou uma fonte, colocando nela o nome de Francisco e Adalgisa. Fomos namorar lá. Essa cidadezinha, eu criei em 1978. Há ainda as avenidas, as escolas para educar, Professora Senadora Heloísa Helena, além dos hospitais para dar saúde, as cadeias para estabelecer a ordem, os mercados. O essencial é invisível aos olhos. Houve transformações e participação. Deu-se chance a novos líderes – vereadores, vice-prefeitos, prefeitos. Há um exemplo, no Piauí, de uma pequena cidade denominada Jatobá do Piauí, que eu criei; ele é prefeito hoje de Campo Maior, onde os piauienses, em batalha sangrenta, em 13 de março, expulsaram os portugueses. Então é isto: deu oportunidade, manteve-os lá, transformando o povoado em cidade. Evitou-se, assim, que fossem para os grandes centros. A mesma coisa é no Estado. São essas as nossas palavras!

Há um movimento extraordinário, o Deputado Federal Júlio César escreveu um livro, **Um Estado com Vontade de Nascer**. Isso é que é!

E este Congresso, empanturrado de medidas provisórias, não faz leis boas e justas! Essa é uma necessidade. Está aí o exemplo dos Estados Unidos, Lula! O México tem, territorialmente, menos da metade do Brasil. São 35 Estados! Aqui mesmo, Chiquinho Escórcio está imaginando um contorno de Brasília.

Agora, no Piauí, é uma necessidade! Lá é disforme. Olhem o mapa! E nós que andamos naquele Estado vemos quão difícil, Senador Papaléo, é sair lá do mar onde nasci, dos verdes mares do Brasil, com o sol

nos tostando, o vento nos acariciando, para enfrentar mais de 1.200 km e chegar à última cidade!

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem mais três minutos, somando os que estão no painel.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, V. Ex^a descontou o tempo para chegar até aqui?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Exatamente!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – “Atentai” bem, Senador Tião Viana! Deus não abandona! Deus não iria abandonar o Brasil, e muito menos o Piauí! Assim foi quando o seu povo estava escravo, lascado no Egito: e Ele colocou Moisés. Ele colocou Davi para vencer Golias, que humilhava e matava os cristãos. Moisés, para guiar o seu povo! Colocou também o Tião Viana aí, homem arejado, experimentado, um homem que representa o melhor de nossa geração, a última esperança do PT, que está para morrer, o único que pode pegar o brilho de uma Heloísa Helena! No lugar dessas medidas provisórias, vamos fazer leis boas e justas! E uma dessas é esta: repensar a estrutura administrativa do Brasil. Estão aí os Estados Unidos, o México e a Alemanha com Bismarck. Aí, se Lula se aconselhasse com Tião Viana, viesse ouvir os apelos deste Senado, realmente teria alguma perspectiva. Mas o que vimos? Vimos uma inversão total! Senador Siqueira Campos, eu tinha que lhe dar um aparte, porque é filho do pai dessa idéia. V. Ex^a havia pedido há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, o tempo do orador será prejudicado com o aparte!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas, Sr. Presidente, em homenagem ao Siqueira Campos, o inspirador da redivisão territorial, concedo um aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Eu não gostaria de prejudicar V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a não prejudica, Senador Eduardo Siqueira Campos; apenas enriquece.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO) – Senador Mão Santa, é apenas para dizer a V. Ex^a que o tema requer uma reflexão profunda desta Casa. O Mato Grosso, dividido, resultou em 906 mil Km²; o Estado do Pará, em mais de 1.200 Km²; o Tocantins, dividido, tem 282 mil Km². Ou seja, algumas regiões no País são absolutamente inadministráveis. V. Ex^a tem razão quando trata deste assunto que motivou a instalação de uma comissão de redivisão territorial, na

Câmara dos Deputados, em 1974, quando seu colega de Governo, Siqueira Campos, abordou o tema.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Que aquele Espírito Santo que entrou em Siqueira Campos e lhe deu coragem também a dê ao nosso Presidente e o abençoe, para que ele estude essa redivisão...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa agradece a colaboração exemplar do Senador Mão Santa com o tempo.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, como Líder, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art.14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

A seguir, para uma comunicação inadiável, terá a palavra a Senadora Heloísa Helena.

O Senador Osmar Dias dispõe de cinco minutos, e de mais dois minutos de prorrogação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no ano passado, o Governo comemorou o crescimento do PIB que foi em torno de 5%. Converso com as pessoas na rua, e elas me perguntam para onde foi o crescimento do PIB; quem ficou com esse crescimento.

Olhando-se a massa salarial dos trabalhadores, houve perda do poder aquisitivo dos salários em cerca de 9%. Esse é um dado fornecido pelo próprio IBGE e motivou uma nova postura do Governo em relação a esse Instituto, exigindo que, antes de divulgar os dados, esses sejam levado ao conhecimento dos Ministros e do Presidente da República. Considero isso um risco muito grande, pois os dados divulgados, a partir da análise feita pelo Governo, poderão não ser mais os reais. É muito perigoso isso!

De qualquer forma, o dinheiro do crescimento da economia do País, segundo a análise feita por um economista na semana passada é o seguinte: o PIB cresceu R\$206 bilhões e, desses, R\$100 bilhões referem-se a impostos. Portanto, metade do crescimento do PIB ficou com o Governo. Se buscarmos o porquê de esse crescimento do PIB ter acabado nas mãos do Governo, encontraremos a resposta no fato de que estamos, a cada ano, acrescentando na carga tributária brasileira em média 1% em relação ao PIB, ou seja, a cada ano, pagamos em relação ao PIB 1% a mais de tributos. Tanto é assim que a carga que, em 1998, era de 29% em relação ao PIB passou a ser de 37%, no ano de 2004.

Pois bem, se o crescimento econômico não está ficando com a população e sim com o Governo, era de se esperar que o Governo investisse mais na infraestrutura do País, investisse mais nas universidades. E já falei bastante sobre infraestrutura, sobre o fato

de que o Governo não tem investido suficientemente para a melhoria das estradas e para a modernização dos portos. E isso está estampado hoje em todos os jornais. Voltarei a falar sobre o assunto ainda esta semana, porque o problema preocupa o sucesso da comercialização da safra, que já se iniciou.

Foi feita uma análise, em **O Estado de S. Paulo** de ontem, pelo ex-Reitor da USP professor Roberto Leal Lobo. Em duas frases, ele fala o que pensa sobre a reforma universitária: “Os recursos a mais para as universidades federais que estão sendo anunciados pelo Governo não passam de propaganda. Passaram um ano ouvindo a sociedade e fizeram um projeto sem incluir nada do que lhes foi sugerido”.

O que o professor Lobo está dizendo é o seguinte: o Governo anunciou que estava aumentando de 70 para 75% os recursos para as universidades federais em relação ao Orçamento total liberado para o MEC; só que essa elevação de 70 para 75% cresce sobre uma base menor. O professor Lobo diz claramente que o Orçamento de 2004 para as universidades chegou a ser de R\$7,99 bilhões e, agora, será de R\$5,3 bilhões. Então, o crescimento de 70 para 75% do Orçamento se refere a 75% de um número menor, que é R\$5,3 bilhões. Então, o total de recursos que o Governo vai liberar para as universidades brasileiras é menor do que liberou em 2004. Houve, portanto, um corte.

Cortou para a reforma agrária; cortou para as universidades; cortou para a cultura; cortou para a educação em geral. Então, é de se perguntar o que está sendo feito com esse dinheiro arrecadado pelo Governo, no ano passado, que foi maior do que o arrecadado em 2003, de R\$100 bilhões? Ou seja, o Governo ficou com metade do crescimento do PIB. Isso não representou mais investimentos nem no setor de infra-estrutura nem no campo social. É a pergunta que fica, Sr. Presidente, já que meu tempo encerrou-se.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda dispõe de dois minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Confundi-me com aquele equipamento novo. Pensei que aqueles dois representavam os meus dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda dispõe de mais dois minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Quero continuar meu pronunciamento para falar sobre o que afirmou o Secretário Executivo. Seria até injusto se não observasse.

O Secretário Executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad, contesta os cálculos feitos pelo ex-Reitor da USP, Roberto Leal Lobo e Silva, ao dizer que o Ministério da Educação terá este ano um orçamento maior, que chegará a R\$7,8 bilhões. Não

contesta o que disse o Professor Roberto Leal Lobo e Silva no que se refere a investimentos na universidade. Na relação real/aluno houve uma queda de R\$4,00 para R\$3,00 por estudante. Significa que há, sim, uma queda de recursos do que o Governo está disponibilizando para a educação superior. A grande reforma que precisa ser feita, a reforma da educação, refere-se ao ensino básico, ao ensino fundamental, que precisa ter uma proposta, principalmente de melhoria da qualidade e, sobretudo, das condições de trabalho dos professores que precisam de treinamento permanente para oferecerem um ensino básico e fundamental de qualidade, além de aprovarmos o projeto da Senadora Heloísa Helena, que torna obrigatória a educação de 0 a 6 anos – isso é fundamental –, uma emenda constitucional que torne obrigatório o ensino nessa faixa etária, porque aí é que está a base da formação, e sobretudo se quisermos formar cidadãos de verdade neste País.

Essa é a grande reforma que pode ser feita na Educação Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT– AC) – Agradeço ao nobre Senador Osmar Dias, que falou como Líder do PDT.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, a Senadora Heloísa Helena, que terá cinco minutos e mais dois minutos improrrogáveis.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Senador Osmar Dias, essa história de cortar o microfone, trancando a fala, ficou muito estranho aqui no plenário do Senado, mas tudo bem. Sr. Presidente, Senador Tião Viana, V. Ex^a me avisa do tempo e farei o impossível para garantir que não o ultrapassarei.

Quero agradecer a referência que o Senador Osmar Dias fez sobre a PEC da obrigatoriedade do ensino de crianças de 0 a 6 anos. E espero, espero muito mesmo, que esse projeto, que tem como Relator o Senador Tião Viana, seja votado amanhã, porque aqui, Senador Osmar Dias, às vezes há uma certa picuinha, ou desrespeito, ou sei lá que adjetivo a ser usado, mas espero que realmente essa PEC seja apreciada amanhã.

O fato de eu ser Oposição ao Governo não lhe dá legitimidade – por mais que pense ser dono do reinado, porque para eles este é o Reino do Brasil –, autoridade de obstaculizar a tramitação dessa PEC, que é fundamental, especialmente para as mulheres pobres, estas, sim, precisam e muito, principalmente amanhã no Dia da Mulher, porque coincidentemente, em função das medidas provisórias, acabará tendo que ser votada amanhã. Então, espero que o Governo não faça nenhum jogo político sujo de obstaculizar a

votação dessa PEC simplesmente para fazer perseguição política.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, sei que o Senador Teotonio Vilela Filho também falará sobre isso, com mais tempo do que eu porque está inscrito. Além disso, S. Ex^a também foi o autor de uma proposta de que a Bancada de Senadores de Alagoas pudesse no sertão discutir com toda a população – não apenas com Prefeitos e Vereadores, mas com a população de uma forma geral – uma situação gravíssima em que se encontra o meu querido sertão das Alagoas.

Eu, como sertaneja, de uma forma muito especial, sei que não é uma situação só do sertão de Alagoas. A Zona da Mata, o Agreste, o Baixo São Francisco – Alagoas, de uma forma geral, reproduzindo a situação de dor, de sofrimento, de desestruturação de parques produtivos inteiros, como está ocorrendo no Brasil – vivenciam igual sofrimento. Mas, no caso do sertão de Alagoas, ele passa a ter uma particularidade absolutamente perversa porque esses Municípios alagoanos que estão vivenciando uma situação de miséria, desemprego, empobrecimento, fome, suicídio, assassinatos, estão justamente numa região sertaneja – pasmem – bem pertinho do rio São Francisco.

Então, imaginem como nos sentimos ao identificar essa cantilena do Governo Federal em fazer a transposição do rio São Francisco, uma farsa técnica e uma fraude política, quando a poucos quilômetros do rio São Francisco está uma situação gravíssima no Estado de Alagoas.

Sei – e sabemos todos nós – que, em todo governo que se acovarda ao projeto neoliberal, o destino dos pobres passa a ser ou chorar os seus mortos, ou depender da solidariedade das ONGs, da caridade dos cristãos, ou ainda servir de manipulação política daqueles velhos e conhecidos políticos vigaristas que, por meio das cestas básicas ou dos carros-pipa, continuam se perpetuando politicamente no sertão de Alagoas e em vários lugares do País.

Daí a necessidade e o apelo que fazemos mais uma vez ao Governo Federal no sentido de não apenas fazer o reconhecimento, que é obrigatoriedade do Governo, do estado de calamidade pública em que se encontram vários Municípios mas, além disso, garantir os investimentos necessários. Sabemos todos nós – e o Senador Osmar Dias repassava aqui dados públicos, não são criados pelo PDT, pelo P-SOL ou por qualquer Parlamentar da Oposição – que os dados apresentados significam que o Governo não pode reproduzir essa cantilena mentirosa, dizendo que não tem recursos para a infra-estrutura de Alagoas. O Governo Federal tem recursos para infra-estrutura e tem obrigação de fazer investimentos nos açudes, nas adutoras, em

saneamento básico, em moradia popular, em projetos de irrigação, abastecimento humano e animal, porque esses projetos não apenas minimizam a dor e o sofrimento das famílias pobres, mas são mecanismos essenciais para a dinamização da economia local, para a geração de emprego e renda.

Portanto, Sr. Presidente, concluo o meu pronunciamento fazendo mais uma vez um apelo ao Governo, no sentido de que disponibilize os recursos. Não é possível que haja tantos recursos para continuar enchendo a pança dos banqueiros e esvaziando o prato, o emprego e a dignidade das famílias pobres brasileiras, especialmente do sertão de Alagoas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a dispõe de mais dois minutos, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Para falar mal do Governo, sempre aceito de bom grado mais dois minutos, Sr. Presidente. Mas o Senador Teotônio Vilela Filho vai também tratar deste assunto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Concedo a palavra, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos, ao Senador Teotônio Vilela Filho.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, São José da Tapera, no alto sertão das Alagoas, é um dos Municípios com menor IDH do Brasil. É um dos 28 Municípios alagoanos que já decretaram estado de emergência por causa da seca em meu Estado. É um dos 28 Municípios alagoanos que, mesmo sob emergência, não tiveram o decreto reconhecido pelo Ministério da Integração Nacional, porque provavelmente se esqueceram de preencher algum quadro no Complexo Avadan – como é chamado, na burocracia federal, o laudo de avaliação de danos exigido pelo Ministério.

Enquanto isso, os sertanejos penam à espera da providência que nunca por chega parte do Ministério da Integração Nacional, por parte do Governo Federal. Padecem com o fantasma da fome, da sede e da perda do rebanho.

Tem-se tornado comum, Sr. Presidente, nas últimas semanas, a publicação de manchetes nos jornais do meu Estado, mostrando a situação de penúria a que está submetida a população das áreas mais afetadas pela estiagem.

Nesse contexto, cabe ressaltar o caso de suicídio do agricultor José Rosa Soares, morador da zona rural de São José da Tapera. Aos 43 anos, Zé Rosa avisou à mulher e aos filhos que faria uma viagem e que não precisavam esperá-lo. Ele já vinha reclamando, Sr. Presidente, da calamidade provocada pela seca havia vários dias. Saiu de casa na madrugada da caatinga, caminhou até o poço seco, que já não abastecia a família, tomou veneno e morreu.

Contam os jornais que Zé Rosa pensou em viajar, como fizeram e fazem milhares de nordestinos, quando o sol seca e esturrica tudo na caatinga: a roça, o açude, a cacimba e a esperança.

Muitos querem arribar, como muitos outros já arribaram em tempos outros, inclusive o Presidente da República. É a triste partida do homem nordestino, como saída única e capaz de livrá-lo do infortúnio de ver o que o seu coração de pai não suportaria: o sofrimento dos filhos e a perda de tudo o que conseguira a muito suor e trabalho. A vida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, muitas vezes não tem tempo para formulários. E mesmo a esperança que tudo espera, às vezes, desespera com a burocracia.

Apesar de todas as limitações de recursos humanos, a Prefeitura de São José da Tapera talvez atenda às infundáveis exigências burocráticas do Ministério da Integração. O que não se sabe é quando o Ministério, do alto de seu zelo burocrático e de sua insensibilidade social, reconhecerá o que os jornais reconhecem, os sertões sofrem e os nordestinos choram: é seca. Com decreto ou sem decreto, com Avadans ou sem Avadans, é seca.

Como na música, outubro passou, novembro e dezembro também. O sertanejo olhou as barras do horizonte, mas barra não tem. Como na música do velho Luiz Gonzaga e de Patativa do Assaré, a chuva não veio. Como na vida, março já vai alto. Daqui a poucos dias, já teremos o dezanove de março, a data emblemática e limite para os sertões. A Senadora Heloísa Helena conhece muito bem essa data, porque no calendário do clima é a passagem do equinócio de verão. No calendário de esperança do sertanejo, é o Dia de São José, a derradeira data para esperar a chuva e a lavoura. Mas março já vai alto, no sertão inteiro o verde já se foi, o tempo secou, a terra rachou. Mais que um prenúncio inquietante, parece uma sentença terrível. É seca. É seca como há anos não tivemos, pois grande parte de açudes e barragens arrombou, no ano passado, com as chuvas mais intensas nos últimos 90 anos. É seca como desde o ano passado se previa. É seca como há muito se temia. Só o governo não enxergava.

Em Alagoas, já são 28 Municípios em estado de emergência. No Nordeste inteiro, são mais de 500, embora o Governo Federal possa argüir, com nenhuma razão, que o número não é esse. A lei atual exige que o estado de emergência precisa ser decretado pelo prefeito do município, referendado pelo Governador do Estado e reconhecido, ao final, pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Regional. E não há quem arranque desse governo um decreto só de reconhecimento de emergência. Até hoje, dos 500 municípios que decretaram emergência em todo o Nordeste, um somente conseguiu arrancar o reconhecimento. Agora a seca se reduz por decreto. Pode acabar o mundo, para esse Governo só existe seca se o Diário Oficial admitir.

Na semana passada, reuniram-se em Campina Grande, na Paraíba, estudiosos de climatologia de todo o País e concluíram que a região terá, nos próximos anos, chuvas inferiores à média histórica. A redução, este ano, poderá chegar a mais de 50% em relação à média. Este é um eufemismo técnico para se referir ao que todo nordestino conhece e sofre como seca.

E a seca está apenas começando. Todos os institutos de pesquisa do clima previram o que já se confirma: entre os meses de fevereiro e maio, haverá uma estiagem acentuada no Nordeste e enchentes no Sudeste. Tudo consequência direta do fenômeno El Niño, como é chamado o aquecimento anormal das águas do Pacífico. Mas este Governo já entra no terceiro ano sem que tenha uma só proposta consistente para permitir ao nordestino a convivência menos traumática com a seca, Senador Mão Santa.

Nada do que se ouviu até agora permite otimismo. O programa de um milhão de cisternas no semi-árido construiu poucos milhares – para ser mais preciso, em torno de cinquenta mil cisternas, 5% do total previsto para quatro anos –, ou seja, já vai muito e muito atrasado o programa das cisternas. O que saiu dependeu mais da contribuição da Federação Brasileira dos Bancos, a Febraban – quem diria? –, que do próprio Ministério da Integração Nacional. Dependeu mais de financiamentos internacionais aos Estados que de recursos a fundo perdido do Governo Federal.

A transposição é apenas mais um projeto faraônico de longo prazo sobre o qual me deterei especificamente nos próximos dias dessa tribuna. Mas, a cada dia, esse projeto da transposição parece mais remoto por sua inviabilidade econômica, por sua inconsistência técnica e, sobretudo, pela flagrante contradição de se iniciar uma obra de tal vulto quando outras muito menores, mais urgentes e de efeito mais amplo estão paradas, suspensas ou vetadas por falta de recursos.

A tragédia do suicídio de Zé Rosa acontece exatamente na mesma São José da Tapera, no Estado de Alagoas, que os levantamentos oficiais apontaram como um dos mais baixos IDHs do Brasil. Quando saíram os números, houve uma grande consistência cruzada de socorro ao Município: programas de suplementação alimentar, de construção de casas populares, de abastecimento de água, de saneamento básico e de transferência de renda. O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso foi a São José da Tapera lançar o Programa Bolsa-Alimentação.

O panorama social de São José da Tapera começou a mudar, mas muitos programas, mal começaram, já pararam ou simplesmente acabaram, engolidos pela burocracia do atual Governo ou paralisados por sua revoltante insensibilidade. No referido Município, como em todo o sertão, falta hoje até água de beber em muitas localidades. O Governo Federal não libera os recursos para o carro-pipa. São os Municípios alagoanos, com toda a penúria de seus orçamentos, que estão custeando o socorro da emergência, enquanto o Ministério da Integração confere formulários... Em Alagoas, o Governo do Estado destinou emergencialmente R\$100 mil para carros-pipas. Segundo o cálculo dos jornais locais, foram atendidas 294 famílias, pouco mais de mil pessoas.

Enquanto o Governo manobra o projeto de R\$4,5 bilhões da transposição, todas as obras das adutoras de Alagoas estão paradas, as do Canal do Sertão também. As Prefeituras praticamente não têm carros-pipas para abastecer a população.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Teotônio Vilela Filho, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, lembrando que o tempo já se está esgotando.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Teotônio Vilela Filho, estamos diante do Presidente mais oxigenado do PT. S. Ex^a tem tolerância e sabedoria para ver que o tema é importante. Gostaria de advertir V. Ex^a e de aumentar as suas preocupações. Fui prefeito e Governador do Estado do Piauí em tempo de seca. Atentai bem, Tião Viana! Lula não foi prefeito, nem Governador de Estado. E vai ficar pior! As suas preocupações terão que ser do tamanho do grande líder Teotônio Vilela em sua luta contra Ditadura. Digo isso porque, naquela época, havia a Sudene e departamentos especializados para resolver esses problemas. Lembro-me de um fato ocorrido quando governava o Piauí, para demonstrar como o raciocínio é técnico. É preciso ter sensibilidade política e responsabilidade administrativa, essas duas pernas! Aliás, estas minhas palavras só terão valor se o núcleo duro for sensível e,

nessas mudanças, levar um homem como o Senador Tião Viana para o Ministério da Saúde, porque tem a sensibilidade política, além do conceito que goza na classe médica. Como ia dizendo, Senador Paulo Paim, certa vez fui chamado pelos técnicos. Sabemos que a seca é dramática, traz fome, miséria, e temos que agir com emergência, pois quem está com fome tem que comer, quem tem sede tem que beber! Está até na Bíblia: “Dai de beber a quem tem sede e de comer a quem tem fome”. Mas suspenderam de chofre, abruptamente, aquelas cestas alimentares para os nordestinos, e fui aos técnicos. O técnico puxou o computador e disse: “Choveu no Piauí”. Então eu disse: “Meu amigo, choveu no Piauí, mas daqui até que esse pessoal vá plantar para colher...” Esse é um raciocínio econômico, frio, técnico. Então, o PT precisa urgentemente de pessoas que tenham mais sensibilidade. E estamos diante de dois do melhor esquadrão. Ó, meu Deus, que nessa reforma o Lula se inspire e leve Tião ou Paim para melhorar esse time que está aí!

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Estou muito honrado com o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, apenas para concluir.

Este ano, o Rio Grande do Sul, do Senador Paulo Paim, também está experimentando seca, segundo os jornais. Santa Catarina, pelo que dizem os jornais, também está sem chuvas. A diferença, Senador Paim, é que no seu Estado o problema é sobretudo econômico. Não há uma gigante tragédia social.

Em muitas áreas do semi-árido é o oposto, devido ao alto índice de miserabilidade existente. Sempre impressiona perceber que um único dia de geada no Sudeste causa mais prejuízos econômicos do que um ano inteiro de seca no Nordeste. A economia do semi-árido é tão frágil que uma seca não provoca nenhum desastre econômico, provoca um verdadeiro cataclisma social.

Entretanto, o Governo faz de conta que não é com ele. Não faz nada, e nada propõe. A continuar como está, teremos essas e muitas outras secas. Como nos anos passados, ouviremos as mesmas propostas, os mesmos desabaços. E a televisão nos comoverá com as mesmas cenas de mães que não têm o que dar aos filhos, ou de famílias que se separam, de pais e irmãos em busca de trabalho no Sudeste. Talvez outros “Zé Rosas” apareçam em São José da Tapera, ou Nordeste afora, pois, afinal, ninguém poderá saber o que fará um homem quando não lhe resta esperança, só lhe resta desespero. Uma única cena talvez não se repita, Senador Mão Santa: a do retirante pernambucano que vira Presidente da República, com um discurso que só

ele tem condição de fazer pelo Nordeste, porque só ele conhece e viveu o drama dos nordestinos.

É indiscutível, Sr^s e Srs. Senadores, que o Presidente Lula viveu como ninguém a tragédia da seca. Mas, em dois anos de Governo, ainda não conseguiu lembrar nada ou já esqueceu tudo e talvez até a música do velho Luiz Gonzaga e do Patativa do Assaré. Como na música, outubro passou, novembro e dezembro também. Como na vida, março já vai alto. O sertanejo olha a barra do horizonte, mas a barra não tem, é seca. E todos estão entregues à própria sorte.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa agradece a V. Ex^a.

Concedo a palavra por dez minutos, com mais dois improrrogáveis, ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, antes de entrar no meu assunto, eu gostaria de dizer a V. Ex^a, Senador Tião Viana, que esta semana fui informado de que efetivamente a PEC paralela, obra principalmente de V. Ex^a, será votada na Câmara dos Deputados.

Por uma questão de justiça, sou obrigado a dizer que o Presidente João Paulo também colocou a PEC paralela em votação, tanto que foi votada em primeiro turno a depender de alguns destaques, os quais serão votados nesta semana. Portanto, a PEC vai para o segundo turno.

O Presidente atual da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, comprometeu-se com servidores aposentados e pensionistas no sentido de que efetivamente a PEC paralela será votada. Fico feliz porque percebo que o Presidente anterior e o atual, enfim, trabalham para que essa proposta, que trará um benefício enorme a milhões de trabalhadores, seja, enfim, aprovada.

Sr. Presidente, já que mencionei a PEC paralela e que insisti tanto nesse tema ligado à nossa Previdência pública, novamente abordo um outro ponto que tem a ver com o Ministério da Previdência. Pretendo conversar com o Ministro da Previdência, em agenda já marcada, com o objetivo de discutir o famigerado fator previdenciário.

Trata-se de obra de uma lei aprovada no Governo passado que, infelizmente, reduz muito os benefícios dos trabalhadores que estão para se aposentar. Por discordar desse projeto, apresentei aqui no Senado uma proposta, que já tinha apresentado na Câmara dos Deputados, o Projeto nº 296, de 2003, buscando resgatar a metodologia anterior, que, no meu entendi-

mento, tratava com mais justiça os trabalhadores que já estavam com a possibilidade de se aposentar.

Esclareço, Sr. Presidente, que o salário de benefício – valor-base para o cálculo da renda mensal dos benefícios – consistia na média aritmética simples de todos os últimos salários de contribuição do segurado, até o máximo de 36, apurados em 48 meses. Esse parâmetro passou a consistir em igual média dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo do segurado.

É bom lembrar que, para aquele já filiado à Previdência Social, a contagem dos salários de contribuição terá como termo final a competência julho de 1994. O valor da média dos salários de contribuição, assim apurados, será multiplicado, a partir dessa nova lei, pelo “fator previdenciário”, no caso das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, sendo opcional no caso desta.

Sr. Presidente, o “fator previdenciário” é calculado considerando-se, na data do início do benefício, a idade e o tempo de contribuição do segurado, a expectativa média de sobrevida para ambos os sexos e uma alíquota de 31%, que equivale à soma da alíquota básica de contribuição da empresa, 20%, e da maior alíquota de contribuição do empregado, 11%.

Essas inovações, sob a alegação de adequar o sistema previdenciário aos impactos atuarial e financeiro da evolução demográfica, almejam, de fato, à contenção das despesas com benefícios da Previdência Social, principalmente da aposentadoria por tempo de contribuição, mediante queiramos ou não redução de seu valor.

A depender do grau de formalização do trabalhador e de sua evolução salarial, a ampliação gradativa do período básico de cálculo do salário-benefício acarreta perda enorme em seu valor, tanto para os homens quanto para as mulheres. Elas poderão ter uma perda de 30%, e os homens, em torno de 25%.

Entre as distorções do “fator previdenciário”, destacamos a introdução do critério da idade no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que esse critério tenha sido derrotado, nesta Casa, em nível constitucional. No aspecto social, isso é perverso, pois, ao privilegiar a aposentadoria por tempo de contribuição tardia e punir, drasticamente, a considerada precoce, prejudica, sobremaneira, aqueles que começaram a trabalhar cedo, na maioria trabalhadores de menores rendimentos. Isso quer dizer, Sr. Presidente, que os que entraram no mercado mais cedo, que são os mais pobres, terão que trabalhar muito mais para

não verem reduzidos os valores de suas aposentadorias, ou seja, dos seus benefícios.

De fato, esses trabalhadores certamente não adiarão o início de sua aposentadoria em função dos valores maiores, no futuro, proporcionados pelo tal “fator previdenciário”. Essa premissa é corroborada pela má concessão de aposentadorias proporcionais pela Previdência Social, ainda que com perdas enormes, como eu dizia, de até 30% no valor mensal.

Por outro lado, caso postergassem o início de seu benefício, a redução do tempo de sua duração naturalmente poderia apontar para um valor maior. Mas o que vemos é que quem começa a trabalhar mais cedo, infelizmente, também costuma morrer mais cedo. Então, de qualquer forma, ele é prejudicado.

Enfim, a implantação progressiva do “fator previdenciário”, em cinco anos, leva uma perda enorme para homens e mulheres.

Sr. Presidente, eis aqui um cálculo que fiz para tomar como exemplo. A aplicação do fator previdenciário no caso, 0,514 sobre a média dos salários de contribuição de determinada segurada implica uma redução de 48,6% no valor de sua aposentadoria.

Estou aqui citando dados e números e tenho certeza de que grande parte das pessoas que estão em casa nos assistindo não estão entendendo. Isso é o “fator previdenciário”. Infelizmente, há casos em que a perda é de 50%; em outros casos, ela é de 30%. Conforme o caso, ela pode diminuir para 25%. Isso dependerá de quando a pessoa começou a trabalhar, da sua perspectiva de vida, da perspectiva do tempo de contribuição. É feito, então, um cálculo para apontar o que o segurado poderá receber.

Trata-se uma engenharia muito bem montada. Para a população entendê-la, eu teria de dizer que o “fator previdenciário” é um redutor dos benefícios dos aposentados e pensionistas, principalmente daqueles que começaram a trabalhar mais cedo.

Com satisfação, ouço a Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Desejo saudá-lo pelo pronunciamento, Senador Paulo Paim, e quero recuperar um pouco do debate ocorrido nesta Casa por ocasião da reforma da Previdência, de que ambos participamos. É verdade que o infame “fator previdenciário” foi criado no Governo Fernando Henrique. Infelizmente, o Governo Lula não aceitou as nossas propostas que retirariam o “fator previdenciário” dos trabalhadores do setor privado. Pelo contrário, ele criou uma fórmula assemelhada para prejudicar igualmente os trabalhadores do setor público. V. Ex^a realmente

apresentou uma proposta para extinguir o “fator previdenciário”, criando uma nova fórmula, assim como fizemos eu e vários outros Parlamentares. O que nos deixa muito tristes é que a cantilena mentirosa do déficit da Previdência repete-se a cada Governo. Quando o Governo Lula aprovou a reforma da Previdência aqui, assim como o fez o Governo Fernando Henrique, irresponsavelmente, há quatro anos, a alegação foi a mesma: o déficit da Previdência, o rombo da Previdência. Não há auditoria, não há absolutamente nada, e se reproduz o discurso. Então se faz uma reforma da Previdência, retirando-se direitos ou mantendo-se injustiças, como o Governo Lula fez. Retiram-se direitos, mantêm-se injustiças, aprimoram-se injustiças no “saco de maldades”, estendem-se injustiças. Foi isso o que essa última reforma da Previdência fez. Como tem conhecimento V. Ex^a que rebateu a reforma nesta Casa, assim como eu e vários outros Senadores, já começa, novamente, a velha lengalenga, a velha cantilena do déficit da Previdência e de que, portanto, deve-se mexer mais, devem-se retirar mais direitos. Portanto, solidarizo-me com o pronunciamento de V. Ex^a e espero que essas propostas tenham uma tramitação rápida, para corrigirmos uma injustiça muito grande, cometida especialmente contra quem entrou mais cedo no mercado de trabalho, que são os pobres. Os que entram mais cedo no mercado de trabalho, ao contrário dos filhos de alguns de nós, não podem cursar a faculdade para depois escolher a profissão que seguirão. Eles entram no mercado de trabalho, sem carteira assinada, com dez, onze ou doze anos. Depois, quando conseguem ter sua carteira assinada, mesmo assim, tendo tempo de serviço para contar, isso não é suficiente para minimizar o seu sofrimento ao se aposentar. Portanto, saúdo-o pelo pronunciamento, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Heloísa Helena, agradeço a V. Ex^a o aparte.

Como sou muito teimoso, insisto até hoje com a famosa PEC paralela e vou continuar insistindo, nem que eu tenha que falar todas as semanas desta tribuna. Da mesma forma que insisti com a PEC paralela, levantou-se neste plenário a grande dúvida sobre se se tratava ou não de uma enganação. Eu sempre disse que continuaria até o último momento querendo que o Governo cumprisse o acordo de aprovação da PEC paralela.

Quanto ao fator previdenciário, a minha posição é a mesma. Questionei, no governo anterior, durante anos e anos, o fator previdenciário. Continuo insistindo

para que haja mudança no fator previdenciário. É obra do governo anterior? Sem sombra de dúvida!

V. Ex^a demonstra muito bem que o governo anterior, ao aplicar o fator previdenciário, trouxe uma perda enorme aos trabalhadores, e nós devemos trabalhar de forma conjunta para que haja efetivamente essa mudança.

Vou além. No debate da reforma tributária, que será votada novamente na Câmara, e das reformas sindical e trabalhista, poderíamos inserir a discussão sobre a eliminação do fator previdenciário, permitindo que os trabalhadores possam se aposentar com a média das últimas 36 contribuições.

Pode V. Ex^a achar que sou teimoso demais, mas eu sou assim. O que vou fazer? Vou continuar insistindo.

Quando a PEC paralela for aprovada, Senador Tião Viana, virei a esta tribuna dizer que, enfim, conseguimos uma vitória. Quando o fator previdenciário for aprovado, virei a esta tribuna dizer que conseguimos uma vitória. Quando a comissão especial do salário mínimo, proposta por mim, que já teve os membros indicados pelo Senado, mas não pela Câmara, for instalada, para que haja uma discussão permanente acerca do salário mínimo, eu direi que houve, enfim, uma vitória. Quando aprovarmos, Senador Tião Viana, o Projeto nº 58, que manda o aposentado voltar a receber o número dos salários mínimos que recebia à época em que se aposentou, eu direi que houve mais uma vitória. Assim, tentaremos aprovar a redução de jornada.

Concluo, Senador Tião Viana, agradecendo a V. Ex^a a tolerância e dizendo que V. Ex^a foi o grande artífice da PEC paralela.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/ PT – AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o discurso pronunciado ainda há pouco pelo Senador Teotônio Vilela Filho revela, de um lado, a excelência do mandato desse nordestino comprometido com a sua terra e, de outro, exatamente o que muitas vezes se tenta dizer e não se consegue à perfeição. Trata-se de um governo inerte, de um governo incapaz, de um governo das estatísticas, de um governo dos indicadores frios e de um governo em que não se consegue, por exemplo, reconhecer o estado de calamidade em que está mergulhada determinada cidade do sertão de Alagoas. Trata-se de governo in-

competente, insensível, arrogante e, sem dúvida alguma, inerte. Isso tudo compõe um quadro que mostra a diferença enorme entre os indicadores frios e a ação de governo, que é nenhuma.

Mas, Senadora Heloísa Helena, amanhã teremos o Dia Internacional da Mulher sendo comemorado por todos. Creio que a melhor homenagem que se pode fazer à mulher brasileira é se votar, nesta Casa, muito mais do que palavrório e discurso vazio, o projeto de V. Ex^a que cuida de creches, que mergulha fundo na preocupação social e que, acima de tudo, é um gesto concreto para comemorarmos e celebrarmos a mulher brasileira sem o discurso que o vento leva, mas, ao contrário, marcando nossa posição com os dados da realidade muitos profundos entre nós.

Sr. Presidente, a revista **Época** traz esta semana matéria muito alentada sobre supostas e possíveis irregularidades no processo de privatização ocorrida no governo anterior, de que fui Líder e Ministro. Na reportagem, algo me chama a atenção, até porque me reconforta: as providências foram tomadas em 2001 pelo governo passado a partir do alerta feito pelo Dr. Daniel Gleizer, então Diretor do Banco Central, e o processo vai seguindo o seu rumo.

Tenho a impressão de que, se pegarmos o Presidente Lula desprevenido, como naquele momento em que ele estava suado e falando sobre a corrupção, e perguntarmos de chofre quem descobriu o Brasil, ele falará que foi ele, porque tem consciência absoluta de que inventou o Brasil, de que descobriu o caminho para as Índias e de que chegou antes de Cristóvão Colombo à América.

Essa investigação do episódio das privatizações começou, pois, no governo passado. Mas estou vendo um contraste muito grande entre a preocupação real do Governo em saber o que houve nas privatizações e a atitude prática que a base do Governo toma nesta Casa. Estou colhendo assinaturas, até agora sem esforço, as pessoas nos têm procurado, e já temos 25 assinaturas para duas CPIs: a CPI do caso Waldomiro, que por mais que desagrade o Ministro José Dirceu, e a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as privatizações.

Muito bem, estou propondo uma Comissão para investigar um fato ocorrido no Governo de que fui Líder e Ministro e outra, para investigar um fato escandaloso do Governo Lula. Por enquanto, não estou nem mexendo nessa que acabou de ser returbada pelo Ministério Público, sobre aquela coisa escandalosa que mistura assassinato com conspiração e corrupção, que é o caso de Santo André. Esse caso também intranqüiliza nosso

Ministro, que não gosta de falar nessa figura de Santo André. Agora, nosso Ministro está orando para outros santos, pois não ora mais para Santo André.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, nos dois minutos que tenho para concluir, digo que estou triste, porque apenas um único Senador da chamada base governista, entre os que seguem a Liderança do Governo, assinou o pedido das CPIs. Considero independentes os Senadores Mão Santa e Sérgio Cabral, que o assinaram. O único da base governista a assinar foi o Senador Maguito Vilela, de Goiás, e o fez em condições excepcionais.

Retomo, com muita tranqüilidade, o apelo que fiz à Casa para que nós, os 81 Senadoras e Senadores, assinemos as duas CPIs para investigarmos o Governo Fernando Henrique Cardoso e o Governo Lula. Não estou pedindo muito. Estou pedindo pouco. Estou pedindo o mínimo. Não é possível que fiquemos aqui chorando, com 25, 26, 27, 28 assinaturas, e o Governo lutando para tirar duas.

Senadora Heloísa Helena, Senador Teotônio Vilela Filho, Senador Efraim Morais, isso me leva a uma constatação triste.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Presidente Lula não quer investigar nem o Governo Lula nem o Governo Fernando Henrique? Está para levar o cetro de engavetador maior de uma República que precisa encontrar momentos de mais felicidade. O Presidente não se elegeu para isso.

Portanto, os requerimentos para instalação das duas CPIs estão à disposição dos membros da base do Governo: uma para investigar o Governo Fernando Henrique Cardoso e outra para investigar o Governo Lula.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a dispõe de mais um minuto após os 30 segundos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. Preciso acostumar-me com esse procedimento, e sempre tenho a impressão de que meu tempo já venceu. Quero portar-me com muita fidelidade a esse sistema, Sr. Presidente, mas agradeço-lhe a atenção. Se posso falar mal do Governo por mais um minuto, não dispensarei esse tempo.

Vislumbro uma situação constrangedora. Não sairemos de mesa em mesa nem de bancada em bancada, solicitando assinaturas para o requerimento de

instauração de uma CPI para investigar o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Pergunto por que um Parlamentar do PT se negaria a assiná-lo, depois de ter passado todo o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo seu *impeachment* devido a irregularidades supostamente ocorridas nas privatizações?

Por outro lado, é coerente esse Parlamentar recusar-se a assinar o requerimento referente a uma CPI para investigar o Presidente Lula sobre o caso escandaloso e escabroso de alguém que estava instalado no quarto andar do Palácio do Planalto, lá colocado pelo Ministro José Dirceu? Quem sapateasse naquele local e empreendesse uma dança de salão mais animada perturbaria o trabalho do Presidente Lula, pois parece-me que a sala daquela pessoa ficava sobre a sala da Presidência. Se lá houvesse um buraco, cair-se-ia na cabeça do Presidente Lula. Não se pretende investigar esse caso mesmo depois de se constatar que houve, antes, durante e depois do Governo Lula, conversas escusas com figuras ligadas à contravenção e à corrupção?

Estamos aguardando. Não gostaria que a CPI fosse apenas requerida pela Oposição, a fim de não constranger o Governo. Espero que haja duas CPIs do Senado, para analisarmos o que houve ou não de podre nas privatizações e nos contatos palacianos e extrapalacianos do Sr. Waldomiro Diniz* e daquela teia de crimes que o cercava.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva. Em seguida, ao Sr. Efraim Morais. Se V. Ex^{as} desejarem, poderão inverter a ordem dos pronunciamentos.

Tem a palavra o Senador Efraim Morais. Em seguida, o Senador Alberto Silva.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jovem Senador Alberto Silva me concedeu a permuta de horário. Sabemos que entre os 81 Senadores da Casa S. Ex^a é o mais jovem de todos, pois possui mais experiência e pensa por todos nós. É um homem que merece nosso respei-

to, bem como o do Piauí e de todo o Brasil. Obrigado pela oportunidade, Senador Alberto Silva.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna para tratar de um velho problema que é do conhecimento de todos e que, há pouco, foi mencionado pelo Senador Teotônio Vilela Filho. Infelizmente, mudam os Governos, passam os anos e o problema persiste sem que sejam adotadas providências estruturais que minimizem o sofrimento de milhões de nordestinos.

Sr. Presidente, como fez V. Ex^a no decorrer de toda a semana, como fazem os Senadores nordestinos há muito tempo, talvez até pelas dificuldades enfrentadas pelo próprio Sul do País, nós, nordestinos, ocupamos a tribuna sempre que possível a fim de relatar ao Senado Federal a gravíssima situação que enfrenta o nordestino, castigado mais uma vez pela seca e pela estiagem, que provoca fome, sede e desnutrição.

Este assunto é tema, Sr. Presidente, de uma reportagem do jornal **Correio da Paraíba**, que traz como manchete principal: “Seca mata gado e castiga lavouras na PB. Agricultores esperam Dia de São José e aposentados salvam famílias da fome”. A reportagem, do dia 6 de março, faz um levantamento da situação geral do Estado. Solicito que seja transcrita, na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço, Sr. Presidente.

O assunto que traz o jornal **Correio da Paraíba**, edição de domingo, como disse, enfatiza a infeliz situação que a população rural enfrenta permanentemente. No Estado da Paraíba, Senador Alberto Silva, a situação é gravíssima. Mais de 500 mil famílias vivem e dependem da agricultura, o que representa mais de um milhão de paraibanos sofrendo com a seca.

A seca castiga do Alto Sertão ao Seridó, passando por Curimataú*, Cariri, já chegando ao Brejo paraibano. Em toda a região, as cenas trágicas se repetem: lavouras perdidas e escassez de água para o consumo humano e animal.

Homens e animais travam, igualmente, uma luta diária à procura de água e de comida. Nas comunidades de Vaca Morta dos Bentos e Sítio Caititu, zona rural de Cajazeiras, cidade mais importante do Alto Sertão da Paraíba, famílias caminham até seis quilômetros para chegar a um poço de onde tiram água para beber, porque o açude que as abastecia secou. São seis quilômetros à procura de uma lata d’água.

A falta de água que traz sofrimento, traz, também, a morte para homens e animais.

Nas margens de uma rodovia que dá acesso à cidade de Cajazeiras, podemos encontrar um verdadeiro “cemitério” de animais vítimas de sede e de fome. São dezenas de carcaças, principalmente de gado bovino, uma após outra, ao longo da rodovia.

No Sítio Quixaba Velha, em outra região, região das Espinharas, também sertão, que fica a 306 quilômetros de João Pessoa, capital da Paraíba, um casal de irmãos agricultores cata os ossos de animais vitimados pela seca para vender e ajudar no sustento da família. O quilo da ossada do gado é vendido por míseros R\$0,05, que são empregados na compra de pão e na alimentação de outras sete pessoas da família. Os ossos são utilizados para refinação de açúcar ou para a fabricação de adubo vegetal, devido ao alto teor de cálcio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nordestino é um bravo por natureza. Não se rende facilmente. Mas a situação este ano é caótica. Os agricultores plantaram, mas as sementes não vingaram, devido à estiagem. Plantaram novamente, e perderam tudo de novo. Alguns agricultores já tiveram até três plantações dizimadas.

Mas a coragem e a valentia do nordestino é admirável. Apesar da pouca comida para alimentar a família, o homem do campo ainda acredita num inverno bom e tem esperança de que a chuva chegue no dia de São José, 19 de março.

A fé do homem sertanejo, Senador Arthur Virgílio, é magnífica. Somente apelando para o Santo querido, Senhor São José, o nordestino pode ter esperanças, pois, infelizmente, o Governo Federal não demonstra a menor preocupação com milhões de brasileiros que padecem horrores com a seca.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Efraim Moraes?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Pois não, nobre Senador Arthur Virgílio. Em seguida, a Senadora Heloísa Helena e o Senador Mão Santa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Efraim Moraes, V. Ex^a traça um retrato muito tocante, muito comovente e muito agudo deste episódio da seca no Nordeste. E traz à tona, com muita elegância, a figura de um Governo que para o servidor público é apenas 0,1% à direita e para o nordestino das regiões áridas é exatamente zero à esquerda. Parabéns pelo discurso contundente em defesa de sua região.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Ouçõ a Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Efraim Moraes, também desejo saudar o pronunciamento de V. Ex^a. Eu e o Senador Teotonio Vilela Filho tivemos a oportunidade de expressar as mesmas preocupações de V. Ex^a. É difícil entender que qualquer Parlamentar desta Casa, independentemente de ser considerado de oposição ou da base de bajulação ou de sustentação do Governo, qualquer Parlamentar, sei que acontece no Sul, no Sudeste, no Norte, no Centro-Oeste; todas as Regiões têm problemas –, mas não é possível que qualquer Parlamentar nordestino não consiga entender o problema gravíssimo que estamos vivenciando no Nordeste. É muito grave as experiências de dor, sofrimento e humilhação que V. Ex^a acabou de relatar. São as mesmas experiências de dor, humilhação e sofrimento do sertão de Alagoas, onde as pessoas parecem, Senador Alberto Silva, ter como único destino – eu falava anteriormente –, estabelecido por este Governo para os pobres sertanejos, chorar os seus mortos ou viver na dependência da velha vigarice política que troca voto por cesta básica e pelo carro-pipa. Não é possível que essa situação se mantenha. Então quero me solidarizar com V. Ex^a pelo pronunciamento. Espero realmente que esta Casa faça a pressão necessária para minimizar a dor e o sofrimento. E o Governo não adianta vir com a cantilena que não tem recurso. Então que isso seja realmente viabilizado. Sinceramente, espero que, mais cedo ou mais tarde, esta Casa acabe com esse negócio de cortar o som, o que é muito feio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora, eu me enganei e acabei colocando 20 minutos. Fiz o contrário.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Acredito que só o alerta que o Presidente faz ao orador da tribuna, ou a quem faz o aparte, já constrange quem está na tribuna ou quem faz o aparte. Realmente preferiria que isso não ocorresse. Não sei se é porque são seis anos aqui sem essa atitude da Mesa, fica até mais esquisito. Mas, tudo bem.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim, todos nós sabemos que o problema da seca vem desde D. Pedro II. O Imperador disse que venderia o último brilhante da Coroa para resolver a questão. Quero dizer a V. Ex^a que o problema foi minimizado quando apareceu a Sudene, que tem um organismo especializado de socorro para atuar nas calamidades. A Sudene desapareceu, e este Governo, desde que

o conhecemos, diz que vai ressuscitá-la. Fui Governador do Piauí, bem como o Senador Alberto Silva, e enfrentamos dificuldades. No entanto, tínhamos a Sudene para minimizar o sofrimento que as pessoas passavam com a seca. Agora, nem isso o Nordeste possui.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Efraim Morais, eu gostaria de cumprimentar V. Ex^a por este oportuno pronunciamento. Pouco tem-se falado da nossa Região por conta do acúmulo de problemas que vimos enfrentando no País: reforma tributária, reforma da Previdência, Lei da Falência, retomada da Sudene. Todas essas questões nos têm dado pouco fôlego para falar do Nordeste. Então, vamos aproveitar as segundas-feiras e sextas-feiras, as reuniões da Comissão de Desenvolvimento Regional, para ver se alguma coisa acontece em nossa Região. Eu, que já fui Governador – e V. Ex^a, que é Líder político da Paraíba –, venho há muito tempo acompanhando o que os Governos que se sucedem, no plano federal, vêm fazendo pela Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia. Já se foi o tempo, Senador Efraim Morais, em que no meu Estado se fazia uma obra do tamanho da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a Barragem do Açú, já se foi tempo em que se fazia uma Barragem como Santa Maria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Efraim Morais, estou concedendo a V. Ex^a 2 minutos a mais do tempo estipulado pela Mesa Diretora para a conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Já concluo. Já se foi o tempo em que assistíamos investimentos de boa monta, em que Sudene, cujo modelo, concordo, já está ultrapassado, promovia investimentos, gerando emprego, estimulando investimentos novos, fábricas, agropecuárias, enfim, as vocações da terra. Hoje, o que estamos assistindo é a um Governo que, além de não fazer nada, não recupera o que as intempéries levaram. Senador Mão Santa, na terra do Senador Efraim Morais existia uma barragem chamada Camará, que as enchentes no ano passado levaram. A TV Globo, pelo Jornal Nacional, mostrou por diversas oportunidades, uma cidade, se não me engano Lagoa Grande, devastada. Conversei com o Governador Cássio Cunha Lima sobre a recuperação dessa cidade, o que até hoje não aconteceu; foi prometida verba federal, que até hoje não foi recebida; nem verba federal para recuperar a barragem, nem para consertar os estragos na cidade. Então credi-

to que temos aqui que gritar, bater, protestar, fazer o que V. Ex^a está fazendo, para ver se este Governo acorda para a Região Nordeste, que deu boa vitória ao Presidente Lula e que, em contrapartida, está a pão e água.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Efraim Morais, V. Ex^a tem a palavra para concluir.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu pediria a V. Ex^a só dois minutos para concluir. A matéria é de importância e tive que ceder apertes a cinco Srs. Senadores. Eu pediria a V. Ex^a compreensão. Serei rápido, vou abreviar meu pronunciamento.

Sr. Presidente, enquanto a chuva não cai, agricultores sobrevivem com dificuldades do pouco que ainda resta da colheita do ano passado e do dinheiro dos aposentados, que estão presentes em pelo menos 50% de cerca de 500 mil famílias que dependem da atividade rural na Paraíba.

Ou seja, enquanto o Governo Federal mantém suas atenções longe dos nordestinos, são os aposentados que protegem suas famílias e impedem uma tragédia de proporções maiores. São, Senadora Heloísa Helena, os “salvadores da seca” que evitam que suas famílias morram de fome e de sede.

A situação é gravíssima, Sr^s e Srs. Senadores. Se medidas de auxílio aos agricultores não forem tomadas urgentemente, provavelmente veremos cenas lamentáveis de degradação da ordem social.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, é importante salientar ainda que, por conta da burocracia excessiva, muitos agricultores ficaram prejudicados com o seguro-safra, já que 900 dos mais de 2 mil agricultores cadastrados e que tinham direito à garantia, tiveram o cadastro rejeitado. Não receberão o benefício, embora tenham perdido suas lavouras.

Isso apenas em um Município da Paraíba.

Eu compreendo perfeitamente a fé inquebrável do sertanejo nordestino. Mas me causa a mais profunda indignação a passividade do Governo Federal, que não faz nada. Ou será, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que os Ministros do Governo também são devotos de São José e vão esperar o dia 19 de março para tomar alguma providência?

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

DOCUMENTO FISCAL
RECEITA

PREVISÃO DO TEMPO

MARÉS	
01h04	1.9
07h09	0.7
13h14	2.1
19h51	0.4



CORREIO DA PARAIBA

Cidades

Página B-1 Paraíba • Domingo, 06 de março de 2005

SECA MATTA GADO E CASTIGA LAVOURAS NA PB

Agricultores esperam Dia de São José e aposentados salvam famílias da fome

JOANINE LUGO

A seca vem castigando a população rural no Interior da Paraíba. Do Alto Sertão ao Seridó, as cenas se repetem: lavouras perdidas, escassez de água para o consumo humano e animal, pastos secos e verdadeiros "cemitérios" de animais em beiras de estradas. Muitas famílias já plantaram até três vezes e perderam tudo, porque as sementes não vingaram. Mas, apesar da pouca comida para alimentar a família, o homem do campo ainda acredita num inverno bom e está à espera do Dia de São José (19 de março), que marca o início da estação chuvosa, na região. A maioria dos agricultores não acredita mais nas previsões da meteorologia e prefere seguir a experiência dos mais velhos, que garantem que ano cinco (2005), não bissexto, é de bom de inverno, embora que chegue tarde. En-

quanto a chuva não cai, agricultores sobrevivem com dificuldades do pouco que ainda resta da colheita do ano passado e do dinheiro dos aposentados, que estão presentes em pelo menos 50% das cerca de 500 mil famílias que dependem da atividade rural na Paraíba.

No município de Cajazeiras (a 480 quilômetros da Capital), sem o sustento da terra, muitas famílias estão sobrevivendo com a renda dos membros aposentados. Os "salvadores da seca" evitam que suas famílias morram de fome. No Sítio Boa Vista, a aposentadoria de um casal de agricultores (R\$ 520) sustenta as 20 pessoas da casa. O valor representa menos de R\$ 25, por mês, por pessoa. A comida na mesa é fruto do que o pouco dinheiro consegue comprar, porque da colheita do ano passado resta apenas feijão, que dona Rosimar da Silva acredita ser suficiente para, aproximadamente, mais um mês.

Ainda não houve registros de saques, mas, em Cajazeiras, os agricultores já estão se mobilizando para a realização de atos públicos e manifestações, para pedir ações emergenciais do governo. Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores em Agricultura, (Fetag), Liberalino Ferreira de Lucena, ainda é cedo para as ocorrências mais graves. "Eles estão esperando pelo Dia de São José. Se não

chover, não tenho dúvidas de que os saques poderão ocorrer, como em outros anos de seca", afirmou

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, como Líder, por 5 minutos. Em seguida, ao Senador José Agripino, por mais cinco minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, hoje venho ao plenário do Senado com uma denúncia muito importante. Já no ano passado, estive andando pela Califórnia, pelo Texas e também pelo Arizona, envolvido no problema da imigração ilegal dos milhares de brasileiros que tentam uma vida melhor nos Estados Unidos, atravessando a fronteira seca que separa o México daquele país.

O Brasil tem um grande comércio com os Estados Unidos, que, aliás, são o nosso maior parceiro comercial. E todos os anos os americanos aceitam em seu país, importam para lá um milhão de pessoas para trabalharem. Do México, mesmo havendo a máfia hispânica, 220 mil mexicanos vão trabalhar anualmente nos Estados Unidos. Da China, mesmo havendo a máfia chinesa, 60 mil chineses vão trabalhar nos Estados Unidos. Isso acontece também com 60 mil indianos, 40 mil vietnamitas, 40 mil filipinos. Do Brasil, são apenas 6 mil.

O que acontece com aqueles que querem trabalhar nos Estados Unidos? Eles acabam indo para o México, tentando entrar ilegalmente nos Estados Unidos, atravessando o rio Grande ou atravessando a fronteira seca na Califórnia.

Sr. Presidente, esse número tem crescido.

Recentemente, surgiu um *site* na Internet chamado Minuteman Project, que é *sponsor*, ou seja, patrocinado por um sujeito que lutou na guerra do Vietnã e que está recrutando cidadãos norte-americanos a fim de, entre os dias 1^o e 30 de abril, formarem uma brigada civil no deserto do Arizona para caçar imigrantes ilegais.

Sr. Presidente, trata-se de algo da maior gravidade. Chamo a atenção do Senado Federal para o assunto. Estou encaminhando um expediente ao Sr. Ministro da Justiça, ao nosso Chanceler e também ao Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, porque o *site* Minuteman Project nos assusta. Desde que foi lançado, no final do ano passado, já conseguiu recrutar mais de 600 cidadãos norte-americanos oriundos de 49 Estados que estão dispostos a pagar passagem e gastar US\$3,5 mil para acamparem no deserto, armados com binóculos. Pior do que isso, o *site* solicita a participação de norte-americanos que sejam pilotos e que tenham avião. Conseqüentemente, 16 aviões com seus respectivos proprietários já estão inscritos para caçar imigrantes ilegais no deserto do Arizona no mês

de abril. No *site*, dizem que não vão usar de violência, mas receio, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que isso seja um barril de pólvora esperando pelo primeiro louco que vai dar o primeiro tiro. Depois que estourar a boiada, vai ficar muito difícil conter. Outra questão que chama a atenção no *site* são palavras de um nacionalismo, de um xenofobismo absurdo. Eles também se levantam contra o Congresso, fazem críticas pesadas ao Presidente da República, fazem críticas aos imigrantes que se tornaram cidadãos americanos e hoje elegem parlamentares identificados com as causas dos imigrantes. Portanto, nós temos aqui um fascismo do século XXI.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Sr. Presidente, não vou ter tempo para concluir, mas a revista **IstoÉ** fez uma...

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem mais dois minutos, nobre Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ)

– Muito obrigado.

A revista **IstoÉ** fez uma excelente reportagem sobre o assunto, mostrando que já existe no deserto do Arizona um cemitério para imigrantes brasileiros que morrem de frio, ou de fome, perdidos nas areias daquele imenso deserto. São mais de 180 que morreram recentemente e estão enterrados como indigentes lá no Arizona. A revista fez uma bela reportagem. Eu gostaria também de fazer um apelo aos Líderes dos partidos políticos desta Casa: que indiquem Senadores para serem membros da comissão parlamentar de inquérito aprovada no princípio do ano passado e ainda não instalada porque os Líderes não indicaram os Senadores.

Peço aos meus nobres colegas que acessem este *site*: *minutemenproject.com*, que é de um ex-guerrilheiro, um ex-soldado do Vietnã que já arregimentou 600 americanos, sendo 16 pilotos com aviões para caçarem imigrantes ilegais no deserto do Arizona. Isso é muito grave. Sr. Presidente, não posso ler todo o meu pronunciamento, mas peço a V. Ex^a que o faça constar no nosso **Diário**.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR MARCELO CRIVELLA

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e na qualidade de Presidente da Subcomissão Permanente de Defesa de Brasileiros no Exterior, estive duas vezes nos Estados Unidos. Uma no final de 2003. Outra no final de 2004, precisamente no dia 28 de novembro,

de onde regressei no dia 14 de dezembro. Em ambas fui em “missão resgate”, ou seja, visitei pessoalmente os presídios norte-americanos e agilizei o retorno para casa de cerca de 1.400 brasileiros presos por imigração ilegal.

Vi moças trazidas para serem usadas em prostituição e homens levados como mão-de-obra para serviços normalmente pesados sem a contrapartida de nem um direito trabalhista. Afinal, como brasileiros não precisam de visto para entrar no México, e vice-versa, isso acaba facilitando o tráfico de pessoas. É possível que, cedo ou tarde, esse acordo seja revisto.

Todos os anos uma multidão de imigrantes chega legalmente aos Estados Unidos para trabalhar. Só do México, país vizinho, são mais de 220 mil. Da China chegam outros 60 mil trabalhadores e outros 60 mil da Índia. Vietnã e Filipinas enviam, cada um, 40 mil. No total são mais de 1 milhão de pessoas.

O Brasil contribui nessa conta com pouco mais de 7 mil trabalhadores, o que é um número muito modesto diante do volume do comércio entre os dois países. Por essa razão, isto é, pela dificuldade de se obter visto de trabalho para entrar legalmente nos EUA, mais e mais brasileiros estão caindo na armadilha de imigrarem ilegalmente para os Estados Unidos, cruzando a fronteira com o México nos desertos do Arizona, Texas e Califórnia.

Segundo o Departamento de Segurança Nacional, 5.242 brasileiros foram presos e deportados dos Estados Unidos em 2003. Até outubro de 2004 (a imigração americana para fins de estatística conta o ano de outubro a setembro), esse número já havia subido para 8.843 e a cada dia aumenta mais. Só na região de Laredo (Texas), 3 mil brasileiros foram presos em 2004. Dez anos atrás, em 1994, apenas 192 brasileiros foram presos e deportados dos Estados Unidos. Agora são quase 10 mil!

Em matéria de capa, a revista **IstoÉ** da semana passada denunciou a saga dos brasileiros que tentam cruzar ilegalmente a fronteira americana via México. Noticiou “sonho e morte de brasileiros na fronteira americana”. E foi além: informou a respeito do site do movimento paramilitar americano *Minuteman Project*, que hostiliza imigrantes e prega uma ofensiva contra quem se aventura a atravessar o deserto do Arizona. Esta semana, a revista voltou ao assunto.

Confesso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que fiquei estarrecido com o que vi. Tenho aqui, em mãos, o material impresso desse *site*. Há palavras de ordem que beiram o fascismo! Aquela região é um barril de pólvora — e providências urgentes precisam ser tomadas!

É preciso investigar a atuação dos chamados coiotes, aquelas pessoas que servem de guia para imigrantes em troca de dinheiro. Suspeito, e não sem razão, que existe uma verdadeira indústria em torno da imigração ilegal aos EUA!

Aliás, uma barreira a ser enfrentada na investigação da atuação dos coiotes é o silêncio das vítimas. Curiosamente, os imigrantes têm medo deles. E, para surpresa geral, não há registro de prisão desses “guias”.

Os coiotes levam brasileiros para os Estados Unidos com a condição de, quando estes estiverem lá trabalhando, pagarem-lhes 10 mil dólares, o equivalente a 30 mil reais. Denúncias nos levam a concluir, porém, que os coiotes nunca perdem, porque se o imigrante é preso, a comissão deles vem das empresas de presídios.

Mas não somente os coiotes lucram. Ganham também os donos das prisões, porque quando os brasileiros não conseguem entrar no país, acabam passando dois, três meses numa penitenciária para imigrantes ilegais.

Os presídios estão localizados nos estados do Texas e Arizona. Em média, as prisões têm capacidade para três mil detentos. A Subcomissão Permanente de Defesa de Brasileiros no Exterior recebeu diversos indicativos de que a rede de tráfico de pessoas possui ramificações no Brasil, México, Estados Unidos, Bolívia, Colômbia, Peru e Equador. Os coiotes chegam a oferecer passagens aéreas em busca de interessados em imigrar.

Essas prisões são particulares, e o governo americano paga US\$100,00 (R\$300,00) por dia de permanência do preso — na verdade não é um preso, não é considerado um criminoso, mas um “indocumentado”.

Portanto, cada mil brasileiros rendem, por dia, 100 mil dólares aos *contractors*, aqueles que detêm as concessões para administrar os centros de detenção de imigrantes ilegais. Logo, a imigração ilegal é um negócio lucrativo aos empresários que administram o sistema penitenciário.

Além disso, constatei que os agenciadores do Brasil atraem todo tipo de gente, inclusive velhos e mães com crianças, visivelmente incapazes de suportar as condições subumanas da travessia clandestina.

Não tenho dúvidas de que, enquanto perdurarem a concentração de renda, as desigualdades regionais e a regressão econômica e social, a migração para os Estados Unidos continuará com fluxos humanos cada vez mais caudalosos. A desesperança no país natal é a causa principal do êxodo. Ora, não faz sentido punir os miseráveis por viverem na miséria. A verdade é que o trabalho hoje é um recurso global, mas não

há um mercado global de trabalho. Há liberdade de movimento para produtos e serviços, mas não para os trabalhadores.

Nesse jogo migratório, três participantes perdem: o governo brasileiro, por evasão de divisas; o governo americano, porque tem que pagar para que esses rapazes e moças fiquem detidos nos presídios e pagar, também, a passagem de volta deles. Mas, acima de tudo, depois das duas viagens que empreendi, posso assegurar que perdem os brasileiros, que são presos, humilhados e vêem seus sonhos transformados em pesadelo.

Nesta data, estou encaminhando expediente ao Ministério das Relações Exteriores, no qual externo a minha profunda preocupação com os rumos que a migração ilegal pode ganhar, principalmente quando um *site* norte-americano, cheio de ódio e rancor, repete as perigosas lições de xenofobia e fanatismo que o mundo tão bem já conheceu. E de cujas conseqüências a História não nos deixa esquecer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Por todas essas razões, Sr. Presidente, estou propondo a instalação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “Emigração Ilegal” e peço, neste momento, o apoio dos líderes desta Casa e os líderes da Câmara dos Deputados no sentido de indicar os membros que irão compor essa CPI destinada a investigar a teia intrincada de migração ilegal, comércio humano, privação de liberdade individual e aniquilamento de sonho pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Passamos a palavra ao Senador José Agripino, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a não estava aqui na semana passada, porque cumpria compromisso internacional por delegação da Presidência do Senado, e não teve a oportunidade de assistir ao discurso e à repercussão do discurso pronunciado por Sua Excelência, o Presidente Lula, no Espírito Santo, quando disse que um alto companheiro havia dito a ele – certamente no gabinete do Palácio do Planalto – que a instituição que dirigia estava quebrada, estava falida e que atos de corrupção teriam levado a instituição àquela situação. Eu não sei se V. Ex^a, quando voltou, viu manifestação do suposto alto companheiro – estou certo de que o Presidente se referia ao Dr. Lessa, Presidente do BNDES – que, indo ao Ministério Público de São Paulo para tratar de outra questão, abordado

sobre o discurso do Presidente, disse – eu fiquei extasiado – e a televisão mostrou: “Não, eu nunca disse ao Presidente que a instituição que eu dirigia estava falida. Eu nunca disse ao Presidente que ato de corrupção tinha levado à quebradeira. Como eu não disse, eu não poderia nunca ter recebido do Presidente a orientação para esconder a sujeira embaixo do tapete.”

Eu fiquei pasmo porque um ex-auxiliar estava desmentindo, frontalmente, o discurso do Presidente levado a efeito no Jornal Nacional, no Jornal da Record, no Jornal da Band, enfim, em todas as redes de televisão do Brasil, um desmentido frontal. A palavra do Presidente está em jogo, e eu tive a oportunidade, Senador Mão Santa, de solicitar ao Ministério Público uma averiguação judicial sobre esta questão para vermos quem está mentindo, se há corrupção ou não, se tem palavra empenhada e não cumprida, enfim, o que está havendo.

O segundo assunto que quero comunicar a esta Casa é que amanhã Sua Excelência, o Presidente Lula, estará no meu Estado do Rio Grande do Norte, onde espero que seja muito bem recebido. O avião irá pousar no aeroporto, Senador Arthur Virgílio, de Mossoró, minha cidade, construído pelo seu amigo quando governador com recursos próprios do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Vai pousar o “Aerolula” placidamente na bonita pista feita pelo Governador José Agripino na cidade onde nasceu e vai gastar não sei quanto de combustível. Depois vai a Apodi, distante 75 quilômetros de Mossoró, de helicóptero. Queria eu que o Presidente fosse de carro para levar duas horas de automóvel em cima da buraqueira de Mossoró a Apodi, para conhecer a situação de lamúria em que se encontram as rodovias federais do Brasil, a começar pelas do Rio Grande do Norte.

Senador Arthur Virgílio, Senador Alberto Silva, o Presidente vai ao assentamento de Milagres para falar às mulheres por ocasião do Dia Internacional das Mulheres, para falar do Pronaf Mulher, do financiamento às mulheres, Senador Mão Santa e Senador Efraim Morais? Quarenta e oito mil reais! O Presidente vai lá para falar do Pronaf Mulher, que beneficiou com R\$48 mil, muito menos do que vai gastar em combustível na viagem de helicóptero para não ver as estradas e no “Aerolula”, que comprou por US\$56 milhões.

Sr. Presidente, o terceiro ponto é o que me preocupa realmente. Senador Tião Viana, Líder do PT e meu dileto amigo, veja esta fotografia: “Superamigos: os Presidentes Chávez, Lula e Kirchner apertam as mãos após conclusão de acordo em Montevideú”. Os três, Presidente Kirchner, Presidente Chávez e Presidente Lula, estavam mortos de felizes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. Fazendo soar a campanha.) – V. Ex^a ainda tem três minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ótimo.

A minha preocupação, Sr. Presidente, é com o reflexo desta fotografia no plano internacional. Não quero – e está longe de mim – policiar as amizades e os acordos do Presidente. Entretanto, perto de mim está a obrigação de proteger o emprego no Brasil, que foi razoável e entrou agora em vôo de galinha, devagarinho. Não há mais investimentos; sem investimento e sem crescimento de renda, não há retomada de crescimento, nem geração de emprego. A poupança interna é pequena. Não há investimentos internos porque a taxa de juros Selic é estratosférica, a maior do mundo. Resta-nos a poupança externa. Para o investimento externo, há uma porta aberta em função do risco Brasil, que está convidativo. Quem são as pessoas que estão na fotografia com o Presidente? O Presidente Chávez, da Venezuela. Coronel.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O Presidente Hugo Chávez conduz um país baseado no petróleo da Pedevesa – Petróleo da Venezuela Sociedade Anônima – e é um inimigo declarado dos Estados Unidos, que é um grande investidor no Brasil. O Presidente Lula está acompanhando o Presidente Chávez sem nenhuma ressalva ou problema. Há inclusive uma fotografia de mãos dadas com os Srs. Hugo Chávez e Néstor Kirchner, Presidente da Argentina, cujo país tomou a atitude de dar o calote, o que produzirá efeitos nefastos a médio e a longo prazo para o povo. Em curto prazo, os resultados são positivos e são aplaudidos, porque a dívida foi reduzida em 75%. Mas o pior está por vir. Nós já provamos isso e sabemos o que significa o reflexo de um calote, de uma moratória.

O Presidente passa, por meio dessa fotografia, um recado para o mundo, especialmente para a União Européia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concederei mais um minuto para que V. Ex^a conclua, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já concluírei, Excelência. Quatrocentos e cinquenta mil idosos italianos investiram sua poupança em títulos da dívida pública argentina e, agora, vêem reduzido o seu dinheiro a 25% do que aplicaram.

O recado que se passa é que o Presidente Lula, que está fazendo uma política econômica correta, está unindo-se agora àqueles que praticam o calote e aos que afrontam os Estados Unidos. Então, Senador Mão Santa, os investimentos externos para gerar os

empregos, que citei, ficam diante dessa fotografia, que é um espanta-emprego. Nesse caso, tenho a obrigação de vir à tribuna para denunciar essa situação em nome do interesse do povo brasileiro e dos empregados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva mediante entendimento, como a Presidência já havia anunciado.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu iria falar sobre outro assunto, mas o discurso do nobre Senador Efraim Morais me levou a mudar o meu discurso para falar a respeito de nossa região e especialmente sobre o semi-árido na Paraíba, que está vendendo osso a R\$0,05 para poder comer. Temos a informação de que plantam quando chove, há um intervalo sem chuvas, as plantas morrem, e eles tornam a plantar. Os nordestinos não são cabeçudos, mas uns heróis, porque plantam outra vez. Há um intervalo de vinte dias de uma chuva para outra e a última esperança é aguardar a passagem do equinócio, que ocorre justamente no dia de São José. Pela experiência nordestina, se desse dia em diante não chover, é seca total.

Com tantos ex-Governadores experientes nesta Casa, e me coloco no meio dos que também estiveram no Governo do Estado, poderíamos fazer, digamos assim, uma sugestão criativa. O que está acontecendo ali? Diz-se que o gado está morrendo de sede e aquelas famílias que plantaram perderam tudo. Não há outra ajuda, pois já não existe a Sudene, que tinha um fundo de proteção contra a seca, o qual era acionado para evitar o que está acontecendo agora. Os nordestinos estão totalmente desamparados, porque a Sudene ainda não voltou a ser o que deveria.

Antes disso, como estou vendo aí nos jornais, fala-se na criação de mais uma comissão para apresentar uma proposta de desenvolvimento do Norte e do Nordeste. Ora, a Sudene foi criada para resolver o problema do Nordeste; para o Norte, houve outra, a Sudam, lá pelo Amazonas. Quem cuidava dos problemas do Nordeste, repito, era a Sudene. E vamos criar uma nova comissão para buscar uma solução. Qual é a solução? É a transposição do São Francisco? Eu nunca quis falar disso aqui, porque muitos companheiros do Nordeste poderiam achar ruim. Seguramente, Ex^{as}., qualquer que seja a transposição do São Francisco, o que se vai fazer é jogar as águas dentro de algum açude. Vou puxar o lado do Ceará; vai chegar ao Castanhão, açude que tem 5 bilhões de metros cúbicos de água,

e o sol diz: um bilhão é meu. Um bilhão é a evaporação, Ex^{as}! Então, jogo 20m³ por segundo ou 30m³ por segundo do São Francisco no Castanhão, e o sol leva os 400 milhões. Antes levava 600m³ de água, que não custou nada, porque era água de chuva. Então levo a água do São Francisco para ser evaporada. Não seria muito melhor... Vejamos os números finais: com 80 açudes, tenho 24 bilhões de metros cúbicos de água acumulada. E sabem quanto custam 300 milhões de metros cúbicos de água? Trinta milhões! O nosso Açude Petrólio Portella custou R\$30 milhões e tem uma capacidade de mais de 300 milhões de metros cúbicos. Então, se vamos gastar R\$2,5 bilhões para a transposição do São Francisco, para jogar a água no Castanhão e ser evaporada, nesse caso, vamos distribuir a água dos açudes. Então, com R\$1 bilhão, faço 40 açudes de 300 milhões de metros cúbicos. Então, acúmulo R\$12 bilhões em nove Estados. É muita água! Agora, distribuo esses açudes em cada Estado de tal maneira que posso interligá-los com canais e adutoras e, nesse caso, levo a água para todo o Estado, e não para um único lugar. Se verificarmos a geografia de qualquer um desses Estados e colocarmos esses açudes, vejam bem, são 40 açudes, distribuídos entre oito ou nove Estados, darão mais ou menos cinco açudes grandes de 300 milhões em cada Estado, colocados de tal maneira que, interligados, tenho água, e o gado não vai morrer. O gado não pode andar 30 quilômetros para ir beber água, porque morre mesmo. Mas, se tiver um canal passando perto dele, tem onde beber. É a interligação de bacias.

O Governador Tasso Jereissati montou um esquema desses no Ceará. E eu me coloco à disposição dessa comissão que foi criada. Não me avisaram, mas eu tenho uma lição a dar a essa comissão. E a lição é esta: distribuir a água entre os açudes é muito mais importante do que a transposição. E fazer 40 açudes novos nos nove Estados, estrategicamente situados, em lugar de fazer açude em todo canto, de 300 milhões de metros cúbicos cada um. A interligação garante que haverá água em todo lugar.

Vamos voltar para o Ceará, por exemplo. O Castanhão está no Jaguaribe, que está distante de Fortaleza mais de 100 quilômetros e do semi-árido, ali da área de Sobral, Irauçuba, e de outros lugares, está a mais de 100 quilômetros, está a 130, 140 quilômetros. Então, a água do São Francisco que vai para o Jaguaribe não serve para Sobral, não serve para Irauçuba, não serve para nenhum lugar.

Como vamos fazer? A água está no Jaguaribe e precisamos de água em outra região, em outro pedaço do Ceará. O importante é distribuir a água. Eu diria: dos dois bilhões e quatrocentos, gastemos um bilhão e duzentos em açudes de 300 milhões de metros cúbicos,

e um bilhão e duzentos para distribuir a água, em canais ou adutoras, de maneira que ela seja levada a todos, em toda região espacial de cada Estado.

Senador Mão Santa, V. Ex^a disse que queria fazer um aparte. Eu agora estou consultando V. Ex^a.

Bem rápido. Parece que os minutos...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Realmente, acho e entendo que a inteligência e a experiência de V. Ex^a deveriam ser mais aproveitadas pelo Governo. Uma coisa, Senador Alberto Silva, são palavras, como disse Shakespeare: “Palavras, palavras”. O Senador Alberto Silva, ao longo de sua vida pública, foi um homem que realizou, na qualidade de Prefeito, de Governador de Estado, na EBTU, no País todo. Então, nesta Comissão que está surgindo no Senado, é imprescindível a presença de S. Ex^a, com sua experiência, para minimizar o sofrimento no Nordeste.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Quanto tempo tenho ainda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a dispõe de três minutos, com uma tolerância de dois minutos, ou seja, cinco minutos.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Então, dá para fazer um discurso.

Assim, aproveito para lembrar que, se houvesse canais interligando as diferentes bacias, poderiam ser feitas mini-irrigações ao longo deles para trazer todo esse contingente de sofrendores, que moram em diferentes lugares no semi-árido nordestino, para mais perto de onde a água fosse percorrer através dos canais. Aí, sim, não existiriam as dificuldades que hoje temos, porque, se as chuvas são irregulares, o canal tem água permanente. Nesse caso, a distribuição espacial da água é muito mais importante do que a transposição.

Eu lembraria ao Presidente que seria importante montar uma equipe para dar um parecer sobre isso, e eu me coloco bem na frente: são R\$2 bilhões; R\$1,2 bilhão para fazer água e R\$1,2 bilhão para distribuir espacialmente como ligação entre as bacias em todos os Estados nordestinos. A partir daí, esse problema de seca já era, Senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – AC) – Passamos a palavra ao Senador Tião Viana, Vice-Presidente desta Casa, por dez minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a oportunidade do uso da tribuna e trago, com muita satisfação, mais um reconhecimento das virtudes do Governo do Presidente Lula, desta feita no que diz respeito à política de integração latino-americana. O Presidente

Lula tem lutado para consolidar esse conceito de uma sociedade sul-americana de nações e agora recebe uma homenagem de irmandade e de solidariedade entre os povos sul-americanos, quando vai à posse do Presidente do Uruguai.

Ao mesmo tempo, alegro-me também com a balança comercial do Brasil com os países latino-americanos, assunto que sempre me trouxe distinta preocupação na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

No que diz respeito à relação Brasil/Peru, os dados são extremamente animadores e mostram, de fato, a sensibilidade do Governo brasileiro, a responsabilidade política como Nação Líder na América Latina, a preocupação em valorizar as relações comerciais, unindo o povo brasileiro e o peruano.

Agora mesmo, o Governador Jorge Viana, do Acre, Estado fronteiriço com o Peru, com vocação histórica que vem se construindo ao longo dos últimos anos, inclusive na gestão do Presidente Fernando Henrique, consolidou o asfaltamento de uma rodovia até a fronteira com o Peru. O Presidente Lula, obsessivamente, tenta avançar mais, fazendo a integração definitiva do Brasil com a América Andina, consolidando a rodovia BrasilPeru, passando pelo Acre, indo pela região de Porto Maldonado/Cuzco, entrando por toda a Amazônia peruana e chegando à região do Pacífico.

O Governador Jorge Viana está discutindo com o Presidente Alejandro Toledo, do Peru, o impacto ambiental que poderá trazer a estrada, o respeito às populações tradicionais e à vida do povo andino, para evitar que a estrada agrida a cultura, a vida, as tradições e a dignidade dos povos andinos. Temos que compatibilizar o crescimento, o desenvolvimento econômico com uma vida sustentável para os povos latinos, para os povos andinos. É essa a missão que o Governador Jorge Viana está levando para a audiência que terá com o Presidente Alejandro Toledo. S. Ex^a vai discutir a mediação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a Corporação Andina de Fomento, com o Banco Mundial, para que possamos construir a rodovia Bio-Oceânica, capaz de integrar os povos.

Há 33 milhões de consumidores entre o Brasil, o Peru e a Bolívia, entre os chamados povos irmãos. Quase tudo o que consomem vem da Ásia. Muito pouco vem da América Latina. Com essa rodovia, poderemos fortalecer definitivamente a Amazônia em um cenário de integração cultural, econômica e social com os irmãos andinos.

É essa a perspectiva que estamos tentando trazer, pensando no futuro da Amazônia, da América Andina e do Brasil como um todo. Para minha alegria, tive a satisfação de receber o Embaixador do Brasil no

Peru e pude acolher alguns dados sobre a evolução da balança comercial e das exportações do Governo peruano. Em 2002, o índice de exportações do Peru foi de US\$7,6 bilhões; em 2004, passou para US\$12,37 bilhões, demonstrando a presença solidária de compradores de produtos da economia peruana e, neste caso, o Governo brasileiro se afirmando.

Ao se analisar a relação do Peru com os países com quem mantém política de exportação, observa-se um crescimento de maneira mais específica: enquanto em 2001 o Brasil ocupava o 36º lugar na compra de produtos peruanos, hoje ocupa o 32º lugar. Ou seja, houve uma evolução muito satisfatória, o que confirma que, se estamos vendendo mais, o Peru também está vendendo mais para nós, e isso demonstra ética nas relações internacionais, segundo a ordem dada pelo Presidente da República ao Ministro Celso Amorim, para que consolide as nações sul-americanas dentro de preceitos éticos de comércio e de desenvolvimento.

Sr. Presidente, analisando-se os principais parceiros comerciais do Peru, entra um dado muito mais animador: em 2003, o Brasil ocupava a 8ª posição, depois dos Estados Unidos, China, Reino Unido, Chile, Equador, Japão e Suíça, o que já foi uma colocação melhor que a de 2002. Em 2004, o Brasil assumiu o 6º lugar nessa relação como parceiro comercial do Peru, em termos de vendas em milhões de dólares, e com um índice de crescimento extraordinário: vendemos US\$981 milhões para o Peru no ano passado. Agora, consolidada a rodovia Bio-Oceânica que terá financiamento de organismos internacionais e do Governo brasileiro, o qual fará um financiamento de US\$400 milhões para uma rodovia que é fundamental para a potencialidade econômica da América Andina, o Brasil ocupará o 3º lugar em importância nas relações comerciais peruanas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. O Brasil será o terceiro grande parceiro comercial do Peru, chegando à cifra de mais de US\$1,2 bilhão de comércio exterior com aquele país.

Então, existe um dado novo, animador, que nos alenta muito em relação à expectativa da América Andina que queremos.

Os dez principais produtos de exportação do Peru para o mundo, que temos que citar também como crescimento, são os seguintes: cobre, ouro, farinha de peixe, petróleo e derivados, zinco, chumbo, café, prata refinada, estanho, camiseta de algodão. Tais produtos se encontram também com a política de exportação dos produtos do Brasil para o Peru.

O Peru importa do Brasil óleos brutos de petróleo, automóveis, chassis com motores para automóveis, algodão, chassis com motores a diesel, lâminas de aço, tubos de saída de vídeo, papel, aparelhos de tevê em

cores, carrocerias para veículos, sem contar outros produtos agrícolas e alimentares que fazem parte da sólida parceria comercial Brasil e Peru.

Então, é um momento de alegria, é um momento auspicioso para a vida econômica brasileira. O Presidente Lula está reconhecidamente marcado, de maneira virtuosa, como o grande Líder da América do Sul, aquele que consolida um conceito de América Bolivariana de fato, para todos nós que sonhamos com a América do Sul vivendo em efetiva comunidade de nações. E tenho certeza de que, a continuar assim, em mais dois anos, o Brasil estará afirmado como nova referência de mercado global, que será o mercado das Américas, com a América do Sul e a América Latina completamente distintas no cenário internacional.

Então, que a viagem do Governador Jorge Viana, fazendo parte do conceito de relação dos países andinos, de Amazônia sul-americana, afirme-se no que podemos fazer de melhor hoje: consagrar a responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, com o impacto ambiental nas obras de integração internacional e, ao mesmo tempo, no fortalecimento das relações econômicas e no crescimento das relações comerciais.

Era o que eu tinha a dizer, Sr Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Comércio Brasil-Peru (dados básicos)

Comércio exterior do Peru (2002/04) (US\$ milhões)

	2002	2003	2004
Exportações	7.665,1	9.026,6	12.370,1
Importações	7.464,0	8.428,5	10.111,5
Total	15.129,2	17.455,1	22.481,6

Comércio Brasil-Peru (2001 a 2004) (milhões de US\$)

Ano	Exp.	%	Imp.	%	Saldo	Total	%	posição p/ Brasil
2001	286,3	-18,9	230,9	+ 8,3	55,4	517,2	-9,0	36º lugar
2002	436,1	+ 52,3	217,8	- 5,7	218,3	653,9	+26,4	34º lugar
2003	487,8	+ 11,7	235,2	+ 8,0	252,6	723,1	+10,6	34º lugar
2004	631,4	+ 29,4	349,4	+48,5	282,0	980,8	+35,6	32º lugar

Principais parceiros comerciais do Peru (2003 e 2004)

2003	(milhões de US\$)	2004	(milhões de US\$)
1. EUA	3,960	1. EUA	4.388
2. China	1,334	2. China	2,003
3. UK	1,245	3. UK	1,180
4. Chile	845	4. Chile	1,106
5. Equador	815	5. Colômbia	1,042
6. Japão	758	6. Brasil	981
7. Suíça	732	7. Japão	911
8. Brasil	723	8. Venezuela	889
9. Colômbia	689	9. Equador	873
10. Argentina	545	10. Alemanha	655

Produtos exportados do Peru para o Mundo em 2004 (Milhões de US\$)

1. cobre	2,446
2. ouro	2,362
3. farinha de pescado	954
4. petróleo e derivados	618
5. zinco	577
6. chumbo	389
7. café	290
8. prata refinada	260
9. estanho	194
10. camiseta de algodão	148

Produtos exportados do Peru para o Brasil em 2004 (Milhões de US\$)

1. sulfeto de minério de zinco	80,3
2. cátodos de cobre	73,8
3. prata em forma bruta	70,2
4. fios de cobre	21,1
5. chumbo refinado	24,7
6. zinco em lingotes	20,3
7. estanho em forma bruta	8,8
8. fibras acrílicas para fiação	5,5
9. peixe em conserva	3,3
10. lacas corantes	2,0

Produtos importados do Mundo pelo Peru em 2003 (Milhões de US\$)

1. óleos crus de petróleo	882,9
2. outros óleos (incl. Diesel)	259,0
3. trigo	174,9
4. derivados sólidos de soja	122,9
5. aparelhos de telefone	122,0
6. milho	116,4
7. óleo de soja	105,7
8. medicamentos	100,8
9. automóveis	82,4
10. gás propano líquido	76,6

7. Produtos importados do Brasil pelo Peru em 2004 (Milhões de US\$)

1. óleos brutos de petróleo	30,6
2. automóveis (6 pas.)	15,9
3. chassis c/ motores p/ automóveis (10 pas.)	13,7
4. algodão	13,5
5. chassis c/ motores a diesel	13,4
6. lâminas de aço	13,3
7. tubos de saída de vídeo	13,3
8. papel	12,3
9. aparelhos de tv em cores	10,7
10. carrocerias para veículos	9,2

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra ao nobre Senador Fernando Bezerra. S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, esta Casa discute dois temas da maior importância para o Nordeste brasileiro.

Infelizmente, ambos nos dividem. Refiro-me a uma refinaria de petróleo que, por sábia decisão do Governo, deverá situar-se no Nordeste brasileiro, muito embora sua viabilidade econômica também apontasse outras regiões do Brasil como capazes de abrigar esse investimento da ordem de US\$2 bilhões.

Tenho ouvido que a decisão já está tomada e que a refinaria irá para o Estado de Pernambuco. Eu não quero discutir os méritos de qualquer Unidade da Federação. O meu Estado é o segundo maior produtor de petróleo do Brasil e o maior produtor de petróleo do Brasil quando o produto é extraído da terra. Defendo que nenhuma das decisões que forem adotadas pelo Governo Federal nos divida, porque nós, nordestinos, temos que buscar temas que nos unam, e eu falo de dois temas que nos dividem. O que quero dizer é que a decisão do Governo ou da Petrobras para a localização de uma refinaria de petróleo não deve trazer, em seu bojo, o conteúdo político, mas deve ater-se estritamente a fatores de caráter técnico.

Aliás, não acredito que um investimento de US\$2 bilhões possa fazer com que o Governo tome decisão política por simpatia por este ou aquele Estado. Há várias condições que não quero aqui discutir, mas ressalto que o meu Estado, o Rio Grande do Norte, estará disputando a mencionada refinaria e que tenho a convicção de que a decisão será técnica e de que o investimento se fará no Estado onde tecnicamente for mais viável e melhor para o nosso País.

Falo também daquilo que se convencionou chamar Transposição de Águas do rio São Francisco, um nome equivocado, porque transmite a idéia de que nós, do Nordeste setentrional, estaríamos levando o Velho Chico para nos servir, deixando de matar a sede do restante dos Estados que compõem sua bacia.

Eu, pessoalmente, Sr. Presidente, tenho a mais absoluta convicção de que esse é um projeto bom para o Brasil, é um projeto que não traz nenhum prejuízo aos Estados que se situam na bacia do São Francisco.

Tenho a convicção que teve no passado o Senador Antonio Carlos Valadares, quando estabeleceu como prioridade a revitalização do rio, obrigando a investimentos da ordem de 250 milhões por ano. É um investimento bom este que o Brasil faz de revitalizar o rio São Francisco. Não somos contra a revitalização do rio. Muito pelo contrário: que o rio seja revitalizado! O que nós não podemos aceitar é a decisão emocional ou a decisão política interferir em uma decisão que tem caráter absolutamente técnico. Eu pessoalmente tenho essa convicção.

Tive, como Ministro da Integração Nacional, oportunidade de trabalhar nesse projeto tão polêmico, projeto que virá à discussão dos Srs. Senadores em breve pela palavra do Sr. Ministro da Integração, Ciro Gomes, que, por requerimento meu, deverá discuti-lo conjuntamente na Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Desenvolvimento Regional, Comissão de Agricultura e Comissão de Infra-estrutura. É assim que devemos tratar o projeto: analisá-lo do ponto de vista técnico. Trata-se de investimento que trará para o Nordeste setentrional conseqüências econômicas e sociais duradouras. Não quero me iludir nem pensar que esta é uma solução para a seca, que há pouco tempo foi aqui discutida. Não! Este projeto só tem sentido se houver, como há nos Estados, reservatórios capazes de receber as águas do rio São Francisco, o seu excedente. Este é um projeto de garantia de água nos reservatórios do Nordeste setentrional.

O rio São Francisco tem uma vazão regularizada e despeja no mar 2.040m³ de água por segundo. Daqui a 25 anos, quando for implantado o projeto, vamos retirar apenas 60m³ de água por segundo dos 2.040 m³ de água por segundo que são jogados no mar. Não

é justo, portanto, colocar-se contra um projeto desta natureza! O projeto não traz nenhum prejuízo.

O Piauí do Senador Mão Santa tem água. É o único Estado da região que tem água abundante. As águas do Nordeste se posicionam basicamente no Piauí e no rio São Francisco. Não deveria chamar-se Projeto de Transposição das Águas. Deveríamos chamá-lo Projeto de Integração das Bacias, o que necessariamente seremos obrigados a fazer por todo o Brasil, porque somos detentores da maior reserva de água doce do mundo. Cerca de 12% da água doce do planeta está no nosso País. E essa água se acha basicamente concentrada na Amazônia, que detém 68% da água doce brasileira. E para o Nordeste, apenas 3%, dos quais 70% são das águas do rio São Francisco.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Fernando Bezerra, quero dar o testemunho de que ninguém hoje tem mais conhecimento e é mais dedicado ao assunto do que V. Ex^a. Quando Ministro da Integração Regional, V. Ex^a teve a delicadeza de convidar os governadores do Nordeste, inclusive eu, para conhecermos a transposição exitosa do rio Colorado em Denver. Foi uma história de quase um século de discussão lá. V. Ex^a age como aquela de Confúcio: dá o primeiro passo – “Transporte um punhado de areia todos os dias e fareis uma montanha”. V. Ex^a começou obstinadamente um projeto que foi discutido no mundo técnico dos Estados Unidos e do Brasil. Acredito que V. Ex^a tem toda a competência para ser um dos líderes desse empreendimento.

O SR. FERNANDO BEZERRA (Bloco/PTB – RN) – Lembrou V. Ex^a muito bem da visita que fizemos ao Estados Unidos em companhia de vários governadores. A Califórnia, que hoje é um dos maiores celeiros do mundo, não o seria se não fossem as águas do rio Colorado que foram enriquecer aquele Estado.

Não queremos água para o enriquecimento do Nordeste. Queremos água para sobrevivência dos nossos irmãos. A Paraíba não tem a menor condição de sobreviver sem as águas do rio São Francisco. Nesse aspecto, não compreendo como alguns Estados se posicionam de forma tão radical contrariamente, numa posição até mesquinha, quando nenhum prejuízo terá qualquer dos Estados da bacia e grande benefício terá o Nordeste setentrional e o povo brasileiro.

Quero que discutamos essas questões do ponto de vista técnico. Nós, nordestinos, não podemos nos dividir. Pobres e divididos, não chegaremos a lugar nenhum. Queremos que essas questões sejam en-

tragues aos técnicos e decididas por eles, pelo bem do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Fernando Bezerra, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a a contribuição dada como orador.

Concedo a palavra ao eminente Senador Arthur Virgílio, como Líder da Minoria, para uma comunicação de interesse partidário. (Pausa.)

S. Ex^a teve de sair para uma reunião urgente. Não sei se sua assessoria está ouvindo a chamada da Mesa. (Pausa.)

Não estando presente o Senador no momento, concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

O Senador Valdir Raupp declina da sua inscrição.

A palavra está facultada ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive oportunidade de apresentar um requerimento de pesar, na semana passada, em face da morte do ex-Deputado Francisco Vieira da Paixão. Não pude, na sessão em que o requerimento foi votado, fazer a justificação da apresentação das condolências à família, tendo em vista reunião, em caráter inadiável, que mantive com o Presidente da Mesa desta Casa, o Senador Renan Calheiros.

Na tarde de hoje, aproveito este ensejo para reiterar o que tenho dito em público tantas vezes em que fui provocado. Falar sobre a personalidade do ex-Deputado Francisco Vieira da Paixão é fazer referência a um homem público exemplar devotado ao seu povo, querido por seus amigos, bom pai e chefe de família. Trata-se de um padrão de comportamento de honradez e trabalho cuja passagem na vida pública foi um exemplo dignificante de como um homem se deve portar na direção da coisa pública – já que foi Prefeito do Município de Campo do Brito e Deputado Estadual, tendo exercido a função com brilho incontestável. Ora na Oposição, ora no Governo, jamais foi contestado em suas ações e em sua conduta, tampouco em seu comportamento político.

O falecimento do ex-Deputado Francisco Paixão deixa uma lacuna impreenchível. Sentimos com saudade, Sr. Presidente, a sua ausência. A sua passagem

pela política de Sergipe deixa um padrão, um exemplo, um espelho, a ser seguido pelos mais jovens.

Hoje, Sr. Presidente, verificamos que os políticos, de um modo geral, são acusados pela opinião pública, porque este ou aquele não tem palavra, muda de partido como se muda de camisa. Quando nos lembramos de Francisco Vieira da Paixão, vemos que políticos como eles servem de exemplo às novas gerações, notadamente às que estão se formando hoje, para que tenhamos partidos autênticos, dirigentes sérios, comprometidos com a causa pública.

Aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que Francisco Paixão desapareceu do nosso meio, mas deixou uma família formada e bem informada, civilizada e prestadora de serviços à comunidade, a exemplo do ex-Secretário da Saúde, do ex-Secretário da Educação e, hoje, Deputado Federal, no exercício do seu mandato, Ivan Paixão, que é um dos políticos jovens mais eficientes e mais dedicados da vida pública sergipana.

Portanto, Sr. Presidente, a minha palavra, neste instante, é de homenagem à família Paixão, é de homenagem a Francisco Viera da Paixão, de quem fui colega como Deputado Estadual e com quem aprendi muito – posso testemunhar pessoalmente – por sua autoridade moral, Sr. Presidente, por sua vivência política, por seu sorriso sempre aberto, por sua abertura para a solução dos problemas mais graves dos seus colegas e do povo de Sergipe.

As minhas homenagens, portanto, Sr. Presidente, ao ex-Deputado Francisco Vieira da Paixão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, quanto à manifestação de pesar.

Sobre a mesa, aviso do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 352-GP/TCU

Brasília, 25 de fevereiro de 2005

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 83 (SF), de 24-2-2005, mediante o qual Vossa Excelência encaminha o Requerimento nº 1.486, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, aprovado pelo Plenário do Senado Federal, em sessão realizada no dia 22 de fevereiro do corrente ano, para que esta Corte de Contas realize inspeção nos convênios celebrados entre a União, por meio de seus diversos ministérios e autarquias, e as pessoas jurídicas de direito privado denominadas ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola, CONCRAB

– Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil e ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária, no período de 1998 até a presente data.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente foi autuado no TCU sob o nº 42630012 e encaminhado à Unidade Técnica competente deste Tribunal para exame.

Atenciosamente, **Adylson Motta**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício lido será anexado ao processado do **Requerimento nº 1.486, de 2004**.

Encaminhem-se as informações, em cópia, ao requerente.

Sobre a mesa, aviso do Tribunal de Contas da União que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 363-GP/TCU

Brasília, 8 de fevereiro de 2005

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 84 (SF), de 24-2-2005, mediante

PROJETO DE LEI Nº 2, DE 2005-CN

MENSAGEM Nº 20, DE 2005-CN

(nº 122/2005, na origem)

o qual Vossa Excelência encaminha o Requerimento nº 19, de 2005, de autoria do Senador Sibá Machado, aprovado pelo Plenário do Senado Federal, em sessão realizada no dia 22 de fevereiro do corrente ano, para que esta Corte de Contas realize inspeção nos convênios celebrados entre a União, por meio de seus diversos ministérios e autarquias, e as pessoas jurídicas de direito privado denominadas OCA – Organização das Cooperativas Brasileiras e SRB – Sociedade Rural Brasileira, no período de 1998 até a presente data.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente foi autuado no TCU sob o nº 42630029 e encaminhado à Unidade Técnica competente deste Tribunal para exame.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício lido será anexado ao processado do **Requerimento nº 19, de 2005**.

Encaminhem-se as informações, em cópia, ao requerente.

Sobre a mesa, projeto de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

É lido o seguinte:

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGÃO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1335 TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMILIA									1.200.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
10 845	1335 099A	AUXILIO A FAMILIA NA CONDICAO DE POBREZA EXTREMA, COM CRIANCAS DE IDADE ENTRE 0 E 6 ANOS, PARA MELHORIA DAS CONDICOOES DE SAUDE E COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS (LEI Nº 10.836, DE 2004)							1.200.000.000
10 845	1335 099A 0010	AUXILIO A FAMILIA NA CONDICAO DE POBREZA EXTREMA, COM CRIANCAS DE IDADE ENTRE 0 E 6 ANOS, PARA MELHORIA DAS CONDICOOES DE SAUDE E COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS (LEI Nº 10.836, DE 2004) - NA REGIAO NORTE							94.498.510
10 845	1335 099A 0020	AUXILIO A FAMILIA NA CONDICAO DE POBREZA EXTREMA, COM CRIANCAS DE IDADE ENTRE 0 E 6 ANOS, PARA MELHORIA DAS CONDICOOES DE SAUDE E COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS (LEI Nº 10.836, DE 2004) - NA REGIAO NORDESTE	S	3	1	90	1	179	94.498.510 668.337.588
10 845	1335 099A 0030	AUXILIO A FAMILIA NA CONDICAO DE POBREZA EXTREMA, COM CRIANCAS DE IDADE ENTRE 0 E 6 ANOS, PARA MELHORIA DAS CONDICOOES DE SAUDE E COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS (LEI Nº 10.836, DE 2004) - NA REGIAO SUDESTE	S	3	1	90	1	179	668.337.588 284.991.725
10 845	1335 099A 0040	AUXILIO A FAMILIA NA CONDICAO DE POBREZA EXTREMA, COM CRIANCAS DE IDADE ENTRE 0 E 6 ANOS, PARA MELHORIA DAS CONDICOOES DE SAUDE E COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS (LEI Nº 10.836, DE 2004) - NA REGIAO SUL	S	3	1	90	1	179	284.991.725 115.339.292
10 845	1335 099A 0050	AUXILIO A FAMILIA NA CONDICAO DE POBREZA EXTREMA, COM CRIANCAS DE IDADE ENTRE 0 E 6 ANOS, PARA MELHORIA DAS CONDICOOES DE SAUDE E COMBATE AS CARENCIAS NUTRICIONAIS (LEI Nº 10.836, DE 2004) - NA REGIAO CENTRO-OESTE	S	3	1	90	1	179	115.339.292 36.832.885
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.200.000.000
TOTAL - GERAL									1.200.000.000

ORGÃO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME
UNIDADE : 55101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1335 TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMILIA									1.200.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
08 845	1335 0060	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004)							1.200.000.000
08 845	1335 0060 0010	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004) - NA REGIAO NORTE							94.498.510
08 845	1335 0060 0020	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004) - NA REGIAO NORDESTE	S	3	1	90	1	179	94.498.510 668.337.588
08 845	1335 0060 0030	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004) - NA REGIAO SUDESTE	S	3	1	90	1	179	668.337.588 284.991.725
08 845	1335 0060 0040	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004) - NA REGIAO SUL	S	3	1	90	1	179	284.991.725 115.339.292
08 845	1335 0060 0050	TRANSFERENCIA DE RENDA DIRETAMENTE AS FAMILIAS EM CONDICAO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA (LEI Nº 10.836, DE 2004) - NA REGIAO CENTRO-OESTE	S	3	1	90	1	179	115.339.292 36.832.885
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.200.000.000
TOTAL - GERAL									1.200.000.000

MENSAGEM Nº 122

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$1.200.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 3 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 48/2005 – MP

Brasília, 3 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar minuta de Projeto de Lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 – LOA 2005), crédito suplementar no valor de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), em favor do Ministério da Saúde.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daquele Órgão às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Órgão/Unidade	R\$ 1,00	
	Suplementação	Cancelamento
Ministério da Saúde	1.200.000.000	
Fundo Nacional de Saúde	1.200.000.000	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		1.200.000.000
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Administração direta)		1.200.000.000
Total	1.200.000.000	1.200.000.000

3. O presente crédito destinará recursos para a ação “Auxílio à Família na Condição de Pobreza Extrema, com crianças de idade entre 0 e 6 anos, para melhoria das condições de saúde e combate às carências nutricionais”, no âmbito do Fundo Nacional de Saúde, no intuito de garantir a continuidade do Programa de Transferência de Renda com Condicionalidades – Bolsa-Família, tendo em vista ser aquele Ministério o responsável pela sua implementação, no que diz respeito à área de saúde.

4. O Bolsa-Família foi criado com a finalidade de combater a miséria e a exclusão social, além de promover a emancipação das famílias mais pobres. Unificou todos os benefícios sociais – Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e o Auxílio-Gás – do Governo Federal num único programa. A medida proporcionou mais agilidade na liberação de recursos, reduziu burocracias, bem como criou maior

facilidade no controle desses gastos. Porém, foram impostas como condicionalidades para a concessão e o pagamento dos benefícios, exigências ligadas às áreas de saúde e educação.

5. Nesse sentido, o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamentou a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, disciplina que o Ministério da Saúde é o responsável pelo cumprimento das condicionalidades vinculadas ao Programa Bolsa-Família, no que diz respeito ao crescimento e desenvolvimento infantil, da assistência ao pré-natal e ao puerpério, da vacinação, bem como da vigilância alimentar e nutricional de crianças menores de sete anos.

6. É importante salientar que a participação daquele ministério, neste programa, é oriunda do remanescente Bolsa-Alimentação, cujo objetivo é promover a complementação da renda familiar para a melhoria da alimentação e das condições de saúde e nutrição de crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade e mulheres gestantes e nutrizes. Para tanto, foram alocados recursos na já citada ação “Auxílio à Família na condição de pobreza extrema, com crianças de idade entre 0 e 6 anos, para melhoria das condições de saúde e combate às carências nutricionais”.

7. Cabe frisar, no entanto, que os recursos consignados na LOA-2005, para fazer face a essa despesa, não serão suficientes para o atual número de crianças de 0 a 6 anos de idade abrangidas pelo Programa, em torno de 4,1 milhões. Além disso, tendo em vista a atualização do cadastro único do programa, já em andamento, estima-se que até o final do exercício este contingente deva passar para aproximadamente 5,0 milhões, motivo pelo qual se propõe o encaminhamento do presente crédito.

8. Esclareço, a propósito do que determina o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO 2005), que as alterações decorrentes deste crédito não afetam a meta de resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2005, considerando que referem-se a remanejamento entre despesas primárias.

9. Além disso, ressalta-se que o presente crédito não acarretará prejuízo à execução das programações canceladas, tendo em vista referir-se apenas a adequação orçamentária entre os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Saúde, de acordo com suas competências em relação ao Programa.

10. Desse modo, sugere-se o atendimento do pleito, mediante a abertura de crédito suplementar, no valor de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), por meio de projeto de lei, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

11. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Nelson Machado.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

DECRETO Nº 5.209,
DE 17 DE SETEMBRO DE 2004

Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e da outras providências.

LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

Dispõe sobre as diretrizes para a – elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.

Art. 65. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2005.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2005, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional

por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º, não se aplica quando do atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em categoria de programação ou subtítulo existentes.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea a, desta Lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

.....
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....
Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**).

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

II – os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no – **DO 3-6-1964**)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no **DO 3-6-1964**)
.....

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 12-3 Publicação e distribuição de avulsos;
Até 20-3 Prazo final para apresentação de emendas;
Até 25-3 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;
Até 4-4 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência comunica ao Plenário que a **Medida Provisória nº 241, de 2005**, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 241

Publicação no **DO**: 4-03-2005
Emendas: até 10-3-2005 (**7º dia da publicação**)
Prazo final na Comissão: 4-03-2005 a 17-3-2005 (**14º dia**)
Remessa do Processo à CD: 17-3-2005
Prazo na CD: de 18-3-2005 a 31-3-2005 (**15º ao 28º dia**)
Recebimento previsto no SF: 31-3-2005
Prazo no SF: 1º-4-2005 a 14-4-2005 (**42º dia**)
Se modificado, devolução à CD: 14-4-2005
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: 15-4-2005 a 17-4-2005 (**43º ao 45º dia**)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de 18-4-2005 (**46º dia**)
Prazo final no Congresso: 2-5-2005 (**60 dias**)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Sobre a mesa, ofício do Presidente do Banco da Amazônia que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 3, DE 2005 – CN



Ref.: DIREX/PRESI
Ofício nº 2004/445

004459/04

Senado
Primeiro Vice-Presidente

Belém (PA), 25 NOV. 2004

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao Art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, encaminhamos a Vossa Excelência exemplar do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do FNO, no exercício de 2003.

Atenciosamente,

MÂNCIO LIMA CORDEIRO
Presidente



BANCO DA AMAZÔNIA

**Fundo Constitucional
de Financiamento do Norte**

FNO

**RELATORIO DAS ATIVIDADES
DESENVOLVIDAS E DOS
RESULTADOS OBTIDOS NO
EXERCÍCIO DE 2003**

DIRETORIA EXECUTIVA**MÂNCIO LIMA CORDEIRO**

Presidente

JOÃO BATISTA DE MELO BASTOS

Diretor de Ações Estratégicas (DIRES)

MILTON BARBOSA CORDEIRO

Diretor de Crédito (DICRE)

JOSÉ CARLOS RODRIGUES BEZERRA

Diretor de Suporte aos Negócios (DISUN)

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS

Diretor de Administração (DIRAD)

EVANDRO BESSA DE LIMA FILHO

Diretor de Controle (DIRCO)

**GERÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS (GERIN)****HÉLIO GRAÇA**

Gerente Executivo

ODUVAL LOBATO NETO

Coordenador de Planejamento

FRANCESCA CONDURÚ SILVA

Analista

CARLOS ALEXANDRE ABATI

Economista

JOSÉ MOURÃO NETO

Economista

BANCO DA AMAZÔNIA

Direção Geral: Av. Presidente Vargas, 800

CEP 66.017-000 Belém - Pará

Telefone: PABX (091) 216-3000

FAX : (091) 222-5176

Site: <http://www.bancoamazonia.com.br>E-mail: gerin@bancoamazonia.com.br

Sumário

Apresentação	
Parâmetros Espaço-Temporais	
Programação Anual	
Metodologia para aferição de resultados.....	
Ações para a eficiência no crédito.....	
Programas de financiamento.....	
Metas e objetivos.....	
Desempenho Operacional	
EXERCÍCIO DE 2003	
Operações contratadas por atividade econômica.....	
Operações contratadas por porte do beneficiário.....	
Operações contratadas por estado e programa de financiamento	
Recursos aplicados x recursos próprios.....	
Propostas em carteira.....	
Liberações de operações	
PERÍODO NOVEMBRO/1989 – DEZEMBRO/2003	
Estoque de operações contratadas	
Operações contratadas por setor econômico	
Operações contratadas por estado	
Operações por porte do beneficiário	
Operações por programa de financiamento	
Índice de cobertura do FNO por estabelecimento rural.....	
Índice de cobertura do FNO por estabelecimento industrial, comércio e serviços ..	

Desempenho Financeiro

Ingresso de recursos

Desembolso de recursos

Contratações por programa e porte

Operações sob a responsabilidade do fundo

Risco compartilhado

Resultado financeiro

Resultados socioeconômicos

Consecução de metas

Inadimplência

Inadimplência por estado e setores

Inadimplência por estado e porte

Valores vencidos por período e setores

Renegociação de operações

Securitização de operações

Ações visando redução da inadimplência

Tabelas**Anexos**

Apresentação

No ano de 2003, seguindo sua missão de estimular o desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia voltou todas suas ações buscando alcançar a eficiência e os benefícios que o crédito de fomento pode proporcionar à sociedade.

Com esse intuito, buscou no planejamento participativo, desenvolvido de forma uníssona com órgãos públicos, iniciativa privada e sociedade civil em geral, incentivar projetos que beneficiassem comunidades com a geração de novas oportunidades de ocupação e renda, garantindo-lhes aumento de poder aquisitivo, sobretudo em decorrência do crescimento econômico registrado na Região.

Tal preocupação permitiu com que fosse alcançada, pela primeira vez em 14 anos de existência do Fundo, a melhor performance na aplicação de seus recursos disponíveis, traduzida no aumento de 72% no Valor Bruto da Produção, 91% nas projeções de incremento de ocupação da mão-de-obra, aumento de 71% na quantidade de operações contratadas pelo mini e pequeno empresariado e crescimento de 1.144,57% nas operações voltadas para a economia familiar, em relação ao ano de 2002.

A busca pela excelência de resultados não pode ficar adstrita a este exercício. Tanto, assim, que uma série de medidas está sendo implementada, dentre as quais a revisão e adequação das normas operacionais à legislação vigente, para estimular a eficiente utilização do crédito, importante para o combate à fome e à miséria, à melhoria da base tecnológica na produção e à erradicação do trabalho escravo e infantil, sem descuidar o compromisso com a questão ambiental.

Mister, ainda, destacar a revisão e redefinição do planejamento e programas a partir dos eixos básicos estabelecidos nos programas de desenvolvimento da Amazônia, definidos pelo Governo Federal, que, juntamente com a expansão da cobertura regional e a modernização da área tecnológica, terão por fim oferecer processos mais ágeis e eficazes, em prol de um melhor atendimento aos usuários.

MÂNCIO LIMA CORDEIRO
Presidente

Parâmetros Espaço-Temporais

ORIGEM E CARACTERÍSTICAS

Os Fundos Constitucionais de Financiamento foram criados pela Constituição Federal de 1988 (artigo 159, inciso I, alínea "c"), definindo que a União destine 3% da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Cabe ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO a parcela de 0,6% do total de recursos previstos, tendo seu Agente Financeiro Gestor - Banco da Amazônia - a incumbência de realizar aplicações mediante planos anuais, em consonância com o Plano Plurianual do Governo Federal e com as prioridades espaço setoriais definidas pelos Estados da Região.

FINALIDADES

O FNO é uma fonte estável de recursos financeiros para o crédito de fomento, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Norte, instrumentalizado mediante programas de financiamento aos setores produtivos.

BENEFICIÁRIOS

São beneficiários dos recursos: os produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, inclusive cooperativas de produção e agricultores familiares nos projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), agroextrativistas e pescadores artesanais, que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turismo e prestação de serviços na Região Norte.

ÁREA DE ATUAÇÃO

A área de atuação do FNO abrange toda o Norte do País, compreendendo os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, constituídos por 449 municípios que compõem a base político-institucional da Região.

A Região possui área de 3,85 milhões Km² (mais de 45% do território nacional), população de 13,22 milhões de habitantes (7% da população brasileira), e Produto Interno Bruto regional de R\$ 57,03 bilhões (4,8% do PIB nacional – base 2001).

Dos estados que compõem a Região, Rondônia é o que apresenta a maior densidade demográfica, com 5,93 hab/km²; o de maior Produto Interno Bruto (PIB) é o Pará, com cerca de R\$ 21,7 bilhões, e o Amazonas apresenta a maior renda per capita, com R\$ 7,17 mil per capita. (v. cap. 5–tabela 1)

PONTOS DE ATENDIMENTO

O Banco da Amazônia possui uma rede de 64 agências na Região Norte, com jurisdição assistindo a 425 municípios – 94% do total -, oferecendo não apenas os benefícios dos programas do FNO, mas todo o portfólio de produtos e serviços bancários, levando o crédito necessário ao desenvolvimento das atividades produtivas, valorizando a pequena produção, promovendo o desenvolvimento integrado e homogêneo.

Programação Anual

METODOLOGIA PARA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Voltadas para as atividades de fomento e para a efetiva utilização dos recursos do FNO, são empreendidas ações planejadas em conjunto com os diversos segmentos socioeconômicos da Região.

O Plano de Aplicação dos Recursos do FNO-2003 resultou da prática anual de ações de planejamento/avaliação, de forma a alcançar os objetivos pretendidos.

A etapa de planejamento consistiu na consolidação das sugestões resultantes dos Encontros Estaduais de Planejamento para a Aplicação dos Recursos do FNO, realizados em toda Região, sob enfoque participativo, envolvendo entidades representativas dos setores público e privado, identificando prioridades e os papéis de cada ator no desenvolvimento regional.

Cada uma das atividades prioritárias selecionadas é relacionada às áreas geográficas potenciais de cada estado, destacando as principais oportunidades que favorecem seu desenvolvimento, bem como as condições dificultadoras e ações necessárias para a eficiente alocação dos recursos e conseqüente alavancagem do desenvolvimento regional desejado pela sociedade.

Para a condução de cada atividade são indicadas as entidades responsáveis, bem como, os parceiros institucionais e os resultados esperados. A atuação é realizada de forma compartilhada, buscando alcançar resultados positivos em benefício de toda a coletividade.

Anualmente, a etapa de planejamento passa por um processo de revisão, com vistas a acompanhar e aferir sistematicamente a implantação dos Planos Estaduais, exercendo função normativa quando necessário.

Os resultados quantitativos desse sistema, aberto e compartilhado, que traduz as prioridades espaços-setoriais por meio das inversões realizadas, são aferidos

utilizando-se de uma Matriz de Insumo Produto (MIP), que permite calcular os impactos socioeconômicos das aplicações, contemplando os multiplicadores de emprego e renda para cada setor de atividade, e os valores dos recursos contratados para cada atividade econômica, obtendo a dimensão do impacto estadual em termos do número de oportunidades de ocupação disponibilizadas, de forma direta e indireta, bem como Valor Bruto da Produção adicionado pelas ações de investimento efetivadas durante o período.

Esses indicadores representam uma ferramenta eficiente para a visualização dos reflexos gerados pela economia regional, abstraindo-se seu grau de dependência, os segmentos de maior destaque e as carências setoriais apresentadas, o que, sem dúvida, permitirá o direcionamento das ações do Fundo na homogeneização das ações em prol do desenvolvimento da Região.

AÇÕES PARA A EFICIÊNCIA NO CRÉDITO

Entre as ações estratégicas para a eficiência no crédito, destacam-se:

1. Reuniões com autoridades estaduais e municipais sobre a importância de reestruturar ou criar áreas destinadas a distrito industrial, realizar programas de capacitação e gestão empresarial, investir na melhoria das vias de acesso e escoamento da produção e incentivar o turismo local;
2. Divulgação, via mídia eletrônica, das linhas de financiamento apoiadas pelo FNO;
3. Parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, para a realização de estudos sobre cadeias produtivas regionais: pecuária leiteira, pecuária de corte, fruticultura, grãos, pesca, avicultura, aquicultura, café, cacau e turismo;
4. Encontros de planejamento para a aplicação dos recursos, contando com a participação de técnicos do Banco e representantes dos segmentos produtivos locais. Nesses encontros são fornecidos subsídios e diretrizes para formular o Plano Anual de Aplicação, contemplando suas prioridades, programas de financiamento e a previsão de recursos a serem alocados; e os Planos Estaduais de Aplicação, que tratam das questões pertinentes à realidade socioeconômica, possibilitando tratamento diferenciado às ações necessárias à eficiência dos recursos;
5. Atuação, nos sete estados da Região, dos Comitês Gerenciais e das Câmaras Técnicas do FNO.

Os Comitês Gerenciais, integrados por representantes do Banco da Amazônia e das instituições coordenadoras das Câmaras Técnicas, atuam no sentido de acompanhar a execução das ações planejadas e apresentar as dificuldades e reivindicações para a viabilização das ações necessárias para a eficiência do FNO.

As Câmaras Técnicas executam ações definidas nas discussões de planejamento e buscam o fortalecimento do sistema de parceria institucional. Há duas Câmaras: *de Suporte à Produção* (áreas de *assistência técnica / capacitação e treinamento / pesquisa e tecnologia*) e *de Logística e Mercado* (áreas de *infra-estrutura/ mercado*);

6. Revisão de normas operacionais, ajustando à legislação e estimulando a utilização do crédito produtivo prioritariamente pelos mini e pequenos produtores e micro e pequenas empresas, com a adequação das linhas de financiamento, de forma a apoiar iniciativas relacionadas ao combate à fome e à miséria, à melhoria da base tecnológica na produção e à erradicação do trabalho escravo e infantil;
7. Revisão do planejamento e programas do Banco. Os efeitos são observados mediante articulações para reformatar os programas de crédito da pesca artesanal e aqüicultura e pela definição de linhas de crédito da pesca industrial, em apoio ao Programa Nacional da Pesca e Aqüicultura da Secretaria Nacional de Pesca;
8. Expansão da cobertura regional, de forma conjunta com as demais instituições financeiras governamentais, observando critérios de viabilidade, determinados pelas potencialidades e limitações locais, transferindo para a comunidade os benefícios dessa racionalidade nos custos da ampliação do seu atendimento; e
9. Modernização da área tecnológica, de forma ousada e inovadora, em sistema de parceria com demais instituições oficiais congêneres. A finalidade é oferecer processos mais ágeis e eficazes, em prol de um melhor atendimento aos usuários.

Por outro lado, importante destacar, ainda, o compromisso com a questão ambiental, preponderante no desenvolvimento e criação de oportunidades negociais, mediante apoio a investimentos voltados para a conservação ou preservação ambiental, uso da biodiversidade, ecoturismo, geração de energia limpa, gestão do patrimônio natural e utilização sustentável dos recursos naturais.

PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

O FNO contemplou, ao todo, 13 (treze) programas de financiamento, voltados às atividades econômicas dos setores rural, industrial, turismo, comércio e serviços.

1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Desenvolve a sustentação econômica das famílias que fazem parte de programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo INCRA, apoiando o Governo Federal na execução de Política de Reforma Agrária e na reorganização fundiária na Região. Proporciona formas de ocupação rentável da mão-de-obra familiar e contribui para a fixação do homem no campo. Financia a agricultura, a aquicultura, o extrativismo vegetal, a pecuária (exclusive a de corte), a pesca artesanal, a produção artesanal e o turismo rural.

2. Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal (Pronaf/Prodex)

O financiamento à agroextrativistas, suas associações e cooperativas, altera o perfil econômico das áreas de extrativismo vegetal através de: racionalização no uso dos recursos naturais, implantação de sistemas agroflorestais, verticalização da produção, oportunizando trabalho familiar e combatendo o êxodo rural. São financiadas as atividades de extração e coleta de produtos florestais não madeireiros, manejo florestal de pequena escala, sistemas agroflorestais e enriquecimento da floresta com espécies nativas.

3. Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada (Pronaf/Prorural)

Voltado aos produtores familiares rurais, suas cooperativas e associações, financiando a agricultura, pecuária, pesca artesanal, e, o beneficiamento e armazenagem da produção, fortalecendo o associativismo, gerando oportunidades de trabalho e apoiando a verticalização da produção, como meios de conquistar eficiência e garantir sustentabilidade.

4. Programa de Desenvolvimento Rural (Proderur)

Induz a sociedade a considerar o meio ambiente como negócio, incentivando a utilização de áreas alteradas/degradadas com sistemas sustentáveis de usos alternativos do solo, priorizando sistemas de produção com tecnologias de baixo impacto ambiental, contribuindo para: a formação de infra-estrutura à produção e acesso aos mercados, verticalização da produção e a capacitação de recursos humanos na gestão de negócios. Desta forma, contribui para diminuir o passivo ambiental, apoiando o uso de tecnologias limpas e modernizar a cadeia produtiva do agronegócio, financiando a agricultura, pecuária, beneficiamento da produção e a capacitação tecnológica.

5. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal (Profloresta)

Financia atividades de manejo florestal sustentável, integrado ao processo de industrialização da madeira, sistemas agroflorestais e reflorestamento para reabilitação de áreas alteradas, beneficiamento de produtos não-madeireiros e pesquisas tecnológicas aplicadas ao setor florestal. O principal objetivo é promover a exploração de recursos florestais mediante a utilização de tecnologias apropriadas, minimizando impactos sobre os ecossistemas e concorrendo para a sustentabilidade dos empreendimentos financiados.

6. Programa de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Promipeq)

Crédito específico para micro e pequenos empreendimentos dos setores agroindustrial, industrial, infra-estrutura e de turismo, mediante programa em condições diferenciadas, com o objetivo de diversificar a estrutura econômica e o crescimento do mercado regional. Proporciona condições para a expansão e verticalização das atividades econômicas e o incremento do mercado interno regional.

7. Programa de Desenvolvimento Industrial (Prodesin)

Apóia projetos de melhoria da infra-estrutura econômica e capacitação dos recursos humanos, estimulando a utilização de tecnologias de baixo impacto ambiental, modernização tecnológica, geração hidrelétrica e processamento e reciclagem de resíduos.

8. Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria (Proagrin)

Financia a transformação e beneficiamento de matérias-primas agrícolas, florestais e pecuárias, formando cadeias produtivas e consolidando pólos e complexos agroindustriais.

9. Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional (Prodetur)

Desenvolve o turismo, apoiando iniciativas no segmento convencional e ecoturismo em bases sustentáveis e visando ampliar a competitividade por meio da oferta estruturada de serviços.

10. Programa de Apoio à Exportação (Fno-Exportação)

Financia a implantação, ampliação, modernização e realocação de empresas exportadoras, na produção e comercialização de produtos, no reforço do capital de giro e aquisição de ativos fixos, em condições compatíveis ao mercado internacional.

11. Programa de Apoio ao Comércio e a Prestação de Serviços (Comserv)

Prioriza micro, pequenas e médias empresas do setor de comércio e serviços, em atividades complementares às dos setores primário e secundário já apoiadas pelo FNO, incentivando a produção, adaptação ou absorção de tecnologias, geração de conhecimento e a modernização tecnológica.

12. Programa de Apoio à Infra-Estrutura Econômica (Proinfra)

Financiamento de melhorarias na infra-estrutura econômica regional, com ênfase na geração, distribuição e conservação de energia elétrica, produção e distribuição de gás encanado, captação, tratamento e distribuição de água, esgotamento sanitário, transporte de cargas, armazenagem e comunicações.

13. Programa de Eficiência Energética (Proenerg)

Financiamento da auto-suficiência empresarial na geração ou redução do padrão de consumo de energia elétrica, por meio do uso de geradores próprios ou adoção de fontes alternativas de geração e soluções poupadoras de energia.

METAS E OBJETIVOS

Para o exercício de 2003, foram definidas as seguintes metas físicas e financeiras:

Ano	Recursos a Alocar (R\$ milhões)			Quantidade de Beneficiários/ Projetos a Financiar			Quantidade de Empregos a Gerar			Aumento no Valor Bruto da Produção (R\$ milhões)		
	Rural	Indust.	Com. e Serviços	Rural	Indust.	Com. e Serviços	Rural	Indust.	Com. e Serviços	Rural	Indust.	Com. e Serviços
2003	350,75	189,79	60,08	24.206	2.397	317	83.811	11.137	3.187	609,08	323,60	78,27

Fonte: BASA/Plano de Aplicação de Recursos 2003-2005

Com a aplicação anual dos recursos do Fundo na Região, persegue-se os seguintes objetivos permanentes:

a) Na Economia Regional

- 1) Aumentar o valor agregado bruto regional;
- 2) Aumentar a arrecadação de impostos e taxas;
- 3) Aumentar a oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;
- 4) Diminuir o êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;
- 5) Introduzir tecnologias capazes de superar o estado de atraso da economia regional;
- 6) Contribuir para o aumento dos excedentes exportáveis;
- 7) Internalizar renda a partir da verticalização da produção das matérias-primas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias regionais;
- 8) Minimizar as desigualdades internas da Região através de incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior;
- 9) Melhorar o abastecimento interno de produtos básicos;
- 10) Promover a auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos regionais; e
- 11) Estimular o aproveitamento econômico da flora regional.

b) Aos Beneficiários

- 1) Elevação da renda real do produtor, através do acréscimo da taxa de lucro;
- 2) Melhorar a qualidade de vida do produtor rural e do empresário industrial e de seus familiares e empregados; e

- 3) Criar oportunidades para a utilização da mão-de-obra dos membros das famílias dos mini e pequenos produtores.

c) Ao Consumidor

- 1) Contribuir para a maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais; e
- 2) Melhorar o bem-estar social da população em termos de padrão alimentar.

d) Ao Meio Ambiente

- 1) Proporcionar mecanismos de reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas;
- 2) Promover o desenvolvimento da Região, de forma econômica e ecologicamente sustentável;
- 3) Conter o avanço do desmatamento desordenado.

e) Ao Banco da Amazônia

- 1) Fortalecer a instituição e promover a sua consolidação como agente financeiro fomentador do desenvolvimento sócio-econômico da Amazônia.

Desempenho Operacional

EXERCÍCIO DE 2003

Operações contratadas por atividade econômica

No Exercício de 2003, foram contratadas **23.587 operações** de crédito, totalizando **R\$ 1.075.125,3 mil**.

Nesse exercício, o número de contratos, bem como o valor contratado, superaram em 67% e 78% respectivamente, o ano anterior.

No perfil setorial, as aplicações rurais representaram 63% dos valores contratados, demonstrando a representatividade das ações voltadas à valorização da atividade agrícola. (v. cap. 5 – tabela 2)

Operações contratadas por porte do beneficiário

Os segmentos produtivos de menor tamanho (cooperativas, mini/micro e pequenos) responderam por **89%** do total das contratações (21.021 operações), o que ratifica a preocupação com o apoio ao empresariado regional de pequeno porte. (v. cap.5 – tabelas 3 e 4).

Operações contratadas por estado e programa de financiamento

Os programas PRONAF “A”, PRONAF/PRODEX e PRONAF/PRORURAL, que atendem ao segmento da agricultura de base familiar, obtiveram o financiamento de 19.326 operações, contribuindo para gerar aproximadamente **76 mil novas oportunidades de trabalho** no campo.

Na avaliação quantitativa das contratações, o setor primário se destacou por intermédio das aplicações no Programa PRODERUR, com R\$ 446,6 milhões. Nos setores secundário e terciário destacaram-se o FNO-Exportação e FNO-COMSERV, com R\$ 135,8 e R\$ 145,1 milhões, respectivamente, demonstrando os esforços voltados à viabilização da estrutura econômica por meio da diversificação de mercados e fortalecimento das cadeias produtivas.

Destacam-se, também, três blocos com características distintas na Região: o primeiro, em que o agronegócio prepondera na economia, representado pelo Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins; o segundo, com nítida predominância industrial, como no Amazonas; e o terceiro, demonstrando equilíbrio entre esses dois setores econômicos, como no Pará. (v.cap.5 - tab.5).

Recursos aplicados x recursos próprios

As operações contratadas no exercício receberam a contra-partida de recursos próprios dos empreendedores no montante de R\$ 63,4 milhões. Desse total, R\$ 11,8 milhões foram aplicados no setor rural e R\$ 51,6 milhões no industrial (v. cap. 5 - tabelas 7 e 8)

Propostas em carteira

Ao final do Exercício de 2003, havia uma demanda imediata representada por mais de **8 mil propostas**, envolvendo recursos no valor de **R\$ 786,3 milhões**, sendo R\$ 183,6 milhões decorrentes de projetos aprovados, aguardando contratação, e R\$ 602,7 milhões referentes ao estoque de projetos em carteira, sob análise. (v. cap. 5 – tabelas 9 a 11)

Liberações de operações

As liberações de recursos decorrentes das operações contratadas totalizaram mais de **R\$ 816 milhões**, dos quais R\$ 494 milhões para o setor rural e R\$ 322 milhões para o industrial. (v. cap. 5– tabela 44).

PERÍODO NOVEMBRO/1989 – DEZEMBRO/2003

Estoque de operações contratadas

Em dezembro/2003 foi registrado um estoque de 153.560 operações contratadas no Fundo, das quais 151.649 no setor rural e 1.911 no industrial. Esse estoque real de operações envolve um saldo de R\$ 4.754 mil. (vide cap 5 – tab. 46)

Operações contratadas por setor econômico

Durante o período de operacionalização do FNO, foram contratadas **185.503 operações** de crédito, correspondentes a **R\$ 7,5 bilhões**.

Foram 182.456 contratos pactuados com o setor rural (98% do total), 2.580 com o industrial e 467 com o setor de serviços. (v. cap. 5 – tabela 14).

Operações contratadas por estado

A maioria das contratações esteve voltada para operações com o micro empreendedor, indicando o **atingimento da função social** na Região.

O micro e pequeno empresariado, juntos, foram responsáveis pela contratação de 175.260 operações (94,5% do total), demonstrando a preocupação com o apoio a esses empreendedores. (v. cap. 5 - tab.15)

Operações por porte do beneficiário

As linhas de financiamento voltadas para as cooperativas, mini/micros e pequenos empresários foram responsáveis pela contratação de mais de **175 mil operações** (94,5% do total), envolvendo recursos no montante de **R\$ 4,1 bilhões**. (v. cap. 5 – tabela 15)

Operações por programa de financiamento

No setor rural, os financiamentos nos programas voltados para a agricultura familiar – PRONAF “A”, PRONAF-PRODEX e PRONAF-PRORURAL - representaram mais de **66% das operações contratadas**.

No setor industrial, o Programa PRODESIN, voltado à modernização industrial, foi o de maior volume de contratação, representando **33% das operações** no período (v. cap. 5 – tabela 19).

Índice de cobertura do FNO por estabelecimento rural

Dos 446.175 estabelecimentos rurais existentes na Região, **40,89%** foi beneficiada com programas de crédito do FNO.

Exceto o Amazonas, devido suas características industriais, e o Pará, em que há equilíbrio entre o rural e o industrial, os demais estados se apresentaram acima daquele índice médio de contratações.

O destaque maior coube ao Estado do Amapá, com a incidência de **1,4 operação por estabelecimento registrado** (v. cap. 5– tabela 20).

Índice de cobertura do FNO por estabelecimento industrial, comércio e serviços

Do total de 39 mil estabelecimentos industriais e de comércio e serviços registrados na Região Norte, **7,79%** receberam os benefícios dos Programas do FNO.

Com exceção do Pará, os demais estados se situaram abaixo do indicativo regional.

Em geral, verificou-se na região uma ampla dispersão em torno da média, que demonstra o nível das intenções de investimento atrelado às peculiaridades econômicas, com percentuais menores nos estados onde as atividades rurais se mostram predominantes.

Tal fato evidencia a adequação aos princípios de sustentabilidade dos projetos localizados nos estados mais industrializados, e seu enquadramento aos preceitos quanto ao nível de impacto ambiental. (v. cap. 5– tabela 21).

Desempenho Financeiro

INGRESSO DE RECURSOS

No Exercício de 2003, o Governo Federal repassou à conta do FNO, via Secretaria do Tesouro Nacional (STN), recursos da ordem de **R\$ 597.170,3 mil**.

Os valores repassados via STN possibilitaram que a disponibilidade de recursos para o Exercício de 2003 fosse de R\$ 1.104.062 mil, assim pormenorizados:

(+) Repasses via STN	R\$ 597.170 mil
(+) Reembolsos	R\$ 419.086 mil
(+) Remuneração do Disponível	R\$ 85.787 mil
(+) Cobertura de Aval	R\$ 2.019 mil
Total de entradas no Exercício de 2003	R\$ 1.104.062 mil

As disponibilidades totais chegaram a **R\$ 1.497.932 mil**, sendo R\$ 1.104.062 mil referentes às entradas em 2003 e R\$ 393.870 mil correspondente ao saldo disponível em 31.12.2002.

DESEMBOLSO DE RECURSOS

As saídas totalizaram **R\$ 1.132.492 mil**, assim discriminadas:

(-) Desembolsos	R\$ 942.468 mil
(-) Recuperação op. compensadas	R\$ 355 mil
(-) Recuperação op. indenizadas	R\$ 5.376 mil
(-) Taxa de Administração	R\$ 119.434 mil
(-) Despesas de Auditoria	R\$ 99 mil
(-) Del credere	R\$ 63.271 mil
(-) Del credere de op. CL-BASA renegociadas	R\$ 1.489 mil

O saldo disponível ao final do Exercício de 2003 foi de R\$ 365.440 mil, sendo que R\$ 322.009 mil corresponde ao valor comprometido com parcelas a liberar e R\$ 183.607 mil com operações deferidas a contratar, gerando uma **disponibilidade líquida negativa em 31.12.2003 de R\$ 140.176 mil**.

CONTRATAÇÕES POR PROGRAMA E PORTE

Os programas PRODERUR e PRODESIN lideraram as contratações de recursos no período, observando melhor assistir aos menores segmentos da economia da região, facilitar a geração de renda e de oportunidades de emprego, sem descuidar das outras dimensões do desenvolvimento regional. (v. cap. 5 – tabelas 27 e 28).

OPERAÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DO FUNDO

O saldo das operações contratadas sob a responsabilidade do Fundo totalizou R\$ 2,3 bilhões. Desse total, o setor rural foi responsável por 87% das operações. (v. cap. 5– tabelas 40 a 42)

RISCO COMPARTILHADO

A responsabilidade (risco) pela concessão dos créditos, nas operações contratadas a partir de 01.12.1998, passou a ser compartilhada. O saldo das operações contratadas com risco compartilhado totalizou R\$ 2,5 bilhões. (v. cap.5–tabelas 37 a 39).

RESULTADO FINANCEIRO

O Patrimônio Líquido do FNO totalizou R\$ 4.848.014 mil, evoluindo 21,9% em relação ao registrado em 31.12.2002.

Não foram ainda definidos por parte dos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda, responsáveis pela padronização das informações dos fundos constitucionais, os critérios para constituição da provisão contábil das operações de crédito, conforme prescrito no Art. 8º, da Lei 10.177/2001.

As demonstrações contábeis se encontram expostas nos Anexos.

RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

Os recursos do FNO se voltaram aos investimentos necessários para direcionar a Região ao crescimento econômico com equilíbrio social.

Sob a ótica econômica, para um total de R\$ 1.075 milhões contratados, o incremento estimado no valor bruto da produção regional (VBP) foi superior a R\$ 592 milhões. (v. cap. 5 – tabela 23).

Quanto ao aspecto social, os investimentos contribuíram na redução do êxodo rural; em novas ocupações no campo e em cidades longe dos grandes centros; no uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais; na melhor qualidade de vida das famílias dos mini e pequenos produtores.

Sob o ângulo econômico-financeiro, surgiram novas oportunidades de mão-de-obra nas formas direta, indireta e induzida, que contribuíram para a geração de riqueza na região e no resto do país, elevando a demanda e a produção regional; novas fontes de recursos governamentais, através da cobrança de tributos; abertura de mercados para inserção de novos produtos, entre outros.

Os recursos aplicados contribuíram para a geração de 110.830 ocupações na Região, sendo 95.207 de forma direta e 15.623, indireta.

CONSECUÇÃO DE METAS

No exercício, foram intensificadas ações com vistas a uma maior alocação de recursos nos setores rural, industrial, agroindustrial, turismo e comércio e serviços, elevando em **78%** os recursos contratados, comparativamente ao ano anterior.

Especialmente em relação ao mini e pequeno empresariado, a quantidade de operações contratadas foi superior em **71%** ao registrado em 2002.

No tocante à dinamização da economia e geração de oportunidades de emprego e renda, os números indicaram aumentos de **72%** no Valor Bruto da Produção e **91%** nas projeções de incremento da mão-de-obra.

A elevação do índice relativo ao Valor Bruto da Produção foi de especial importância para a redução das desigualdades regionais, procurando fortalecer economicamente os estados e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Especificamente voltados para a economia familiar, os programas PRODEX, PRORURAL e PRONAF foram responsáveis pela contratação de **121.691 operações**, representando um crescimento de **1.144,57%** ao registrado em 2002.

As metas planejadas foram, portanto, suplantadas.

Inadimplência

INADIMPLÊNCIA POR ESTADO E SETORES

Comparativamente ao montante das operações, as contratadas até 30.11.1998, que se encontram em atraso representam 38,14%. Por sua vez, as contratadas a partir de 01.12.1998, em situação inadimplente, totalizam 6,91%. Setorialmente, o maior volume de inadimplência foi registrado no rural. (v. cap. 5 – tabelas 29 e 30)

INADIMPLÊNCIA POR ESTADO E PORTE

No setor rural, o maior volume de operações inadimplentes está no segmento dos cooperativados, enquanto que no industrial a inadimplência se verifica em maior escala no mini/micro empresariado. (v. cap. 5 – tabelas 31 a 34)

VALORES VENCIDOS POR PERÍODO E SETORES

As maiores inadimplências situam-se no período superior a um ano, tanto no setor rural, quanto no industrial.

A situação de inadimplência leva o Banco a buscar junto ao empreendedor a regularização de seu financiamento, o que, em grande parte dos casos, ocorre através de renegociação do débito. (v. cap. 5 – tabela 35)

RENEGOCIAÇÃO DE OPERAÇÕES

Vem sendo dispensada especial atenção ao gerenciamento dos créditos com problemas de recuperação. Os resultados positivos dessa ação se evidenciam pela renegociação de mais de 12 mil operações durante o exercício. (v. cap. 5 – tabela 36)

SECURITIZAÇÃO DE OPERAÇÕES

Em observância ao normatizado pela Lei 9138/95 e pela Resolução 2471/98 foram securitizados contratos de operações do setor rural, envolvendo recursos de mais de R\$ 552 milhões. (v. cap. 5 – tabela 47).

AÇÕES VISANDO REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA

Entre as medidas visando conter o inadimplemento, destaca-se a seletividade de clientes, a negociação das operações anormais e a intensificação do controle de risco e de cobranças. A primeira, vem sendo implementada graças à admissão de novos técnicos no Banco, permitindo buscar projetos mais viáveis quanto ao aspecto técnico-financeiro, mediante análise de informações mercadológicas. Quanto à negociação de operações anormais, são mantidas reuniões com o SEBRAE, EMATER, INCRA, Federação dos Trabalhadores na Agricultura e sindicatos rurais, principais parceiros na divulgação dos vários normativos desse processo.

Por outro lado, é importante mencionar que, paralelo a tais medidas, existe a preocupação quanto à função social do Fundo, visando possibilitar mais oportunidades de ocupação e renda à população, como também vem sendo dispensada especial atenção ao gerenciamento dos créditos com problemas de recuperação, com resultados positivos através da renegociação de ativos.

De forma proativa, o Banco vem adotando procedimentos gerenciais que permitem identificar prováveis estrangulamentos tanto na visão técnica, quanto na operacional, e, com isso, evitar anormalidades nas operações “em ser”.

Vale, contudo, ressaltar que a Lei nº 10.823/2003 prorrogou os efeitos da Lei nº 10.696/2003, estendendo para o dia 31.05.2004 a data limite de renegociação de dívidas decorrentes de operações contratadas junto ao Fundo, o que contribuiu para os atuais patamares de inadimplência.

Tabelas

TABELA 1 ÁREA, Nº DE MUNICÍPIOS, POPULAÇÃO, DENSIDADE DEMOGRÁFICA
E PIB DOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE

ESTADO	ÁREA (Km ²) (a)	Nº DE MUNICÍPIOS (b)	POPULAÇÃO (HAB.) (a)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (a)	PIB (R\$ MILHÕES) (a)	RENDA PER CAPITA (R\$ Mil)
Acre	152.522,0	22	573.267	3,76	1.921	3,35
Amapá	142.815,8	16	498.158	3,49	2.253	4,52
Amazonas	1.570.946,8	62	2.892.420	1,84	20.736	7,17
Pará	1.247.702,7	143	6.332.174	5,08	21.748	3,43
Rondônia	237.564,5	52	1.407.608	5,93	6.083	4,32
Roraima	224.118,0	15	336.423	1,50	1.219	3,62
Tocantins	277.297,8	139	1.183.809	4,27	3.067	2,59
REGIÃO NORTE	3.852.967,6	449	13.223.859	3,43	57.027	29,01

Fonte: (a) IBGE - Contas Regionais do Brasil 1998-2001

(b) IBGE / SEPLAN / Estatística (base 2000)

TABELA 2. OPERAÇÕES CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$mil)
Exercício/2003

SETOR	Nº OPERAÇÕES	%	VALOR	%
Rural	22.803	96,68	682.375,8	63,47
Industrial	529	2,25	335.743,5	31,23
Comércio e Serviços	255	1,08	57.006,0	5,30
Total	23.587	100,00	1.075.125,3	100,00

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

TABELA 3. OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTADO
Exercício/2003

ESTADO	Rural		Industrial		Comércio e Serviços		Total	
	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil
Acre	921	32.352,0	16	2.861,5	19	4.584,7	956	39.798,2
Amapá	55	1.914,8	1	187,6	6	1.820,2	62	3.922,6
Amazonas	1.330	23.012,8	25	61.451,3	32	10.339,1	1.387	94.803,2
Pará	10.001	265.226,3	404	248.947,6	75	21.906,0	10.480	536.079,9
Rondônia	6.160	126.677,3	57	17.204,0	63	9.456,5	6.280	153.337,8
Roraima	179	9.673,6	10	2.422,2	23	1.659,4	212	13.755,3
Tocantins	4.157	223.519,0	16	2.669,3	37	7.240,2	4.210	233.428,4
Total	22.803	682.375,8	529	335.743,5	255	57.006,0	23.587	1.075.125,3

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

TABELA 4 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR SETOR E PORTE DO BENEFICIÁRIO
Exercício 2003

Porte/ Setor	RURAL				INDUSTRIAL				COMÉRCIO E SERVIÇOS				TOTAL			
	Nº OP.	%	R\$ mil	%	Nº OP.	%	R\$ mil	%	Nº OP.	%	R\$ mil	%	Nº OP.	%	R\$ mil	%
Mini/micro	20.028	87,8	234.331,1	34,3	14	2,6	778,1	0,2	49	19,2	2.487,9	4,4	20.091	85,2	237.597,1	22,1
Pequeno	723	3,2	36.513,4	5,4	55	10,4	8.382,0	2,5	138	54,1	21.467,9	37,7	916	3,9	66.363,3	6,2
Médio	1.636	7,2	209.000,1	30,6	71	13,4	50.165,1	14,9	63	24,7	24.642,6	43,2	1.770	7,5	283.807,9	26,4
Grande	402	1,8	184.604,8	27,1	389	73,5	276.418,3	82,3	5	2,0	8.407,5	14,7	796	3,4	469.430,6	43,7
Cooperativas	14	0,1	17.926,4	2,6	0	0,0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0	14	0,1	17.926,4	1,7
Total	22.803	100,0	682.375,8	100,0	529	100,0	335.743,5	100,0	255	100,0	57.006,0	100,0	23.587	100,0	1.075.125,3	100,0

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

TABELA 5 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTADO E POR PORTE

Exercício 2003

ESTADO	MINIMICO		PEQUENO		MÉDIO		GRANDE		COOPERATIVAS		Total	
	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil
Acre	800	8.591,3	36	3.647,5	82	10.422,6	38	17.136,8	0	0,0	956	39.798,2
Amapá	47	775,2	9	1.119,7	5	1.114,0	1	913,7	0	0,0	62	3.922,6
Amazonas	1.234	13.596,4	73	4.914,3	64	21.947,3	15	54.151,4	1	193,9	1.387	94.803,2
Pará	9.259	101.697,1	206	16.365,8	502	109.871,6	508	290.843,8	5	17.301,5	10.480	536.079,9
Rondônia	5.537	63.783,4	165	9.645,4	511	55.037,3	59	24.440,6	8	431,0	6.280	153.337,7
Roraima	145	1.983,2	30	2.687,4	28	3.334,8	9	5.749,8	0	0,0	212	13.755,3
Tocantins	3.069	47.170,7	397	27.983,1	578	82.080,2	166	76.194,5	0	0,0	4.210	233.428,5
Total	20.091	237.597,1	916	66.363,3	1.770	283.807,9	796	469.430,6	14	17.926,4	23.587	1.075.125,3

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

TABELA 6 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PROGRAMA E POR ESTADO
Exercício/2003

PROGRAMA / ESTADO	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL	
	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil
1.RURAL	921	32.352,0	55	1.914,8	1.330	23.012,8	10.001	265.226,3	6.160	126.677,3	179	9.673,6	4.157	223.519,0	22.803	682.375,8
PRONAF "A"	425	4.217,2	35	482,2	471	5.019,6	5.248	63.060,5	1.981	21.636,9	111	1.038,3	1.901	22.625,1	10.172	118.079,8
PRONAF "A/C"	-	-	-	-	-	-	48	97,8	-	-	-	-	-	-	48	97,8
PRONAF AGREGAR	-	-	-	-	-	-	1	12.824,0	-	-	-	-	-	-	1	12.824,0
PRONAF-PRODEX	7	21,6	1	2,5	6	17,8	325	1.148,3	-	-	-	-	111	474,8	450	1.665,0
PRONAF-PRORURAL	350	3.715,0	2	35,8	670	7.538,9	3.548	39.312,5	3.478	40.322,6	9	94,2	598	9.430,2	8.655	100.449,3
PRORDERUR	139	24.398,2	17	1.394,2	183	10.436,5	829	146.371,2	701	64.717,7	59	8.541,1	1.546	190.761,0	3.474	446.620,0
PROFLORESTA	-	-	-	-	-	-	2	2.411,9	-	-	-	-	1	227,9	3	2.639,8
2.INDUSTRIAL	35	7.446,2	7	2.007,8	57	71.790,4	479	270.853,6	120	26.660,5	33	4.081,6	53	9.909,4	784	392.749,6
COMSERV	19	4.584,7	6	1.820,2	32	10.339,1	75	21.906,0	63	9.456,5	23	1.659,4	37	7.240,2	255	57.006,0
EXPORTAÇÃO	1	899,9	-	-	-	-	362	131.429,6	41	2.525,8	7	942,1	-	-	411	135.797,5
PROAGRIN	-	-	-	-	-	-	4	23.400,7	4	12.996,6	-	-	1	187,3	9	36.584,6
PRODESIN	3	376,8	1	187,6	18	54.550,8	26	85.405,6	6	1.213,1	2	1.381,5	9	1.975,0	65	145.090,4
PRODETUR	1	208,0	-	-	-	-	2	5.470,8	-	-	-	-	1	66,9	4	5.745,7
PROINFRA	-	-	-	-	3	6.623,0	1	2.039,4	-	-	-	-	-	-	4	8.662,3
PROMIPEQ	11	1.376,7	-	-	4	277,5	9	1.201,5	6	468,5	1	98,7	5	440,1	36	3.863,0
Total	956	39.798,2	62	3.922,6	1.387	94.803,2	10.480	536.079,9	6.280	153.337,8	212	13.755,3	4.210	233.428,4	23.587	1.075.125,3

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

TABELA 7 RECURSOS PRÓPRIOS POR PORTE - SETOR RURAL
Exercício/2003

PORTE DO BENEFICIÁRIO	Recursos do FNO		Recursos Próprios		TOTAL	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Cooperativas	17.926,4	2,63	0,0	0,00	17.926,4	2,6
Mini	234.331,1	34,34	183,7	1,56	234.514,8	33,8
Pequeno	36.513,4	5,35	416,4	3,54	36.929,8	5,3
Médio	209.000,1	30,63	1.125,2	9,58	210.125,3	30,3
Grande	184.604,8	27,05	10.025,2	85,32	194.629,9	26,7
TOTAL	682.375,8	98,31	11.750,5	1,69	694.126,2	100,0

Fonte: BASA – Sist. Controle de Operações

TABELA 8. RECURSOS PRÓPRIOS POR PORTE - SETOR INDUSTRIAL / OUTROS
Exercício/2003

PORTE DO BENEFICIÁRIO	Recursos do FNO		Recursos Próprios		TOTAL	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Mini	3.266,0	0,83	163,3	0,32	3.429,3	0,77
Pequeno	29.849,9	7,60	370,7	0,72	30.220,6	6,80
Médio	74.807,8	19,05	11.706,3	22,66	86.514,1	19,47
Grande	284.825,8	72,52	39.416,9	76,30	324.242,7	72,96
Cooperativas	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
TOTAL	392.749,6	88,38	51.657,2	7,82	444.406,7	100,0

Fonte: BASA – Sist. Controle de Operações

TABELA 9. PROPOSTAS EM CARTEIRA POR SETOR
Posição em 31.12.2003

TIPO DE PROPOSTA	RURAL		INDUSTRIAL		COM.SERV.		TOTAL			
	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	%	R\$ mil	%
Em análise	5.998	247.269,4	165	292.790,6	97	62.674,6	6.260	71,5	602.734,6	76,7
Deferidas a Contratar	2.457	62.465,0	18	108.903,7	21	12.239,6	2.496	28,5	183.608,3	23,3
TOTAL	8.455	309.734,3	183	401.694,3	118	74.914,3	8.756,0	100,0	786.342,9	100,0

Fonte: BASA – Sist. Controle de Operações

TABELA 10. PROPOSTAS SETOR RURAL
Posição em 31.12.2003

TIPO DE PROGRAMA	EM ANÁLISE		A CONTRATAR		TOTAL			
	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	%	R\$ mil	%
PRODERUR	825	176.720,8	304	36.729,9	1.129	13,4	213.450,7	68,9
PRONAF A	1.012	11.890,1	591	5.505,7	1.603	19,0	17.395,8	5,6
PRONAF C	46	565,7	31	140,2	77	0,9	705,8	0,2
PRONAF D	4.096	42.505,8	1.531	20.089,2	5.627	66,6	62.595,0	20,2
PROFLORESTA	19	15.587,0	0	000,0	19	0,2	15.587,0	5,0
TOTAL	5.998	247.269,4	2.457	62.465,0	8.455	100,0	309.734,3	100,0

Fonte: BASA – Sist. Controle de Operações

TABELA 11. PROPOSTAS SETOR INDUSTRIAL/OUTROS
Posição em 31.12.2003

TIPO DE PROGRAMA	EM ANÁLISE		A CONTRATAR		TOTAL			
	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	%	R\$ mil	%
COMSERV	97	62.674,6	21	12.239,6	118	39,2	74.914,3	15,7
EXPORTAÇÃO	38	6.066,0	4	506,2	42	14,0	6.572,2	1,4
PROAGRIN	3	7.797,5	0	-	3	1,0	7.797,5	1,6
PRODESIN	84	216.064,6	5	4.748,8	89	29,6	220.813,4	46,3
PRODETUR	7	19.774,3	3	792,0	10	3,3	20.566,3	4,3
PROINFRA	2	36.949,02	3	102.533,3	5	1,7	139.482,3	29,3
PROMIPEQ	31	6.139,3	3	323,4	34	11,3	6.462,7	1,4
TOTAL	262	355.465,2	39	121.143,4	301	100,0	476.608,6	100,0

Fonte: BASA – Sist. Controle de Operações

TABELA 12. RECURSOS APLICADOS POR HABITANTE E EXTENSÃO TERRITORIAL
EXERCÍCIO/2003

ESTADO	RECURSOS APLICADOS (R\$ mil) (a)	POPULAÇÃO DE HAB) (Nº (b))	EXTENSÃO TERRITORIAL (Km2) (b)	R\$/Hab.	R\$/Km2
Acre	39.798,2	573.267	152.522,0	69,42	260,93
Amapá	3.922,6	498.158	142.815,8	7,87	27,47
Amazonas	94.803,2	2.892.420	1.570.946,8	32,78	60,35
Pará	536.079,9	6.332.174	1.247.702,7	84,66	429,65
Rondônia	153.337,8	1.407.608	237.564,5	108,94	645,46
Roraima	13.755,3	336.423	224.118,0	40,89	61,38
Tocantins	233.428,4	1.183.809	277.297,8	197,18	841,80
Total	1.075.125,3	13.223.859	3.852.967,6	81,30	279,04

Fonte: (a) BASA – Sist. Controle de Operações

(b) IBGE – Contas Regionais do Brasil 1998-2001

**TABELA 13 NÚMERO DE MUNICÍPIOS ASSISTIDOS COM RECURSOS DO FNO EM
RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA ESTADO DA REGIÃO
NORTE(EXERCÍCIO/2003)**

ESTADO	Nº DE MUNICÍPIOS ASSISTIDOS	Nº DE MUNICÍPIOS DO ESTADO	(a)/(b)
	(a)	(b)	%
Acre	21	22	95,45
Amapá	15	16	93,75
Amazonas	46	62	74,19
Pará	140	143	97,90
Rondônia	52	52	100,00
Roraima	13	15	86,67
Tocantins	135	139	97,12
Total	422	449	93,99

Fonte: (a) BASA – Sist. Controle de Operações

(b) IBGE - Censo Demográfico 2000

**TABELA 14 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO
(NOV.1989/DEZ.2003)**

SETOR	Nº OP.	%	R\$ mil	%
Rural	182.456	98,36	5.441.922,2	72,93
Industrial	2.580	1,39	1.922.318,1	25,76
Comércio e Serviços	467	0,25	97.167,5	1,30
Total	185.503	100,00	7.461.407,8	100,00

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Obs.: valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2003(US\$1,00 = R\$ 2,8892)

TABELA 15. OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTADO E POR PORTE (NOV.1989/DEZ.2003)

UF	Cooperativas		Mini/micro		Pequeno		Médio		Grande		Total	
	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil
AC	42	4.678,4	14.943	165.650,5	243	24.784,1	255	40.424,2	108	48.189,5	15.591	283.726,7
AP	0	0,0	4.233	38.117,1	328	48.655,9	70	16.426,7	49	16.808,2	4.680	120.008,0
AM	3	492,6	13.196	201.013,8	526	95.913,8	294	97.936,9	60	150.201,5	14.079	545.558,6
PA	57	40.577,7	75.466	1.266.137,4	3.464	689.990,3	2.642	796.424,7	1.704	1.098.391,8	83.333	3.891.521,9
RO	41	9.038,5	34.820	524.265,2	1.146	117.595,6	1.241	176.576,2	128	74.454,9	37.376	901.930,4
RR	1	2.607,3	4.245	63.696,4	201	35.442,0	105	21.159,7	183	37.114,6	4.735	160.020,1
TO	3	528,4	18.326	388.718,5	4.123	368.362,8	2.708	431.753,8	549	369.278,6	25.709	1.558.642,0
Total	147	57.922,9	165.229	2.647.598,9	10.031	1.360.744,7	7.315	1.580.702,2	2.781	1.794.439,1	185.503	7.461.407,8

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Obs.: valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2003 (US\$1,00 = R\$ 2,8892)

TABELA 16. OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTADO E SETOR (NOV.89/DEZ.2003)

ESTADO	RURAL		INDUSTRIAL		COMÉRCIO/SERVIÇOS		TOTAL			
	Nº OP	R\$ MI	Nº OP	R\$ MI	Nº OP	R\$ MI	Nº OP.	%	R\$ MI	%
Acre	15.485	264.215,9	76	12.507,8	30	7.002,9	15.591	8,4	283.726,7	3,8
Amapá	4.633	98.206,0	28	18.627,0	19	3.175,0	4.680	2,5	120.008,0	1,6
Amazonas	13.815	270.054,5	196	256.050,0	68	19.454,3	14.079	7,6	545.558,7	7,3
Pará	81.564	2.544.586,0	1.638	1.307.729,5	131	39.206,4	83.333	44,9	3.891.521,9	52,2
Rondônia	36.967	770.255,1	294	116.055,9	115	15.619,5	37.376	20,1	901.930,4	12,1
Roraima	4.668	152.344,6	38	5.812,5	29	1.862,9	4.735	2,6	160.020,1	2,1
Tocantins	25.324	1.342.260,1	310	205.535,4	75	10.846,5	25.709	13,9	1.558.642,0	20,9
TOTAL	182.456	5.441.922,2	2.580	1.922.318,1	467	97.167,5	185.503	100,0	7.461.407,8	100,0

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Obs.: valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2003 (US\$1,00 = R\$ 2,8892)

TABELA 17 RECURSOS APLICADOS POR HABITANTE (NOV.1989/DEZ.2003)

ESTADO	Recursos Aplicados (R\$)	População (hab.)	Recursos Aplicados
	(a)	(b)	R\$ / hab
Acre	283.726.684	573.267	494,93
Amapá	120.007.974	498.158	240,90
Amazonas	545.558.699	2.892.420	188,62
Pará	3.891.521.895	6.332.174	614,56
Rondônia	901.930.438	1.407.608	640,75
Roraima	160.020.090	336.423	475,65
Tocantins	1.558.642.032	1.183.809	1.316,63
TOTAL	7.461.407.812	13.223.859	564,24

Fonte: (a) BASA - Sist. Controle de Operações

(b) IBGE - Contas Regionais do Brasil 1998-2001

TABELA 18 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PORTE DO BENEFICIÁRIO E SETOR (NOV.1989/DEZ.2003)

PORTE DO BENEFICIÁRIO	RURAL		INDUSTRIAL		COMÉRCIO E SERVIÇOS		TOTAL			
	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	R\$ mil	Nº OP.	%	R\$ mil	%
Mini/Micro	164.481	2.586.004,1	658	57.482,2	90	4.112,5	165.229	89,1	2.647.598,8	35,5
Pequeno	9.183	905.393,1	604	442.417,6	244	32.933,9	10.031	5,4	1.380.744,6	18,5
Médio	6.821	1.143.973,9	369	388.583,1	125	48.145,1	7.315	3,9	1.580.702,2	21,2
Grande	1.826	751.140,1	947	1.031.323,1	8	11.975,9	2.781	1,5	1.794.439,1	24,0
Cooperativas	145	55.411,0	2	2.512,1	0	0,0	147	0,1	57.923,1	0,8
TOTAL	182.456	5.441.922,2	2.580	1.922.318,1	467	97.167,5	185.503	100,0	7.461.407,8	100,0

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Obs.: valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2003 (US\$1,00 = R\$ 2,8892)

TABELA 19. OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PROGRAMA E POR ESTADO (NOV.1989/DEZ.2003)

PROGRAMA/ ESTADO	ACRE		AMAPA		AMAZONAS		PARA		RONDONIA		ROCHAIA		TOCANTINS		TOTAL	
	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil	QDE	R\$ mil
1.RURAL	15.485	264.215,9	4.633	98.206,0	13.815	270.054,5	81.564	2.544.586,0	36.967	770.255,1	4.668	152.344,6	25.324	1.342.260,1	182.456	5.441.922,2
PESCA ARTESAN	-	-	98	26.324,4	23	882,4	1.235	131.251,2	1	5,9	-	-	-	-	1.357	158.473,9
PROCERA	3.917	34.840,3	2.627	18.438,0	4.643	46.106,0	9.975	92.502,7	6.443	62.117,4	2.350	18.777,3	2.554	24.484,0	32.509	297.265,7
PRODERUR	675	102.015,2	526	42.714,3	1.442	108.776,0	8.356	1.325.835,9	3.500	295.369,8	745	96.948,4	11.641	1.175.641,3	26.885	3.147.300,9
PROFLORESTA	1	8,3	1	59,3	-	-	7	5.891,5	1	325,5	-	-	1	228,7	11	6.513,3
PROMAFA	1.137	9.903,0	636	5.317,9	1.383	12.329,3	11.879	133.798,1	6.404	55.569,0	386	3.780,8	6.882	70.023,3	28.707	290.721,5
PROMAF A/C	-	-	-	-	-	-	48	96,2	-	-	-	-	-	-	48	96,2
PROMAF AGREGAR	-	-	-	-	-	-	1	12.727,1	-	-	-	-	-	-	1	12.727,1
PRODEX	2.194	9.919,2	152	494,2	893	8.125,3	3.336	18.075,6	145	280,9	11	144,6	121	528,6	6.852	37.548,3
PRORURAL	7.561	107.530,1	593	4.857,9	5.431	93.825,5	46.724	821.709,6	20.473	356.606,6	1.176	32.693,5	4.125	71.354,2	86.083	1.488.577,2
RECOOP	-	-	-	-	-	-	3	2.698,2	-	-	-	-	-	-	3	2.698,2
2.INDUSTRIAL	106	19.510,7	47	21.802,0	264	221.931,8	1.769	1.145.705,8	409	131.675,4	67	7.675,5	385	216.381,9	3.047	2.019.485,6
COMSERV	30	7.002,9	19	3.175,0	68	19.454,3	131	39.206,4	115	15.619,5	29	1.862,9	75	10.846,5	467	97.167,5
EXPORTAÇÃO	1	845,8	-	-	-	-	802	334.198,8	76	5.020,8	15	1.271,6	-	-	894	341.337,0
PROAGRIN	3	264,0	-	-	8	10.925,9	40	47.492,6	16	32.435,2	1	197,5	17	5.635,7	85	96.951,0
PRODESIN	23	6.643,3	24	18.133,8	144	210.286,6	551	881.685,3	126	67.558,4	11	3.983,2	148	189.078,6	1.027	1.377.369,2
PRODETUR	5	1.759,6	1	353,0	10	26.678,3	48	30.323,0	6	7.677,1	1	34,1	23	5.399,3	94	72.224,4
PROMINFR	-	-	-	-	3	6.538,7	1	1.998,7	-	-	-	-	-	-	4	8.537,4
PROMIPEO	44	2.995,1	3	140,2	31	1.620,5	196	12.031,1	70	3.364,4	10	326,1	122	5.421,7	476	25.899,1
Total	15.591	283.726,7	4.680	120.008,0	14.079	491.996,3	83.333	3.660.291,8	37.376	901.930,4	4.735	160.020,1	25.709	1.558.642,0	185.503	7.461.407,8

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Obs: Valores atualizados pela variação cambial de dezembro 2003 (US\$ 1,00 = R\$ 2,8892)

**TABELA 20 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTABELECIMENTO RURAL NOS ESTADOS
(NOV.1989/DEZ.2003)**

Estado	Operações Contratadas (a)	Nº de Estabelecimentos (b)	(a)/(b)%
Acre	15.485	23.788	65,10
Amapá	4.633	3.349	138,34
Amazonas	13.815	83.289	16,59
Pará	81.564	206.404	39,52
Rondônia	36.967	76.956	48,04
Roraima	4.668	7.476	62,44
Tocantins	25.324	44.913	56,38
TOTAL	182.456	446.175	40,89

Fonte: (a) BASA - Sist. Controle de Operações

(b) CENSO AGROPECUÁRIO: Estados da Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.7v.

**TABELA 21 OPERAÇÕES CONTRATADAS POR ESTAB. INDL. E SERVS.
(NOV.1989/DEZ.2003)**

Estado	Operações Contratadas (a)	Nº de Estabelecimentos (b)	(a)/(b)%
Acre	106	1.946	5,45
Amapá	47	1.426	3,30
Amazonas	264	7.589	3,48
Pará	1.769	13.484	13,12
Rondônia	409	8.502	4,81
Roraima	67	1.405	4,77
Tocantins	385	4.762	8,08
TOTAL	3.047	39.114	7,79

Fonte: (a) BASA - Sist. Controle de Operações

(b) ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - Vol. 59, Rio de Janeiro, IBGE, 1999



TABELA 22 MÃO-DE-OBRA OCUPADA (NOV.1989/DEZ.2003)

ANO	SETOR				TOTAL
	Agropecuária	Agroindústria	Indústria	Serviços	
1990*	2.376	101	255	1	2.733
1991	6.029	477	277	1	6.784
1992	15.299	2.248	300	1	17.848
1993	24.569	4.018	624	5	29.216
1994	39.456	7.184	1.296	27	47.963
1995	63.363	12.842	2.692	139	79.036
1996	101.756	22.959	5.593	718	131.026
1997	106.302	27.001	8.171	1.036	142.510
1998	111.051	31.755	11.938	1.495	156.239
1999	116.012	37.346	17.441	2.158	172.957
2000	121.195	43.921	25.482	3.116	193.714
2001	76.340	4.721	2.380	2.558	85.999
1º SEM/2002	23.274	9.885	1.924	2.026	37.109
TOTAL	807.022	204.458	78.373	13.281	1.103.134

Fonte: BASA - Gerência de Estudos Econômicos e Relações Institucionais

Nota: * o ano de 1990 incorpora os dados de 1989

Para aferição da mão-de-obra ocupada, adotou-se o desempenho intersetorial das atividades produtivas apoiadas pelo FNO na Região Norte. Estes valores foram obtidos empregando-se a Matriz de Contabilidade Social (MCS) de 1996 e os coeficiente de emprego direto do FNO.

A partir de novembro/2002 passou a ser utilizada a Matriz de Insumo Produto – MIP, mais ampla, em substituição à Matriz de Contabilidade Social – MCS, empregada nos procedimentos de cálculo até o 1º semestre/2002. Com base na MIP, os impactos estão a seguir dispostos:

EXERCÍCIO	OCUPAÇÃO DE MÃO DE OBRA		TOTAL	
	DIRETA	INDIRETA	EXERCÍCIO	ACUMULADO
2002	47.602	10.477	58.079	1.161.213
2003	95.207	15.623	110.830	1.272.043

Fonte: BASA - Gerência de Estudos Econômicos e Relações Institucionais



**TABELA 23 AUMENTO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO
NOV.1989/DEZ.2003**

R\$ mil

ANO	Aumento no V.B.P. Por Setor		TOTAL
	Rural	Industrial	
1989	4.811	9.977	14.788
1990	355.464	180.087	535.551
1991	269.806	188.143	457.949
1992	92.016	43.973	135.989
1993	298.075	93.726	391.801
1994	771.242	192.930	964.172
1995	741.292	206.546	947.838
1996	471.916	85.829	557.746
1997	224.232	80.725	304.958
1998	547.921	245.494	793.415
1999	795.477	1.125.610	1.921.087
2000	1.188.564	1.668.638	2.857.202
2001	843.290	322.805	1.166.095
1º SEM.2002	148.794	122.836	271.630
TOTAL	6.752.901	4.567.320	11.320.221

Fonte: Relatórios das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Alcançados pelo FNO, provenientes de cálculo realizado com base na Matriz de Contabilidade Social (MCS) elaborada a partir da Matriz Insumo-Produto (MIP) do Norte, 1985/ SUDAM

A partir de **novembro/2002** passou a ser utilizada a Matriz de Insumo Produto – **MIP**, mais ampla, em substituição à Matriz de Contabilidade Social – **MCS**, empregada nos procedimentos de cálculo até o 1º semestre/2002. Com base na MIP, os impactos estão a seguir dispostos:

EXERCÍCIO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO		TOTAL – R\$ mil	
	DIRETO	INDIRETO	EXERCÍCIO	ACUMULADO
2002	605.000	215.100	820.100	12.140.321
2003	1.075.079	337.996	1.413.075	13.553.396

Fonte: Relatórios das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Alcançados pelo FNO, provenientes de cálculo realizado com base na Matriz de Insumo Produto (MIP)

**TABELA 24 REPASSES DE RECURSOS
EXERCÍCIO/2003**



MÊS	R\$ mil
Janeiro	0,0
Fevereiro	0,0
Março	0,0
Abril	0,0
Maio	264.524,4
Junho	28.719,2
Julho	65.880,4
Agosto	63.230,6
Setembro	46.469,3
Outubro	28.443,1
Novembro	63.377,2
Dezembro	36.526,1
Total	597.170,3

Fonte: BASA – Gerência de Controladoria



TABELA 25. CONTRATAÇÕES MENSAIS GLOBAIS POR SETOR (R\$ mil)

EXERCÍCIO/2003

SETORES	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN		JUL		AGO		SET		OUT		NOV		DEZ		TOTAL	
	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL
Rural	31.624,4	22.899,2	25.274,8	17.639,1	18.239,6	39.069,3	34.613,0	48.207,9	71.365,2	75.496,5	134.695,0	163.251,7	682.375,8													
Industrial	32.353,5	10.244,3	21.931,6	20.112,4	15.811,3	22.297,0	60.426,5	17.139,2	65.515,5	52.959,6	35.715,4	38.243,2	392.749,5													
TOTAL	63.977,9	33.143,5	47.206,4	37.751,5	34.050,9	61.366,3	95.039,5	65.347,2	136.880,7	128.456,0	170.410,5	201.494,9	1.075.125,3													

FONTE: BASA - Sist. Controle de Operações

TABELA 26. CONTRATAÇÕES MENSAIS POR ESTADO E SETOR (R\$ mil)

EXERCÍCIO/2003

ESTADO	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL		MAIO		JUNHO		SUB-TOTAL	
	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL
	Acre	5.424,9	1.485,4	1.995,7	174,3	2.502,8	0,0	283,3	423,8	559,5	1.000,0	1.171,1	0,0	11.937,4
Amapá	30,8	0,0	64,7	0,0	48,2	895,6	0,0	0,0	34,1	0,0	1.066,5	0,0	1.244,2	895,6
Amazonas	868,8	3.348,7	2.295,6	1.647,4	216,4	1.766,2	1.340,1	2.875,7	727,8	1.020,1	847,8	8.927,3	6.296,6	19.585,4
Pará	16.960,6	21.038,3	13.641,6	7.388,6	18.305,2	11.757,6	7.942,5	13.526,2	7.570,8	12.179,2	16.658,4	10.189,1	81.079,1	76.078,9
Rondônia	3.314,4	5.487,7	1.005,2	799,4	1.427,3	6.128,1	350,9	2.499,2	1.532,4	352,9	4.897,2	892,4	12.527,5	16.159,7
Roraima	356,9	196,7	442,4	0,0	662,1	574,9	2.134,0	143,9	951,2	0,0	677,4	0,0	5.224,1	915,5
Tocantins	4.668,0	796,7	3.454,0	234,7	2.112,6	809,2	5.588,3	643,6	6.863,8	1.259,1	13.750,7	2.288,2	36.437,4	6.031,5
TOTAL	31.624,4	32.353,5	22.899,2	10.244,4	25.274,8	21.931,6	17.639,1	20.112,4	18.239,6	15.811,3	39.130,5	22.297,0	154.807,6	122.750,2
ESTADO	JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO		TOTAL	
	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL	RURAL	INDUSTRIAL
	Acre	1.428,3	208,0	2.134,7	1.065,2	2.963,4	1.138,3	2.126,6	69,4	4.124,1	53,0	7.637,5	1.829,0	32.351,9
Amapá	64,9	615,4	16,5	0,0	55,5	187,6	134,6	0,0	294,4	176,3	104,7	132,8	1.914,8	2.007,8
Amazonas	1.840,0	1.545,9	1.184,4	302,7	2.520,6	19.671,7	2.846,7	14.334,2	2.313,0	8.126,8	6.011,4	8.223,7	23.012,8	71.790,4
Pará	9.247,0	56.172,4	13.817,0	11.181,7	20.044,4	41.815,0	26.808,1	36.819,8	49.740,7	24.678,6	64.490,0	24.107,2	265.226,3	270.853,6
Rondônia	6.592,3	1.109,3	10.636,1	4.271,0	13.434,6	1.885,7	14.316,8	1.106,2	25.458,7	915,8	43.711,5	1.212,9	126.677,3	26.660,5
Roraima	745,9	370,6	1.228,0	149,9	238,0	321,0	260,6	0,0	215,8	838,2	1.761,3	1.486,3	9.673,6	4.081,6
Tocantins	14.694,6	404,8	19.191,3	168,7	32.108,8	496,2	29.003,2	630,1	52.548,3	926,7	39.535,3	1.251,3	223.519,0	9.909,4
TOTAL	34.613,0	60.426,5	48.207,9	17.139,2	71.365,2	65.515,5	75.496,5	62.959,6	134.695,0	35.715,4	163.251,7	38.243,2	682.375,8	392.749,5

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações



TABELA 27. CONTRATAÇÕES MENSAIS POR PROGRAMAS (R\$ mil)
Exercício/2003

PROGRAMAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1.RURAL	31.624,5	22.899,2	25.274,8	17.639,0	18.239,7	39.069,2	34.613,0	48.207,9	71.355,2	75.496,5	134.695,0	163.251,7	682.375,8
PRONAF A	5.676,8	4.485,1	7.836,2	1.532,0	3.846,4	9.556,3	5.919,6	9.346,4	15.141,4	10.835,1	18.498,1	25.406,5	118.079,8
PRONAF/PRODEX	17,8	2,5	-	168,5	327,1	166,5	124,1	224,3	226,0	175,4	5,8	227,2	1.665,0
PRONAF/PRORURAL	1.303,3	1.829,9	1.554,4	1.233,9	667,0	1.928,0	1.913,8	2.086,3	4.188,8	7.949,0	19.483,4	56.311,6	100.449,3
PRONAF A/C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72,7	25,1	-
PRONAF AGREGAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.824,0	-	-
PRORDERUR	24.626,6	16.581,7	15.884,1	14.704,7	13.399,2	24.778,7	26.655,6	36.551,0	51.809,1	56.537,0	83.811,0	81.281,3	446.620,0
PROFLORESTA	-	-	-	-	-	2.639,8	-	-	-	-	-	-	2.639,8
RECOOP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PESCA ARTESAN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROCERA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNO-NORMAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.INDUSTRIAL	32.353,5	10.244,4	21.931,6	20.112,4	15.811,3	22.297,0	60.426,5	17.139,2	65.515,5	52.959,6	35.715,4	38.243,2	392.749,5
PROMIPEO	-	-	-	258,3	173,1	82,9	89,0	515,7	1.040,2	216,9	828,4	658,6	3.863,2
PRONFRA	-	-	-	1.440,0	-	4.038,9	-	-	-	-	2.039,4	1.144,1	8.662,3
PRODESIN	7.745,0	1.684,1	1.279,5	406,0	245,5	4.768,4	42.144,4	1.439,9	45.216,7	21.430,5	8.636,8	10.093,5	145.090,2
PROAGRIN	4.729,3	-	7.142,2	-	-	1.195,5	447,8	3.289,8	-	19.625,9	154,1	-	36.584,7
PRODETUR	4.380,0	-	-	-	1.090,8	-	208,0	-	-	-	-	66,9	5.745,7
FNO-EXPORT.	9.991,9	6.449,0	9.469,6	12.227,8	10.227,1	8.039,0	13.571,0	9.232,4	17.004,2	10.141,4	15.912,1	13.531,9	135.797,4
FNO-CONSERV.	5.507,3	2.111,3	4.040,3	5.780,3	4.074,8	4.172,4	3.986,1	2.661,4	2.254,3	1.544,8	8.144,6	12.748,3	57.006,1
Total	63.978,0	33.143,7	47.206,4	37.751,4	34.051,1	61.366,2	95.039,5	65.347,2	136.880,7	128.456,0	170.410,5	201.494,9	1.075.125,3

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações



TABELA 28. CONTRATAÇÕES MENSAIS POR PORTE

PORTE	Exercício/2003						RS\$ Mil
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	SUB-TOTAL
1.RURAL	31.624,4	22.899,2	25.274,8	17.639,1	18.239,6	39.069,3	154.746,4
COOPERATIVAS	-	-	193,9	-	-	-	193,9
MINI/MICRO	7.940,9	7.089,5	9.444,5	3.296,2	5.920,6	13.359,1	47.241,0
PEQUENO	2.340,7	1.610,9	1.469,1	1.931,5	1.404,7	2.016,0	10.772,9
MÉDIO	7.284,3	7.856,1	8.495,5	9.671,7	9.363,7	14.882,5	57.663,0
GRANDE	14.058,6	6.342,7	5.671,8	2.739,6	1.550,6	8.811,7	39.175,0
2.INDUSTRIAL	32.353,5	10.244,4	21.931,6	20.112,4	15.811,3	22.297,0	122.750,3
MINI/MICRO	348,5	69,2	225,2	482,2	152,8	51,6	1.329,5
PEQUENO	1.496,4	1.628,6	2.112,2	1.903,8	1.317,3	3.098,1	11.556,4
MÉDIO	15.452,9	2.205,7	6.630,5	5.533,8	4.114,1	6.781,3	40.718,3
GRANDE	15.055,7	6.340,9	12.963,7	12.192,6	10.227,1	12.366,0	69.146,0
Total	63.977,9	33.143,6	47.206,4	37.751,5	34.051,0	61.366,3	277.974,8
PORTE	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
1.RURAL	34.613,0	48.207,9	71.365,2	75.496,5	134.695,0	163.251,7	682.375,8
COOPERATIVAS	30,2	184,8	120,9	95,1	13.169,0	4.132,5	17.926,4
MINI/MICRO	9.570,4	13.150,8	22.140,8	20.972,3	40.484,8	80.961,1	234.521,3
PEQUENO	2.849,4	3.544,4	3.901,5	4.042,6	5.851,4	5.551,2	36.513,4
MÉDIO	13.529,1	17.603,3	29.263,6	25.690,2	34.726,6	30.633,5	209.109,3
GRANDE	8.633,9	13.724,6	15.938,4	24.696,2	40.463,2	41.973,3	184.604,8
2.INDUSTRIAL	60.426,5	17.139,2	65.515,5	52.959,6	35.715,4	38.243,2	392.749,5
MINI/MICRO	305,1	166,8	372,4	67,1	179,0	846,0	3.266,0
PEQUENO	2.132,1	1.469,6	3.003,7	1.420,3	4.337,0	5.930,8	29.850,0
MÉDIO	4.069,4	3.880,5	3.357,3	6.062,0	4.622,1	12.098,1	74.807,8
GRANDE	53.919,8	11.622,3	58.782,0	45.410,1	26.577,3	19.368,3	284.825,8
Total	95.039,5	65.347,2	136.880,7	128.456,0	170.410,5	201.494,9	1.075.125,3

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações



TABELA 29. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR ESTADO - posição Dezembro/2003

Período contratação = 1989 a 30.11.1998

R\$ Mil

ESTADO	OPERAÇÕES NORMAIS	OPERAÇÕES EM ATRASSO	OPERAÇÕES TOTAIS	op.at/op.tot. %
Acre	35.026	7.186	42.212	17,02
Amapá	38.196	66.445	104.641	63,50
Amazonas	66.994	59.331	126.324	46,97
Pará	693.200	493.923	1.187.123	41,61
Rondônia	170.930	55.418	226.348	24,48
Roraima	50.158	84.422	134.580	62,73
Tocantins	353.257	101.068	454.325	22,25
TOTAL	1.407.761	867.792	2.275.553	38,14

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o valor total das operações não contempla a cobertura FAMPE (R\$ 561,0 mil)

Período contratação = 01.12.1998 a 31.12.2003

R\$ Mil

ESTADO	OPERAÇÕES NORMAIS	OPERAÇÕES EM ATRASSO	OPERAÇÕES TOTAIS	op.at/op.tot. %
Acre	114.949	4.587	119.537	3,84
Amapá	11.733	402	12.135	3,31
Amazonas	167.517	10.873	178.390	6,10
Pará	1.025.994	105.470	1.131.464	9,32
Rondônia	297.431	13.444	310.875	4,32
Roraima	14.423	7.307	21.730	33,63
Tocantins	672.692	28.970	701.662	4,13
TOTAL	2.304.739	171.053	2.475.792	6,91

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o valor total das operações não contempla a cobertura FAMPE (R\$ 2.147,6 mil) e RAP (R\$34.419 mil)



TABELA 30. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PROGRAMA

Período: 01/01/1999 a 30/11/1998

Posição em 31/12/2000

PROGRAMA	ESTADO																		TOTAL
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		ROCHAIA		TOCANTINS		TOTAL				
	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO			
1. RURAL	34.228	6.120	32.936	44.014	56.920	53.928	347.747	153.088	28.725	49.723	83.620	338.332	78.754	1.323.709	642.508				
PROCEPA	3.915	1.487	5.704	894	7.907	12.907	4.759	13.170	1.924	3.311	4.555	6.203	361	61.831	26.888				
PROVAF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PROVAF A	7.755	9	3.078	108	7.893	24	2.888	37.059	967	2.414	86	44.450	993	184.823	5.075				
PROFURAL	13.519	2.517	522	426	24.706	7.284	84.232	54.010	10.842	14.170	4.767	9.572	2.437	345.503	112.505				
PRODEX	502	192	-	-	64	25	1.674	438	33	38	3	-	-	2.277	692				
OUTRURAL	8.636	1.914	23.692	42.996	26.351	33.697	319.970	48.828	14.969	29.791	74.210	278.107	74.922	735.275	497.749				
2. INDUSTRIAL	271	680	489	15.651	4.866	7.756	146.163	7.253	8.880	340	430	5.611	22.697	66.839	202.458				
3. AGRICOND.	-	148	-	-	2.139	10.780	3.025	661	107	453	-	-	-	5.271	12.042				
4. TURISMO	-	-	-	-	3.918	3.942	439	4.767	74	393	-	348	-	4.779	9.102				
5. COM.SERV.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
6. OUT.INDUST.	-	-	-	-	-	-	947	1.000	206	130	9	-	151	1.540	1.282				
Total	34.489	6.947	33.486	59.665	77.843	76.405	500.339	160.707	38.562	50.073	84.051	344.291	101.802	1.407.761	867.792				

Fonte: BASA - Sisl. Controle de Operações

Nota: o valor total das operações não contempla a cobertura FAVPE

R\$ Mil



TABELA 32a ÍNDICE ACUMULADO DE INDIPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PROGRAMA

Período: 01/01/1989 a 30/11/1988

Revisão em 31/12/2003

%

PROGRAMA	ESTADO - %																	
	ACE		AMPA		AMAZONS		PARÁ		PONDONA		ROPAIMA		TOCANTINS		TOTAL			
	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO		
1. RURAL	84,8	15,2	42,8	57,2	55,4	44,6	65,3	34,7	84,2	15,8	37,3	62,7	81,1	18,9	67,4	32,6		
PROCEPA	72,5	27,5	86,4	13,6	38,0	62,0	82,0	18,0	87,3	12,7	42,1	57,9	94,5	5,5	69,7	30,3		
PROVAF																		
PROVAF*																		
PROGRUPAL	84,3	15,7	55,1	44,9	77,2	22,8	73,1	26,9	83,3	16,7	74,8	25,2	79,7	20,3	75,4	24,6		
PRODEX	72,3	27,7			72,0	28,0	79,2	20,8		100,0	92,9	7,1			76,7	23,3		
OUTRURAL	81,7	18,3	35,7	64,3	43,9	56,1	55,6	44,4	76,5	23,5	28,6	71,4	78,8	21,2	59,6	40,4		
2. INDUSTRIAL	28,5	71,5	3,0	97,0	38,6	61,4	24,7	75,3	45,0	55,0	44,2	55,8	19,7	80,3	24,8	75,2		
3. AGRÍCOLA		100,0			16,6	83,4	82,1	17,9	19,0	81,0						69,6		
4. TURISMO					49,8	50,2	8,4	91,6	15,8	84,2			100,0		34,4	65,6		
5. COM. SERV.																		
6. OUTRO INDUST.	#DIV/0!	#DIV/0!			#DIV/0!	#DIV/0!	48,6	51,4	61,3	38,7	92,7	7,3		100,0	54,6	45,4		
Total	83,2	16,8	35,9	64,1	50	49,5	58,6	41,4	80,6	19,4	37,3	62,7	77,2	22,8	61,9	38,1		

Fonte: BNSA - Sst. Controle de Operações



TABELA 30: INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PROGRAMA

Período: 01/12/1998 a 31/12/2003

Posição em 31/12/2003

PROGRAMA	ESTADO																		TOTAL
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL				
	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO			
1. RURAL	103.409	4.334	7.721	239	45.158	4.886	744.059	57.570	236.279	5.024	10.639	7.289	512.850	21.739	1.690.156	101.091			
PROORUR	60.365	207	4.643	18	21.836	1.237	456.685	19.966	116.945	669	10.043	7.139	430.307	13.524	1.100.824	42.760			
PROFRUR	38.063	2.829	2.525	205	16.083	959	153.466	16.079	111.147	3.607	570	150	29.817	740	351.681	24.569			
PRODEX	3.809	1.154	305	16	4.385	682	7.135	1.219		48	11		469	19	16.113	3.148			
OUT. RURAL	1.152	144	248		2.854	2.008	126.813	20.307	8.188	669	16		52.258	7.456	191.528	30.614			
2. INDUSTRIAL	2.685	139	2.455	153	80.170	9.103	230.170	45.124	20.047	1.063	2.601	15	132.689	6.823	470.817	62.220			
FINO-EXPORT	882						59.406	7.749	1.079		436				61.804	7.749			
PRODESIN	817	51	2.383	96	79.666	8.966	168.000	34.000	17.986	601	1.977	4	131.098	4.579	401.946	48.297			
PROMIPEQ	966	88	62	57	504	138	2.764	3.375	972	461	188	11	1.591	2.044	7.067	6.174			
3. AGRON. D.	89	29			2.229	50	15.022	2.477	16.611	2.661	127		1.308	279	35.385	5.496			
PROAGRIN	89	29			2.229	50	15.022	2.477	16.611	2.661	127		1.308	279	35.385	5.496			
4. TURISMO	960		201		21.734	2	15.921	490	7.308	1.511	27	1	3.765	60	49.916	2.064			
PRODETUR	960		201		21.734	2	15.921	490	7.308	1.511	27	1	3.765	60	49.916	2.064			
5. COM. SERV.	5.479	1	2.702	2	15.193	25	32.211	20	14.843	71	1.697	1	9.821	62	81.745	182			
COMSERV	5.479	1	2.702	2	15.193	25	32.211	20	14.843	71	1.697	1	9.821	62	81.745	182			
6. OUT. INDUST.																			
Total	112.821	4.502	13.079	393	171.203	14.076	1.037.422	105.681	295.089	10.331	15.092	7.307	660.233	28.764	2.304.739	171.063			

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o valor total das operações não contempla a cobertura FAMPE



TABELA 29. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR ESTADO - posição Dezembro/2003

Período contratação = 1989 a 30.11.1998

R\$ Mil

ESTADO	OPERAÇÕES NORMAIS	OPERAÇÕES EM ATRASSO	OPERAÇÕES TOTAIS	op.at/op.tot. %
Acre	35.026	7.186	42.212	17,02
Amapá	38.196	66.445	104.641	63,50
Amazonas	66.994	59.331	126.324	46,97
Pará	693.200	493.923	1.187.123	41,61
Rondônia	170.930	55.418	226.348	24,48
Roraima	50.158	84.422	134.580	62,73
Tocantins	353.257	101.068	454.325	22,25
TOTAL	1.407.761	867.792	2.275.553	38,14

Fonte: BASA - Sist.Controle de Operações

Nota: o valor total das operações não contempla a cobertura FAMPE (R\$ 561,0 mil)

Período contratação = 01.12.1998 a 31.12.2003

R\$ Mil

ESTADO	OPERAÇÕES NORMAIS	OPERAÇÕES EM ATRASSO	OPERAÇÕES TOTAIS	op.at/op.tot. %
Acre	114.949	4.587	119.537	3,84
Amapá	11.733	402	12.135	3,31
Amazonas	167.517	10.873	178.390	6,10
Pará	1.025.994	105.470	1.131.464	9,32
Rondônia	297.431	13.444	310.875	4,32
Roraima	14.423	7.307	21.730	33,63
Tocantins	672.692	28.970	701.662	4,13
TOTAL	2.304.739	171.053	2.475.792	6,91

Fonte: BASA - Sist.Controle de Operações

Nota: o valor total das operações não contempla a cobertura FAMPE (R\$ 2.147,6 mil) e RAP (R\$34.419 mil)



TABELA 30. INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PROGRAMA

Período: 01/01/1989 a 30/11/1998 Posição em 31/12/2003 R\$ Mil

PROGRAMA	ESTADO																		TOTAL
	ACE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		ROIMAMA		TOCANTINS		TOTAL				
	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO			
1. RURAL	34.228	6.120	32.986	44.014	66.920	53.928	654.442	347.747	153.068	28.725	49.723	83.620	338.332	78.754	1.329.709	642.908			
PROCEFA	3.915	1.487	5.704	894	7.907	12.907	21.620	4.759	13.170	1.924	3.311	4.555	6.203	361	61.831	26.888			
PRONAF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
PRONAF A	7.755	9	3.078	108	7.863	24	82.173	2.888	37.059	967	2.414	86	44.450	993	184.823	5.075			
PROFURAL	13.519	2.517	522	426	24.706	7.284	229.005	84.232	54.010	10.842	14.170	4.767	9.572	2.437	345.503	112.505			
PRODEX	502	192	-	-	64	25	1.674	438	-	33	38	3	-	-	2.277	682			
OUT. RURAL	8.536	1.914	23.692	42.666	26.351	33.667	319.970	255.431	48.828	14.959	29.791	74.210	278.107	74.982	736.275	497.749			
2. INDUSTRIAL	271	680	489	15.661	4.866	7.756	48.008	146.163	7.253	8.880	340	430	5.611	22.897	66.839	202.458			
3. AGRIC. IND.	-	148	-	-	2.139	10.780	3.025	661	107	453	-	-	-	-	5.271	12.042			
4. TURISMO	-	-	-	-	3.918	3.942	439	4.767	74	393	-	-	348	-	4.779	9.102			
5. COM. SERV.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
6. OUT. INDUST.	-	-	-	-	-	-	947	1.000	206	130	9	1	-	151	1.540	1.282			
Total	34.499	6.947	33.466	59.666	77.843	76.405	706.662	500.339	160.707	38.982	50.073	84.051	344.291	101.802	1.407.761	667.792			

Fonte: BCSA - Sist. Controle de Operações

Nota: o valor total das operações não contempla a cobertura FANFE



TABELA 30a ÍNDICE ACUMULADO DE INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PROGRAMA

Período: 01/01/1999 a 31/11/1999

Posição em 31/12/2003

PROGRAMA	ESTADO - %																			
	ACE		AMPA		AMAZONS		PARÁ		RONDÔNIA		ROCHAIA		TOCANTINS		TOTAL					
	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO				
1/RURAL	84,8	15,2	42,8	57,2	55,4	44,6	65,3	34,7	84,2	15,8	37,3	62,7	81,1	18,9	67,4	32,6				
PROCEBA	72,5	27,5	86,4	13,6	38,0	62,0	82,0	18,0	87,3	12,7	42,1	57,9	94,5	5,5	69,7	30,3				
PROCVF																				
PROCVFA																				
PROCLRAL	84,3	15,7	55,1	44,9	77,2	22,8	73,1	26,9	83,3	16,7	74,8	25,2	79,7	20,3	75,4	24,6				
PROCEX	72,3	27,7			72,0	28,0	79,2	20,8	-	100,0	92,9	7,1			76,7	23,3				
OUTRURAL	81,7	18,3	35,7	64,3	43,9	56,1	55,6	44,4	76,5	23,5	28,6	71,4	78,8	21,2	59,6	40,4				
2/INDUSTRIAL	28,5	71,5	3,0	97,0	38,6	61,4	24,7	75,3	45,0	55,0	44,2	55,8	19,7	80,3	24,8	75,2				
3/AGROIND.					16,6	83,4	82,1	17,9	19,0	81,0					30,4	69,6				
4/TURISMO					49,8	50,2	8,4	91,6	15,8	84,2			100,0		34,4	65,6				
5/COM.SERV.																				
6/OUTROINDUST.	#DIV/0!	#DIV/0!			#DIV/0!	#DIV/0!	48,6	51,4	61,3	38,7	92,7	7,3		100,0	54,6	45,4				
Total	83,2	16,8	35,9	64,1	50	49,5	58,6	41,4	80,6	19,4	37,3	62,7	77,2	22,8	61,9	38,1				

Fonte: BASA - Set. Controle de Operações



TABELA 300: INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PROGRAMA

Período: 01/12/1998 a 31/12/2003

Posição em 31/12/2003

R\$ Mil

PROGRAMA	ESTADO																		TOTAL
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORIAMA		TOCANTINS		TOTAL				
	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO			
1. RURAL	103.409	4.334	7.721	239	45.158	4.886	744.099	57.570	236.279	5.024	10.639	7.289	512.850	21.739	1.660.156	101.091			
PRODURJUR	60.365	207	4.643	18	21.836	1.237	456.685	19.966	116.945	669	10.043	7.139	430.307	13.524	1.100.824	42.760			
PRORURAL	38.083	2.829	2.525	205	18.083	969	153.466	16.079	111.147	3.607	570	150	29.817	740	351.691	24.569			
PRODEX	3.809	1.154	305	16	4.385	692	7.135	1.219	-	48	11	-	469	19	16.113	3.148			
OUT. RURAL	1.152	144	248	-	2.864	2.008	126.813	20.307	8.188	699	16	-	52.258	7.456	191.528	30.614			
2. INDUSTRIAL	2.685	139	2.455	153	80.170	9.103	230.170	45.124	20.047	1.063	2.601	15	132.689	6.623	470.817	62.220			
FIN-EXPORT	882	-	-	-	-	-	59.406	7.749	1.079	-	436	-	-	-	61.804	7.749			
PRODESIN	817	51	2.393	96	79.666	8.966	168.000	34.000	17.996	601	1.977	4	131.098	4.579	401.946	48.297			
PROMPECO	986	88	62	57	504	138	2.764	3.375	972	461	188	11	1.591	2.044	7.067	6.174			
3. AGRONOMO	88	29	-	-	2.229	50	15.022	2.477	16.611	2.661	127	-	1.308	279	35.385	5.496			
PROAGRIN	88	29	-	-	2.229	50	15.022	2.477	16.611	2.661	127	-	1.308	279	35.385	5.496			
4. TURISMO	960	-	201	-	21.734	2	15.921	490	7.308	1.511	27	1	3.765	60	49.916	2.064			
PRODETUR	960	-	201	-	21.734	2	15.921	490	7.308	1.511	27	1	3.765	60	49.916	2.064			
5. COM. SERV.	5.479	1	2.702	2	15.193	25	32.211	20	14.843	71	1.697	1	9.621	62	81.745	182			
COMSERV	5.479	1	2.702	2	15.193	25	32.211	20	14.843	71	1.697	1	9.621	62	81.745	182			
6. OUT. INDUST.	-	-	-	-	6.720	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Total	112.621	4.502	13.079	363	171.203	14.076	1.037.422	105.681	295.069	10.331	15.092	7.307	660.233	28.764	2.304.739	171.053			

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o valor total das operações não contempla a abertura FAMPE



TABELA 30c: ÍNDICE ACUMULADO DE INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PROGRAMA

Período: 01/12/1998 a 31/12/2003

Posição em 31/12/2003

PROGRAMA	ESTADO - %																		TOTAL
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL				
	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO			
1.RURAL	96,0	4,0	97,0	3,0	90,2	9,8	92,8	7,2	97,9	2,1	59,3	40,7	95,9	4,1	94,3	5,7			
PRODEFUR	99,7	0,3	99,6	0,4	94,6	5,4	95,8	4,2	99,4	0,6	58,5	41,5	97,0	3,0	96,3	3,7			
PROFURAL	93,1	6,9	92,5	7,5	94,4	5,6	90,5	9,5	96,9	3,1	79,2	20,8	97,6	2,4	93,5	6,5			
PRODEX	76,8	23,2	95,1	4,9	96,4	3,6	85,4	14,6	-	100,0	100,0	-	96,0	4,0	83,7	16,3			
OUT.RURAL	88,9	11,1	100,0	-	58,7	41,3	86,2	13,8	92,1	7,9	100,0	-	87,5	12,5	86,2	13,8			
2.INDUSTRIAL	95,1	4,9	94,1	5,9	88,8	10,2	83,6	16,4	95,0	5,0	99,4	0,6	95,2	4,8	88,3	11,7			
FNO-EXPORT	100,0	-	-	-	-	-	88,5	11,5	100,0	-	100,0	-	-	-	88,9	11,1			
PROCESIN	94,2	5,8	96,1	3,9	89,9	10,1	83,2	16,8	96,8	3,2	99,8	0,2	96,6	3,4	89,3	10,7			
PROMIPEQ	91,8	8,2	92,3	47,7	78,5	21,5	45,0	55,0	67,8	32,2	94,3	5,7	43,8	56,2	53,4	46,6			
3.AGROND.	75,6	24,4	-	-	97,8	2,2	85,8	14,2	86,2	13,8	100,0	-	82,4	17,6	86,6	13,4			
PROMGRIN	75,6	24,4	-	-	97,8	2,2	85,8	14,2	86,2	13,8	100,0	-	82,4	17,6	86,6	13,4			
4. TURISMO	100,0	-	100,0	-	100,0	0,0	97,0	3,0	82,9	17,1	95,2	4,8	98,4	1,6	96,0	4,0			
PRODEFUR	100,0	-	100,0	-	100,0	0,0	97,0	3,0	82,9	17,1	95,2	4,8	98,4	1,6	96,0	4,0			
5.COM.SERV.	100,0	0,0	99,9	0,1	99,8	0,2	99,9	0,1	99,5	0,5	99,9	0,1	99,4	0,6	99,8	0,2			
COMSERV	100,0	0,0	99,9	0,1	99,8	0,2	99,9	0,1	99,5	0,5	99,9	0,1	99,4	0,6	99,8	0,2			
6. OUT.INDUST.	-	-	-	-	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0	-			
Total	96,2	3,8	97,1	2,9	92,4	7,6	90,8	9,2	96,6	3,4	67,4	32,6	95,8	4,2	93,1	6,9			

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações



TABELA 31. INADIMPLÊNCIA GLOBAL DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PORTE - SETOR RURAL

Período 01/01/1999 a 31/12/2003 Posição em 31/12/2003 R\$ mil

PORTE	ESTADO																	
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL			
	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO		
ASSOCIAÇÃO	2.660	431	-	-	287	-	4.833	705	607	254	1.364	2	-	-	9.751	1.392		
COOPERATIVA	120	204	-	-	2.199	1.597	8.092	3.911	798	3.910	-	-	85	759	11.294	10.381		
MINIMICRO	66.462	7.738	13.963	4.218	69.810	30.702	539.063	154.263	232.110	18.546	21.484	11.028	185.543	11.260	1.128.435	237.755		
PEQUENO	6.450	463	13.647	36.594	11.830	12.200	177.694	129.314	38.255	4.731	9.240	13.938	204.166	31.950	461.282	229.189		
MEDIO	22.935	1.565	4.933	2.307	16.478	6.249	363.127	68.739	92.003	2.893	17.024	22.898	302.257	35.645	818.757	140.296		
GRANDE	39.009	53	8.174	1.134	11.475	8.076	305.732	48.387	25.574	3.414	11.251	43.044	159.130	20.879	560.346	124.987		
Total	137.637	10.454	40.717	44.253	112.078	58.824	1.398.541	405.318	389.347	33.749	60.363	90.309	851.181	100.493	2.989.865	743.999		

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o valor total das operações não contempla a cobertura FAMPE e RAP

TABELA 31a. ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PORTE - SETOR RURAL - POSIÇÃO DEZEMBRO/2003

Período 01/01/1999 a 31/12/2003 Posição em 31/12/2003

PORTE	ESTADO %																	
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL			
	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO		
ASSOCIAÇÃO	86,1	13,9	-	-	100,0	-	87,3	12,7	70,5	29,5	99,9	0,1	-	-	87,5	12,5		
COOPERATIVA	37,2	62,8	-	-	57,9	42,1	67,4	32,6	17,0	83,0	-	-	10,1	89,9	52,1	47,9		
MINIMICRO	89,6	10,4	76,8	23,2	69,5	30,5	77,8	22,2	92,6	7,4	66,1	33,9	94,3	5,7	82,6	17,4		
PEQUENO	93,3	6,7	27,2	72,8	49,2	50,8	57,9	42,1	89,0	11,0	39,9	60,1	86,5	13,5	66,8	33,2		
MEDIO	93,6	6,4	68,1	31,9	72,5	27,5	84,1	15,9	97,0	3,0	42,6	57,4	89,5	10,5	85,4	14,6		
GRANDE	99,9	0,1	87,8	12,2	58,7	41,3	86,3	13,7	88,2	11,8	20,7	79,3	88,4	11,6	81,8	18,2		
Total	92,9	7,1	47,9	52,1	65,6	34,4	77,5	22,5	92,0	8,0	39,9	60,1	89,4	10,6	80,1	19,9		

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações



TABELA 32. INADIMPLÊNCIA GLOBAL DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PORTE - SETOR INDUSTRIAL

Período 01/01/1999 a 31/12/2003 Posição em 31/12/2003 R\$ mil

PORTE	ESTADO																	
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL			
	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO		
COOPERATIVA	-	-	-	-	-	-	362	-	94	136	-	-	-	-	-	456	136	
MINIMICO	686	739	403	349	843	1.212	7.460	7.253	1.847	863	620	13	5.068	3.865	16.927	14.342		
PEQUENO	3.606	197	2.618	8.262	11.510	8.451	52.478	38.402	11.094	4.082	2.865	6	15.797	6.483	99.967	65.893		
MEDIO	3.789	-	1.102	7.194	42.759	10.494	108.259	78.441	31.788	7.252	1.297	430	9.240	3.144	198.234	106.966		
GRANDE	1.402	-	1.724	-	81.856	11.501	177.184	76.605	21.626	2.841	-	-	123.238	16.571	407.031	107.518		
Total	9.483	965	5.847	15.605	136.988	31.657	345.743	200.702	66.449	15.163	4.802	449	153.342	30.073	722.635	294.846		

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o valor total das operações não contempla a cobertura FAVFE e RAP

TABELA 32a. ÍNDICE ACUMULADO DE INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PORTE - SETOR INDUSTRIAL - POSIÇÃO DEZEMBRO/2003

Período 01/01/1999 a 31/12/2003 Posição em 31/12/2003

PORTE	ESTADO %																	
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL			
	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO	NORMAL	EM ATRASO		
COOPERATIVA							100,0	-	40,8	59,2						77,0	23,0	
MINIMICO	46,2	53,8	53,6	46,4	41,0	59,0	50,7	49,3	68,4	31,6	98,0	2,0	56,7	43,3	54,1	45,9		
PEQUENO	94,8	5,2	24,1	75,9	57,7	42,3	57,7	42,3	73,1	26,9	99,8	0,2	70,9	29,1	60,3	39,7		
MEDIO	100,0	0,0	13,3	86,7	80,3	19,7	58,0	42,0	81,4	18,6	75,1	24,9	74,6	25,4	65,0	35,0		
GRANDE	100,0	0,0	100,0	0,0	87,7	12,3	69,8	30,2	88,4	11,6			88,1	11,9	79,1	20,9		
Total	90,5	9,5	27,0	73,0	81,2	18,8	63,3	36,7	81,4	18,6	91,4	8,6	83,6	16,4	71,0	29,0		

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações



TABELA 33. INADIMPLÊNCIA GLOBAL DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PORTE - PROGRAMA PROCERA

RS mil

Período 01/01/1989 a 31/12/2003 Posição em 31/12/2003

PORTE	ESTADO																	
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL			
	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO		
ASSOCIAÇÕES	-	-	-	-	-	-	3.449	359	118	88	-	-	-	-	-	-	447	
COOPERATIVA	-	-	-	-	-	-	920	241	98	595	-	-	-	-	-	-	836	
MINIMICRO	3.915	1.487	5.704	894	7.907	12.905	16.800	4.159	12.954	1.242	3.311	4.555	6.203	361	56.795	25.603		
PEQUENO	-	-	-	-	-	3	451	-	-	-	-	-	-	-	-	451	3	
MEDIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
GRANDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	3.915	1.487	5.704	894	7.907	12.907	21.620	4.759	13.170	1.924	3.311	4.555	6.203	361	61.831	26.888		

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

TABELA 33a. ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PORTE - PROGRAMA PROCERA

%

Período 01/01/1989 a 31/12/2003 Posição em 31/12/2003

PORTE	ESTADO %																	
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL			
	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO		
ASSOCIAÇÕES							90,6	9,4	57,1	42,9						88,9	11,1	
COOPERATIVA							79,2	20,8	14,2	85,8						54,9	45,1	
MINIMICRO	72,5	27,5	86,4	13,6	38,0	62,0	80,2	19,8	91,3	8,7	42,1	57,9	94,5	5,5	68,9	31,1		
PEQUENO						100,0	100,0	-								99,4	0,6	
MEDIO																		
GRANDE																		
Total	72,5	27,5	86,4	13,6	38,0	62,0	82,0	18,0	87,3	12,7	42,1	57,9	94,5	5,5	69,7	30,3		

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações



TABELA 34 INADIMPLÊNCIA GLOBAL DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PORTE - PROGRAMA PRONAF A

PORTE	ESTADO																		TOTAL
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL				
	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO			
COOPERATIVA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MINIMICRO	7.755	9	3.078	108	7.893	24	82.168	2.888	967	37.059	967	2.414	86	44.450	993	184.818	5.075		
PEQUENO	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-		
MEDIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
GRANDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total	7.755	9	3.078	108	7.893	24	82.173	2.888	967	37.059	967	2.414	86	44.450	993	184.823	5.075		

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

TABELA 34a. ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA DAS OPERAÇÕES POR UNIDADE FEDERATIVA E PORTE - PROGRAMA PRONAF A

PORTE	ESTADO %																		TOTAL
	ACRE		AMAPÁ		AMAZONAS		PARÁ		RONDÔNIA		RORAIMA		TOCANTINS		TOTAL				
	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO	NORMAL	ATRASSO			
COOPERATIVA																			
MINIMICRO	99,88	0,12	96,6	3,4	99,70	0,30	96,6	3,4	97,5	2,5	96,6	3,4	97,8	2,2	97,3	2,7			
PEQUENO						100,0	-								100,0	-			
MEDIO																			
GRANDE																			
Total	99,88	0,12	96,6	3,4	99,70	0,30	96,6	3,4	97,5	2,5	96,6	3,4	97,8	2,2	97,3	2,7			

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações



TABELA 35. VALORES VENCIDOS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, POR PERÍODO E SETOR - Base em 31/12/2003 - R\$ Mil

PERÍODO DE VENCIMENTO	SETOR RURAL	SETOR INDUSTRIAL	TOTAL
0 a 15 dias	93	2.677	2.769
16 a 30 dias	11.857	673	12.530
31 a 60 dias	8.215	2.755	10.970
61 a 90 dias	12.239	403	12.642
91 a 120 dias	6.734	353	7.087
121 a 180 dias	7.612	550	8.162
181 a 360 dias	16.825	9.035	25.860
Acima de 360 dias	680.425	278.400	958.825
TOTAL	743.999	294.846	1.038.845

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

TABELA 36 QUANTIDADE DE OPERAÇÕES RENEGOCIADAS

Base em 31/12/2003

ESTADO	SEM RISCO PARA O BANCO		
	RURAL	INDUSTRIAL	TOTAL
Acre	824	-	824
Amapá	313	-	313
Amazonas	1.062	-	1.062
Pará	7.706	-	7.706
Rondônia	3.289	-	3.289
Roraima	705	-	705
Tocantins	979	-	979
TOTAL	10.995	-	10.995

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

ESTADO	RISCO COMPARTILHADO		
	RURAL	INDUSTRIAL	TOTAL
Acre	820	1	821
Amapá	6	-	6
Amazonas	99	1	100
Pará	855	9	864
Rondônia	487	2	489
Roraima	4	-	4
Tocantins	159	-	159
TOTAL	1.342	11	1.353

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações



Tabela 37.

SALDO DAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM RISCO COMPARTILHADO - POR ESTADO

Período : 01/12/1998 a 31/12/2003

Base 31/12/2003

R\$ Mil

ESTADO	SETOR RURAL		SETOR INDUSTRIAL		TOTAL	
	QUANT.	SALDO DEVEDOR	QUANT.	SALDO DEVEDOR	QUANT.	SALDO DEVEDOR
Acre	6.636	107.743,1	57	9.379,8	6.693	117.122,9
Amazonas	3.624	50.054,0	155	135.225,3	3.779	185.279,3
Amapá	610	7.960,0	26	5.511,9	636	13.471,9
Pará	26.638	801.669,2	706	341.433,5	27.344	1.143.102,7
Rondônia	13.998	241.303,0	233	64.116,5	14.231	305.419,5
Roraima	257	17.928,4	46	4.469,9	303	22.398,3
Tocantins	9.648	534.589,4	291	154.407,7	9.939	688.997,1
TOTAL	61.411	1.761.247,2	1.514	714.544,5	62.925	2.475.791,6

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o montante do saldo devedor não contempla os valores das Rendas a Apropriar (R\$ 34.418,9 mil) e cobertura-FAMPE (R\$ 2.147,6 mil)

Tabela 38.

SALDO DAS OPERAÇÕES REALIZADAS COM RISCO COMPARTILHADO - POR PORTE

Período: 01/12/1998 a 31/12/2003

Base 31/12/2003

R\$ Mil

PORTE DO BENEFICIÁRIO	SETOR RURAL		SETOR INDUSTRIAL		TOTAL	
	QUANT.	SALDO DEVEDOR	QUANT.	SALDO DEVEDOR	QUANT.	SALDO DEVEDOR
ASSOCIAÇÃO	48	5.442,8	0	-	48	5.442,8
COOPERATIVA	32	9.163,8	0	-	32	9.163,8
MINI/MICRO	52.690	507.502,9	452	20.440,5	53.142	527.943,4
PEQUENO	3.368	215.791,0	501	79.870,2	3.869	295.661,2
MÉDIO	4.474	613.736,6	309	192.203,2	4.783	672.593,4
GRANDE	799	409.610,1	252	422.030,5	1.051	831.640,6
TOTAL	61.411	1.761.247,2	1.514	714.544,5	62.925	2.475.791,6

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o montante do saldo devedor não contempla os valores das Rendas a Apropriar (R\$ 34.418,9 mil) e cobertura-FAMPE (R\$ 2.147,6 mil)



**TABELA 39. SALDO DAS OPERAÇÕES COM RISCO
COMPARTILHADO - Período: 01/12/1998 a 31/12/2003
Posição 31/12/2003**

R\$ Mil

PROGRAMA	QUANTIDADE	SALDO DEVEDOR
PRODAGRI	726	60.593,9
PRODERUR	10.908	1.143.583,6
PROFLORESTA	11	4.562,6
PESCA ARTESANAL	755	11.141,3
PRODEPEC	1.331	140.603,0
PRORURAL	42.252	376.260,6
RECOOP	3	2.402,4
PRODEX	5.390	19.261,1
EXPORTAÇÃO	204	69.552,4
PRODESIN	393	450.243,4
PRODETUR	81	51.980,3
PROMIPEQ	324	13.240,6
PROAGRIN	66	40.881,0
PRONAF A/C e AGREGAR	35	2.838,7
COMSERV	443	81.926,8
PROINFRA	3	6.719,9
TOTAL	62.925	2.475.792

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o saldo devedor não contempla as Rendas a Apropriar (R\$ 34.418,9 mil) e cobertura-FAMPE (R\$ 2.147,6 mil)

**Tabela 40. OPERAÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DO FUNDO - POR ESTADO
Período de 01/01/1989 a 30/11/1998
Posição em 31/12/2003**

R\$ Mil

ESTADO	SETOR RURAL		SETOR INDUSTRIAL		TOTAL	
	QUANT.	SALDO DEVEDOR	QUANT.	SALDO DEVEDOR	QUANT.	SALDO DEVEDOR
Acre	4.785	40.347,7	14	1.098,9	4.799	41.446,6
Amazonas	8.508	120.847,9	28	33.400,6	8.536	154.248,5
Amapá	3.219	77.010,7	13	16.140,2	3.232	93.150,9
Pará	44.045	1.002.189,5	249	205.011,2	44.294	1.207.200,7
Rondônia	15.574	181.793,0	41	17.496,0	15.615	199.289,0
Roraima	2.902	133.343,5	3	781,1	2.905	134.124,7
Tocantins	11.230	417.089,3	49	29.007,7	11.279	446.097,1
TOTAL	90.263	1.972.621,6	397	302.935,7	90.660	2.275.557,4

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o montante do saldo devedor não contempla o valor da Cobertura-FAMPE (R\$ 561,0 mil)



Tabela 41.

OPERAÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DO FUNDO - POR PORTE

Período de 01/01/1989 a 30/11/1998

Saldo em 31/12/2003

R\$ Mi

PORTE DO BENEFICIÁRIO	SETOR RURAL		SETOR INDUSTRIAL		TOTAL	
	QUANT.	SALDO DEVEDOR	QUANT.	SALDO DEVEDOR	QUANT.	SALDO DEVEDOR
ASSOCIAÇÃO	14	5.699,8	0	-	14	5.699,8
COOPERATIVA	13	12.510,9	2	592,6	15	13.103,5
MINI/MICRO	84.335	858.690,9	128	10.828,9	84.463	869.519,9
PEQUENO	3.773	474.679,9	166	86.009,1	3.939	560.689,1
MÉDIO	1.439	345.317,4	70	112.986,5	1.509	458.303,9
GRANDE	689	275.722,6	31	92.518,6	720	368.241,2
TOTAL	90.263	1.972.621,6	397	302.935,7	90.660	2.275.557,4

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o montante do saldo devedor não contempla o valor da Cobertura-FAMPE (R\$ 561,0 mil)

TABELA 42.

OPERAÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DO FUNDO**POR PROGRAMA**

Período de 01/01/1989 a 30/11/1998

Saldo em 31/12/2003

R\$ Mil

PROGRAMA	QUANTIDADE	SALDO DEVEDOR
ALONGAMENTO	483	198.071,8
PESCA ARTESANAL	280	94.984,5
PROCATEC	2	141,2
PROCERA	15.764	88.719,1
PRODAGRI	638	85.291,1
PRODERUR	5	2.564,4
SECURITIZAÇÃO	6.376	552.046,7
PRODEPEC	2.895	316.432,8
PRONAF "A"	26.712	189.897,8
PRORURAL	36.321	441.503,3
PRODEX	787	2.968,9
PROAGRIN	9	17.312,8
PRODESIN	303	268.624,2
PRODETUR	10	13.881,2
PROMIPEQ	75	3.117,5
COMSERV	0	-
EXPORTAÇÃO	0	-
TOTAL	90.660	2.275.557,4

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o montante do saldo devedor não contempla o valor da Cobertura-FAMPE (R\$ 561,0 mil)



TABELA 43. OPERAÇÕES CONTRATADAS POR PROGRAMA – SETOR RURAL (NOV/89 A DEZ/2003)

R\$ Mil

ESTADO	FNO – ESPECIAL						FNO		TOTAL	
	PRODEX		PRORURAL		PRONAF		N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR
	N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR	N.º Op.	VALOR				
Acre	2.194	9.919,2	7.561	107.530,1	1.137	9.903,0	4.593	136.863,8	15.485	264.215,9
Amapá	152	494,2	593	4.857,9	636	5.317,9	3.252	87.536,0	4.633	98.206,0
Amazonas	893	8.125,3	5.431	93.825,5	1.383	12.329,3	6.108	155.774,4	13.815	270.054,5
Pará	3.336	18.075,6	46.724	821.709,6	11.928	146.621,4	19.576	1.558.179,4	81.564	2.544.586,0
Rondônia	145	260,9	20.473	356.606,6	6.404	55.569,0	9.945	357.818,6	36.967	770.255,1
Roraima	11	144,6	1.176	32.693,5	386	3.780,8	3.095	115.725,8	4.668	152.344,6
Tocantins	121	528,6	4.125	71.354,2	6.882	70.023,3	14.196	1.200.354,0	25.324	1.342.260,1
TOTAL	6.852	37.548,3	86.083	1.488.577,2	28.756	303.544,8	60.765	3.612.252,0	182.456	5.441.922,2

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Obs: Valores atualizados pela variação cambial de dezembro/2003 (US\$ 1,00 = R\$ 2,8892)

TABELA 44 LIBERAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

R\$ Mil

Estado	RURAL	INDUSTRIAL	TOTAL
Acre	25.305	5.560	30.865
Amapá	1.436	1.474	2.910
Amazonas	15.295	65.170	80.465
Pará	166.472	215.943	382.416
Rondônia	101.613	22.399	124.012
Roraima	7.938	3.832	11.770
Tocantins	176.381	7.763	184.144
TOTAL	494.441	322.142	816.583

Fonte: (a) BASA - Sist. Controle de Operações

TABELA 45 LIBERAÇÕES POR PORTE

R\$ Mil

Estado	RURAL	INDUSTRIAL	TOTAL
Cooperativas	3.539	0	3.539
Mini/Micro	141.348	2.549	143.897
Pequeno	31.270	22.430	53.700
Médio	172.767	60.515	233.281
Grande	145.518	236.648	11.038
TOTAL	494.441	322.142	816.583

Fonte: (a) BASA - Sist. Controle de Operações



TABELA 46 ESTOQUE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS - Posição em 31.12.2003

Estado	Rural		Industrial		Total	
	Operações	R\$ Mil	Operações	R\$ Mil	Operações	R\$ Mil
Acre	11.421	148.090,75	71	10.478,76	11.492	158.569,51
Amazonas	12.131	170.901,89	183	168.625,84	12.314	339.527,73
Amapá	3.829	84.970,69	39	21.652,15	3.868	106.622,84
Pará	70.672	1.803.858,74	955	546.444,62	71.627	2.350.303,36
Rondônia	29.563	423.096,02	274	81.612,46	29.837	504.708,48
Roraima	3.158	151.271,97	49	5.250,97	3.207	156.522,94
Tocantins	20.875	951.674,15	340	183.415,42	21.215	1.135.089,57
Total	151.649	3.733.864,20	1.911	1.017.480,22	153.560	4.751.344,43

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Nota: o saldo devedor não contempla as Rendas a Apropriar (R\$ 34.418,9 mil) e cobertura-FAMPE (R\$ 2.708,6 mil)

TABELA 47 VALORES SECURITIZADOS AO AMPARO DA LEI 9.138/95 E REG.2.471/98

Base em 31/12/2003

LEI 9.138/95	SALDO DEVEDOR - R\$ Mil			Nº OPERAÇÕES
	NORMAL	VENCIDO	TOTAL	
Crédito rural	317.030	149.048	466.078	2.801
TOTAL	317.030	149.048	466.078	2.801
REGULAMENTO 2.471/98	SALDO DEVEDOR - R\$ Mil			Nº OPERAÇÕES
	NORMAL	VENCIDO	TOTAL	
Crédito rural	84.372	1.596	85.968	150
TOTAL	84.372	1.596	85.968	150

Fonte: BASA - Sist. Controle de Operações

Anexos**ANEXO I****SÍNTESE DAS BASES E CONDIÇÕES OPERACIONAIS
SETOR RURAL****1 - PORTE**

RS 1,00

PORTE (PESSOA FÍSICA)	RECEITA AGROPECUÁRIA ANUAL PREVISTA	
	ACIMA DE	ATÉ
AGRICULTOR FAMILIAR	-	27.500
MINI	-	40.000
PEQUENO	40.000	80.000
MÉDIO	80.000	500.000
GRANDE	500.000	-
PORTE (PESSOA JURÍDICA)	RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL	
	ACIMA DE	ATÉ
MINI	-	300.000
PEQUENO	300.000	1.500.000
MÉDIO	1.500.000	6.000.000
GRANDE	6.000.000	-

Obs.: Para classificação de porte do produtor nas atividades de avicultura, suinocultura, olericultura e aqüicultura, o Valor da Receita Agropecuária Anual Prevista, apurado na análise deve ser reduzido em 50% para efeito de enquadramento.

2 - LIMITES**2.1 FNO-ESPECIAL (PRONAF-GRUPO A, PRONAF/PRODEX e PRONAF/PRORURAL)**

PROGRAMAS	PORTE DO BENEFICIÁRIO	FINALIDADE	LIMITE FINANCIÁVEL ATÉ	LIMITE DE CRÉDITO POR CLIENTE (R\$ 1,00)
PRONAF-GRUPO A ⁽¹⁾	AGRICULTORES FAMILIARES	Custeio Associado	100 %	3.325
		Investimento	100 %	6.175
		TOTAL	100 %	9.500
PRONAF/PRODEX ⁽²⁾	MINI/PEQUENO/ASSOC.I/COOP.I	Custeio	100 %	1.000
		Investimento	100 %	7.500
PRONAF/ PRORURAL	MINI	Custeio	100 %	5.000
		Investimento	100 %	20.000 ⁽³⁾
	ASSOC. I/COOP. I	Custeio	100 %	240.000
		Investimento	100 %	800.000

Notas: 1) Quando se tratar de investimento isolado o limite é de R\$ 9.500;

2) No financiamento direto às cooperativas e associações, no caso de bens de uso comum, até 100% do orçamento, observado limite de R\$ 375.000,00;

2) O financiamento destinado a **embarcação e apetrechos** de pesca artesanal é de R\$ 25.000,00, no caso do financiamento ser somente para apetrechos de pesca, o limite é de R\$ 20.000,00.



2.2 FNO - NORMAL (PRODERUR e PROFLORESTA)

PORTE	FINALIDADE	LIMITE FINANCIÁVEL ATÉ	LIMITE DE CRÉDITO POR CLIENTE (R\$ 1,00)
MINI/MICRO	Investimento	100 %	80.000
	Custeio	100 %	24.000
PEQUENO	Investimento	100 %	160.000
	Custeio	100 %	48.000
MÉDIO	Investimento	100 %	1.000.000
	Custeio	100 %	300.000
GRANDE	Investimento	90 %	3.200.000
	Custeio	100 %	960.000
ASSOC. I/COOP. I	Investimento	100 %	1.500.000
	Custeio	100 %	450.000
ASSOC. II/COOP. II	Investimento	90 %	4.300.000
	Custeio	100 %	1.290.000

Obs.: O crédito para custeio é de até 30% dos valores estabelecidos para investimento fixo ou misto, obedecendo os limites de financiamento por porte.

3 - ENCARGOS FINANCEIROS

PROGRAMAS	MINI / Assoc. I / Coop. I ⁽¹⁾	PEQUENO / Assoc. I / Coop. I ⁽¹⁾	Benefício Rebate	
FNO ESPECIAL				
PRONAF/PRODEX	4 % a.a.	4 % a.a.	Bônus de 25%	
PRONAF/PRORURAL	4 % a.a.	4 % a.a.	Bônus de 25%	
PRONAF	Investimento	Benefício Rebate	Custeio	Benefício Rebate
GRUPO A	1,15 % a.a.	40 % sobre o Capital	4 % a.a.	R\$ 200,00
GRUPO B	1 % a.a.	-	-	-
GRUPO C	4 % a.a.	Bônus de 25 %	4 % a.a.	Bônus de 25 %
GRUPO D	4 % a.a.	Bônus de 25 %	4 % a.a.	Bônus de 25 %
FNO NORMAL				
PRODERUR	6 % a.a.	8,75 % a.a.	8,75 % a.a.	10,75 % a.a.
PROFLORESTA	6 % a.a.	8,75 % a.a.	8,75 % a.a.	10,75 % a.a.

Nota: 1) Assoc. I / Coop. I - com, pelo menos, 70% (setenta por cento) do quadro social ativo constituído de mini e/ou pequenos produtores;

4 - PRAZOS

FINALIDADE DO CRÉDITO	PRAZO (ATÉ)	CARÊNCIA (ATÉ)
INVESTIMENTO FIXO E MISTO	12 ANOS	6 ANOS
INVESTIMENTO SEMIFIXO	10 ANOS	3 ANOS
CUSTEIO		
• AGRÍCOLA	2 ANOS	-
• PECUÁRIA	12 MESES	-
RETENÇÃO DE CRIA	18 MESES	-
RECRIA/ENGORDA	24 MESES	-

Obs.: 1) Os prazos máximos incluem o período de carência;

2) No PRONAF/PRODEX os prazos são variáveis de acordo com a finalidade do crédito: para extração e coleta de produtos florestais não madeiros, até 4 anos, inclusive até 1 ano de carência; para manejo florestal de baixo impacto, até 12 anos, inclusive até 2 anos de carência; para sistemas agroflorestais, até 12 anos, inclusive até 6 anos de carência;

5 - GARANTIAS

GARANTIAS	MINI/MICRO Assoc. I/Coop. I	PEQUENA Assoc. II/Coop. II	MÉDIA	GRANDE
a) Investimento Fixo, Semifixo e Misto	MÍNIMO	MÍNIMO	MÍNIMO	MÍNIMO
- Pré-existente	50%	50%	100%	100%
- Final	130%	130%	130%	130%
b) Custeio				
- Pré-existente	130%	130%	130%	130%
- Final	130%	130%	130%	130%

ANEXO II



**SÍNTESE DAS BASES E CONDIÇÕES OPERACIONAIS
SETORES INDUSTRIAL/AGROINDUSTRIAL/TURISMO**

1 - PORTE**R\$ 1,00**

PORTE DA EMPRESA	RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL	
	ACIMA DE	ATÉ
MICRO	-	244.000
PEQUENA	244.000	1.200.000
MÉDIA	1.200.000	35.000.000
GRANDE	35.000.000	-

2 - LIMITES**2.1 FNO ESPECIAL (PROMICRO)**

PORTE	DESTINAÇÃO	LIMITE FINANCIÁVEL ATÉ	LIMITE DE CRÉDITO POR CLIENTE (ATÉ) - R\$ 1,00
MICRO	ATIVO FIXO OU MISTO	100%	48.000
	CAPITAL DE GIRO	100%	16.800
ASSOC. I/COOP. I	ATIVO FIXO OU MISTO	100%	1.440.000
	CAPITAL DE GIRO	100%	504.000

2.2 FNO - NORMAL (DEMAIS PROGRAMAS)

PORTE	DESTINAÇÃO	LIMITE FINANCIÁVEL ATÉ	LIMITE DE CRÉDITO POR CLIENTE (ATÉ) - R\$ 1,00
MICRO	ATIVO FIXO OU MISTO	100%	170.000
	CAPITAL DE GIRO	100%	59.500
PEQUENA	ATIVO FIXO OU MISTO	100%	350.000
	CAPITAL DE GIRO	100%	122.500
MÉDIA	ATIVO FIXO OU MISTO	90%	6.600.000
	CAPITAL DE GIRO	100%	2.310.000
GRANDE	ATIVO FIXO OU MISTO	75%	13.200.000
	CAPITAL DE GIRO	100%	4.620.000
ASSOC. I/COOP. I	ATIVO FIXO OU MISTO	100%	1.600.000
	CAPITAL DE GIRO	100%	560.000
ASSOC. II/COOP. II	ATIVO FIXO OU MISTO	90%	16.600.000
	CAPITAL DE GIRO	100%	5.810.000
GRUPO ECONÔMICO	ATIVO FIXO OU MISTO	-	16.600.000
	CAPITAL DE GIRO	-	5.810.000

- Obs.:** 1) Nas operações de investimento misto, a parcela correspondente ao giro deverá representar, no máximo, 35% do financiamento total, entendido este como somatório do financiamento fixo e capital de Giro;
- 2) O financiamento de capital de giro será de 100% das necessidades da empresa, limitado a 35% do valor máximo financiável estabelecido para investimento fixo ou misto, observado o porte da empresa;
- 3) Assoc. I / Coop. I com, pelo menos, 70% (setenta por cento) do quadro social ativo constituído de microempresários;
- 4) Assoc. II / Coop. II com, pelo menos, 70% (setenta por cento) do quadro social ativo constituído de pequenos empresários.



3 – ENCARGOS FINANCEIROS

PROGRAMAS	MICRO Assoc. I/Coop. I	PEQUENA Assoc. II/Coop. II	MÉDIA	GRANDE
FNO ESPECIAL				
PROMIPEQ	8,75 % a.a.	-	-	-
FNO NORMAL				
DEMAIS PROGRAMAS	8,75 % a.a.	10,00 % a.a.	12,00 % a.a.	14,00 % a.a.

4 – PRAZOS (Meses)

FINALIDADE DO CRÉDITO	MICRO Assoc. I/Coop. I (até)	PEQUENA Assoc. II/Coop. II (até)	MÉDIA (até)	GRANDE (até)
a) INVESTIMENTO FIXO/MISTO				
- Para Empresa em Implantação:				
- Carência	24	24	24	24
- Total	120	120	120	120
- Nos Demais Casos:				
- Carência	24	24	24	24
- Total	96	96	96	96
b) CAPITAL DE GIRO ISOLADO				
- Carência	12	12	12	12
- Total	36	36	36	36

5 – GARANTIAS (Relação Garantia/Financiamento)⁽¹⁾

GARANTIAS	MICRO Assoc. I/Coop. I	PEQUENA Assoc. II/Coop. II	MÉDIA	GRANDE
a) Investimento Fixo e Misto	MÍNIMO	MÍNIMO	MÍNIMO	MÍNIMO
- Pré-existente	50%	50%	100%	100%
- Final	130%	130%	130%	130%
b) Capital de Giro				
- Pré-existente	130%	130%	130%	130%
- Final	130%	130%	130%	130%

Nota: 1) A garantia pré-existente para o PROMIPEQ é de 35% do valor do financiamento e a final de 100%. E como garantia complementar este programa poderá usar o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – FAMPE, não podendo ultrapassar os seguinte percentuais: 50% do valor financiado para investimentos fixo e misto (fixo + giro) e 90% do valor financiado para aquisição de tecnologia.



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO
Lei Nº 7.827, de 27.09.89
BALANÇO PATRIMONIAL
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
 (Em milhares de Reals)

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2003	31.12.2002
ATIVO		
CIRCULANTE	2.510.501	2.000.350
DISPONIBILIDADES	365.441	393.870
Recursos a Alocar	-	63.585
Recursos Alocados	365.441	330.285
DEVEDORES POR REPASSES	1.342	1.350
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO	1.289.116	1.002.061
Financiamentos Rurais	1.044.839	828.205
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	244.277	173.856
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO	882.047	632.364
Financiamentos Rurais	399.568	234.269
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	403.487	378.307
Financiamentos - Comércio e Serviços	78.992	19.788
PROVISÃO PARA BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA	(27.445)	(29.295)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.337.513	1.975.265
DEVEDORES POR REPASSES	9.535	9.054
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO DO FUNDO	985.880	974.854
Financiamentos Rurais	927.783	906.094
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	58.097	68.760
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RISCO COMPARTILHADO	1.557.178	1.143.105
Financiamentos Rurais	1.343.819	1.058.860
Financiamentos Industriais/Agroindustriais	201.735	83.598
Financiamentos - Comércio e Serviços	11.624	647
PROVISÃO PARA BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA	(215.080)	(151.748)
TOTAL	4.848.014	3.975.615
PASSIVO		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
REPASSES DO TESOUREIRO NO EXERCÍCIO	597.170	565.100
Primeiro semestre	293.243	291.399
Segundo semestre	303.927	273.701
REPASSES DO TESOUREIRO NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.919.078	2.353.978
LUCROS/PREJUÍZOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.056.537	916.613
LUCROS/PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	275.229	139.924
Primeiro semestre	89.179	87.856
Segundo semestre	186.050	52.068
TOTAL	4.848.014	3.975.615

Belém (Pa), 22 de Janeiro de 2004

Conselho de Administração

Arno Hugo Augustin Filho
Presidente

Arno Meyer
Conselheiro

Ivan Ney Passos Lima
Conselheiro

Márcio Lima Donato
Conselheiro

Diretoria Executiva

Márcio Lima Cordelro
Presidente

Evandro Bessa de Lima Filho
Diretor

Francisco Sefarim de Barros
Diretor

João Batista de Melo Bastos
Diretor

José Carlos Rodrigues Bazerra
Diretor

Milton Barbosa Cordelro
Diretor

Maria de Belém Silva Cotta
Contador
CRC-PA 007217/0



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

Lei Nº 7.827, de 27.09.89

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO


Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2003	31.12.2002
RECEITAS:	560.577	389.081
De Operações de Crédito	474.790	345.279
Remuneração das Disponibilidades	85.787	43.802
DESPESAS:	(285.348)	(249.157)
De Administração	(119.434)	(113.020)
De Auditoria Externa	(99)	(62)
De Renegociações	(45.785)	(38.238)
De Bônus de Adimplência	(120.030)	(97.837)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	275.229	139.924

Belém (Pa), 22 de janeiro de 2004

Conselho de Administração


Arno Hugo Augustin Filho
Presidente


Arno Mayer
Conselheiro


Iveral Ney Passos Lima
Conselheiro


Mâncio Lima Cordeiro
Conselheiro

Diretoria Executiva


Mâncio Lima Cordeiro
Presidente


Evandro Bessa de Lima Filho
Diretor


Francisco Serpim de Barros
Diretor


João Batista de Melo Bastos
Diretor


José Carlos Rodrigues Bezerra
Diretor


Milton Barbosa Cordeiro
Diretor


Maria de Belém Silva Cotta
Contador
CRC-PA 007217/0



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE-FNO
 Lei Nº 7.827, de 27.09.89
DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
 (Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2003	31.12.2002
FONTES (A)	1.104.062	907.036
-Recursos de Repasses pelo Governo Federal	597.170	565.100
-Retorno de Operações de Crédito	421.105	298.134
-Remuneração dos recursos disponíveis	85.787	43.802
APLICAÇÕES (B)	1.132.491	816.245
-Liberações de Operações	942.468	544.601
-Taxa de Administração	119.434	113.020
-Auditoria Externa	99	62
-Outros Desembolsos	70.490	158.562
AUMENTO / REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (A - B)	(28.429)	90.791

Belém (Pa), 22 de janeiro de 2004

Conselho de Administração

Hugo Augustin Filho
 Amo Hugo Augustin Filho

Presidente

Arno Meyer
 Arno Meyer
 Conselheiro

Ivan Ney Passos Lima
 Ivan Ney Passos Lima
 Conselheiro

Márcio Lima Cordeiro
 Márcio Lima Cordeiro
 Conselheiro

Diretoria Executiva

Márcio Lima Cordeiro
 Márcio Lima Cordeiro
 Presidente

Evandro Bessa de Lima Filho
 Evandro Bessa de Lima Filho
 Diretor

Francisco Serafin de Barros
 Francisco Serafin de Barros
 Diretor

João Batista de Melo Bastos
 João Batista de Melo Bastos
 Diretor

José Carlos Rodrigues Bezerra
 José Carlos Rodrigues Bezerra
 Diretor

Milton Barbosa Cordeiro
 Milton Barbosa Cordeiro
 Diretor

Belém Cotta
 Maria de Belém Silva Cotta
 Contador
 CRC-PA 007217/0



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE-FNO
Lei Nº 7.827, de 27.09.89
DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002
 (Em milhares de Reais)

E V E N T O S

SALDO EM 31/12/2001	3.270.591
Recursos repassados durante o exercício	565.100
Resultado do exercício	139.924
SALDO FINAL EM 31/12/2002	3.975.615
Recursos repassados durante o exercício	597.170
Resultado do exercício	275.229
SALDO FINAL EM 31/12/2003	4.848.014

Belém (Pa), 22 de janeiro de 2004

Conselho de Administração

Hugo Augustin Filho
 Amo Hugo Augustin Filho
 Presidente

Arno Meyer
 Arno Meyer
 Conselheiro

Ivan Ney Passos Lima
 Ivan Ney Passos Lima
 Conselheiro

Mâncio Lima Cordeiro
 Mâncio Lima Cordeiro
 Conselheiro

Diretoria Executiva

Mâncio Lima Cordeiro
 Mâncio Lima Cordeiro
 Presidente

Evandro Bessa de Lima Filho
 Evandro Bessa de Lima Filho
 Diretor

Francisco Serafim de Barros
 Francisco Serafim de Barros
 Diretor

João Batista de Melo Bastos
 João Batista de Melo Bastos
 Diretor

José Carlos Rodrigues Bezerra
 José Carlos Rodrigues Bezerra
 Diretor

Milton Barbosa Cordeiro
 Milton Barbosa Cordeiro
 Diretor

Maria de Belém Silva Cotta
 Maria de Belém Silva Cotta
 Contador
 CRC-PA 007217/0

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) foi instituído pelo artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, com alterações através das Leis n. 9.126, de 10 de novembro de 1995 e 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Seu objetivo principal é o de promover o desenvolvimento socioeconômico regional, tendo como gestor o Banco da Amazônia S.A., mediante a execução de programas específicos de financiamento aos setores produtivos, em observância aos Planos Estaduais de Aplicações de Recursos, às diretrizes do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), às orientações do Ministério da Integração Nacional e às grandes políticas nacionais.

a) Área de atuação

Os recursos do FNO se destinam, exclusivamente, ao financiamento de atividades produtivas desenvolvidas na Região Norte, que compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Essa área corresponde a 45% do território nacional e atinge 449 municípios, dos quais 94% são atendidos pelo Banco da Amazônia S.A.

b) Política de crédito

A política de aplicação e implementação creditícia para o exercício de 2003, apresentada pelo Banco da Amazônia S.A, foi apreciada e aprovada pelo Ministério da Integração Nacional.

c) Programas de Financiamento

O FNO dispõe de treze programas de financiamento, voltados às atividades produtivas dos setores rural, industrial, turismo, comércio e serviços, priorizando o fortalecimento das cadeias produtivas da economia regional e o atendimento aos projetos que maximizem resultados socioeconômicos.

d) Isenção tributária

Conforme teor do artigo 8º, da Lei n. 7.827/1989, o FNO goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo ou contribuição.

e) Fiscalização

Para efeito de fiscalização e acompanhamento, os demonstrativos contendo a movimentação dos recursos, aplicações e os resultados do Fundo são enviados, mensalmente, aos Ministérios da Integração Nacional e da Fazenda. Anualmente, a Prestação de Contas dos recursos do FNO é remetida à Secretaria Federal de Controle Interno – Gerência Regional de Controle Interno no Pará e ao Congresso Nacional.



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de Reais)

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco da Amazônia S.A., enquanto administrador do **FNO**, são:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas do FNO estão representadas pelos encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco da Amazônia S.A. sobre os recursos disponíveis. As despesas são decorrentes da taxa de administração do agente financeiro, da remuneração dos serviços de auditoria externa, da concessão do bônus de adimplência e das despesas de renegociações na forma da legislação vigente. As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência.

Os encargos financeiros, incidentes sobre os créditos concedidos a partir de 15 de janeiro de 2001, variam de 6% a 14% a.a., conforme a área de atuação e o porte dos tomadores. Referidos encargos são revistos anualmente e sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30% (trinta por cento).

Quanto ao estoque de operações anteriores a 15 de janeiro de 2001, incidem encargos variáveis em função do prazo da contratação e as renegociações efetivadas, de acordo com os dispositivos legais, específicos para os fundos constitucionais.

Nos financiamentos vinculados ao PRONAF os encargos financeiros variam conforme os definidos na legislação e regulamento do Manual de Crédito Rural, capítulo 10, do Banco Central do Brasil.

A taxa de administração paga ao Banco da Amazônia S.A. é de 3% ao ano, a partir de 13 de novembro de 1995, de acordo com o artigo 17 da Lei n. 9.126, de 10 de novembro de 1995, e é calculada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apropriada mensalmente e limitada, a partir de 1999, a 20% (vinte por cento) do valor das transferências advindas do Tesouro Nacional ao Banco.

b) Ativo

O disponível é apresentado pelo montante das transferências oriundas do Tesouro Nacional, pelos retornos dos recursos aplicados, pelas remunerações efetivadas pelo Banco da Amazônia S.A., deduzido das liberações de crédito ocorridas, do del credere pertencente ao Banco, das renegociações de operações já honradas pelo Banco, das despesas referentes à taxa de administração do agente financeiro e da remuneração dos serviços de auditoria externa.

A posição das disponibilidades de 31 de dezembro de 2002 foi reclassificada para fins de comparabilidade.

Os devedores por repasses estão demonstrados pelo valor do principal da operação de crédito, acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata die" e apropriados pelo regime de competência.

Os recursos do FNO, enquanto não liberados ao tomador final, são remunerados à taxa extra-mercado que, no exercício de 2003, registrou uma taxa média de 95% da SELIC.

As operações de crédito são demonstradas pelo valor principal acrescido dos encargos financeiros calculados "pro rata die" e apropriados pelo regime de competência. Nos créditos com risco compartilhado, os encargos de inadimplência

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de Reais)

incidentes sobre cada parcela vencida a partir de 15 dias, são registrados em contas internas de Rendas a Apropriar.

c) Patrimônio Líquido

Os recursos repassados e creditados diretamente ao Patrimônio Líquido estão representados pelos valores originais depositados no Banco da Amazônia S.A., acrescidos dos resultados operacionais.

d) Padronização dos demonstrativos financeiros

O FNO possui contabilidade própria valendo-se para tal do sistema contábil do Banco da Amazônia S.A., no grupamento de compensação, onde todos os atos e fatos são registrados, inclusive apuração de renda e despesa.

Em atendimento ao artigo 8º da Lei n. 10.177/2001, encontram-se em estudo, pelos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, as normas de estruturação e padronização dos balancetes e balanços dos fundos constitucionais.

3. OPERAÇÕES DE CRÉDITO**a) Inadimplência**

O risco pela concessão dos créditos é partilhado entre o Banco da Amazônia S.A. e o **Fundo**, na proporção de 50% para cada um, nas operações contratadas a partir de 01 de dezembro de 1998.

Com a divulgação, pelo Governo Federal, do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, através da Medida Provisória n. 2.196, de 28 de junho de 2001, e suas reedições, foi eliminado o risco operacional do Banco da Amazônia S.A. sobre as operações de crédito, contratadas até 30 de novembro de 1998, cujo montante, em 31 de dezembro de 2003, corresponde a R\$ 2.082.959 (R\$ 1.867.809 em 2002).

Fazem parte das operações de crédito com risco para o Fundo os financiamentos vinculados aos programas do PROCERA e PRONAF-A, independente da data da formalização contratual.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa não pode ser constituída sem que ocorra a manifestação conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, conforme determina o art. 8º da Lei n. 10.177/2001. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2003, ainda não foi registrada essa provisão.

Em 31 de dezembro de 2003, através da Portaria Interministerial n. 388 (Fazenda, Integração Nacional e de Controle e da Transparência), de 31 de dezembro de 2003, foi instituído Grupo de Trabalho Interministerial, que terá a incumbência de realizar estudo e elaborar propostas para estruturação e padronização dos balanços e balancetes dos Fundos Constitucionais.

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de Reais)

c) Bônus de adimplência

c.1 - a Lei n. 10.177, de 12 de janeiro de 2001, alterou os encargos financeiros, concedeu bônus de adimplência, permitiu renegociações e estabeleceu prazos para repactuação das operações de crédito dos fundos constitucionais;

c.2 - a Lei n. 10.464, de 24 de maio de 2002, autorizou repactuação, alongamento de dívidas e concedeu bônus de adimplência para os créditos relativos ao Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mini e pequenos produtores e;

c.3 - a Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, autorizou repactuação, alongamento de dívidas e concedeu bônus de adimplência para as operações oriundas do crédito rural, em todos os programas.

Somente fará jus aos bônus de adimplência, cujas taxas estão especificadas na tabela a seguir, o tomador do crédito que liquidar a parcela do financiamento até a data do respectivo vencimento.

Descrição	Lei nº 10.177	Lei nº 10.464	Lei nº 10.696
Industrial	15% s/ encargos financeiros	Não aplicado	Não aplicado
Rural	15% s/ encargos financeiros	Dívidas contraídas: a) até 31.12.94: 35%; b) no ano de 1995: 25%; c) no ano de 1996: 19%; d) no ano de 1997: 17%; e) no ano de 1998: 14%	Dívidas contraídas: a) até 31.12.94: 35%; b) no ano de 1995: 25%; c) no ano de 1996: 19%; d) no ano de 1997: 17%; e) no ano de 1998: 14%
Comércio e Serviços	15% s/ encargos financeiros	Não aplicado	Não aplicado
Procera		70% sobre a parcela	a) 70% sobre a parcela b) 90% na liquidação da dívida.
Pronaf		30% sobre a parcela	30% sobre a parcela

Para as operações contratadas após 13 de janeiro de 2000 é concedido o percentual de 15% de bônus, conforme artigo 1º, incisos I, II e III, parágrafo 5º, da Lei n. 10.177.

No exercício de 2003, o ajuste de provisão para bônus de adimplência, contabilizado como despesa, foi de R\$ 120.030 (R\$ 97.837 em 2002).





Av. Governador José Malcher, 815
6º andar - Bairro Nazaré
66055-260 - Belém - PA - Brasil

Tel.: (5591) 241-0600
Fax: (5591) 212-0998
homepage: www.ey.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO

1. Examinamos os balanços patrimoniais do **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO**, levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, da evolução do patrimônio líquido e da movimentação dos recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Com exceção do assunto descrito no terceiro parágrafo, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos do **Fundo**; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do **Fundo**, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado nas notas explicativas nsº 2.d e 3.b, ainda não foram emitidas normas regulamentares sobre a estruturação e padronização dos balancetes e balanços dos fundos constitucionais, não estando, portanto, determinada a forma de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Dessa forma, não foram efetuadas análises para determinar o valor da referida provisão. Conseqüentemente, não nos foi praticável, nessas circunstâncias, determinar o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2003 e 2002.
4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam resultar do desfecho do assunto mencionado no terceiro parágrafo, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO** em 31 de dezembro de 2003 e 2002, o resultado de suas operações, a evolução do patrimônio líquido e a movimentação dos recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.

Belém (PA), 22 de janeiro de 2004

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015199/O-6-F-PA



Aurivaldo Coimbra de Oliveira
Contador CRC IPE 009428/O-4-S-PA

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE - FNO


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2003 e 2002
(Em milhares de Reais)

d) Renegociações

A Lei n.10.823, de 19.12.2003, prorrogou o prazo para até 31 de maio de 2004 para formalização dos instrumentos de repactuação ao amparo da Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003.

As despesas de renegociações, no valor de R\$ 45.785 (R\$ 38.238 em 2002), são oriundas de dispensa de encargos e rebates nas operações de crédito renegociadas, na forma das Leis n. 10.177, 12.01.2001, 10.464, de 24.05.2002 e 10.696, de 02.07.2003.


Belém (Pa), 22 de janeiro de 2004


Maria de Belém Silva Cotta
Contador
CRC-PA n. 007217/0

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****PARECER CÀ Nº 2004/002**

De acordo com o disposto no art. 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 30 de outubro de 2001, o Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A., em reunião extraordinária realizada nesta data, tomou conhecimento do Relatório e examinou as Demonstrações Financeiras do FNO, referentes ao segundo semestre e exercício de 2003, e, com base no parecer dos Auditores Independentes, manifesta-se favoravelmente à sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária de acionistas.

Brasília (DF), 6 de fevereiro de 2004


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Presidente


ARNO MEYER
Conselheiro


MÂNCIO LIMA CORDEIRO
Conselheiro


IVAN NEY PASSOS LIMA
Conselheiro

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989.

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências.

Art. 20. Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos. (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.1.2001)

§ 1º O exercício financeiro de cada Fundo coincidirá com o ano civil, para fins de apuração de resultados e apresentação de relatórios.

§ 2º Deverá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais estabelecidas, além do exame das contas e outros procedimentos usuais de auditoria.

§ 3º Os bancos administradores deverão colocar à disposição dos órgãos de fiscalização competentes demonstrativos, com posições de final de mês, dos recursos, aplicações e resultados dos Fundos respectivos.

§ 4º O balanço, devidamente auditado, será encaminhado ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

§ 5º O Ministério da Integração Nacional encaminhará ao Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste os relatórios de que trata o *caput*. (Incluído pela Lei nº 10.177, de 12.1.2001)

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. Lid. PP nº 145

Brasília, 3 de março de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, tenho a honra de indicar os Deputados Francisco Dornelles (PP – RJ) e Augusto Nardes (PP – RS) para comporem, respectivamente, como membros titular e suplente, a Comissão Mista que analisará a MPV nº 240/05, que dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da

Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004, em substituição aos Deputados José Janene (PP – PR) e Mário Negromonte (PP – BA).

Respeitosamente, – Deputado **José Janene**,
Líder do PP.

Ofício nº 28/05 – GLPDT

Brasília, 7 de março de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que este Senador foi designado para compor, como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição ao Senador Juvêncio da Fonseca.

Ao ensejo renovamos a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que foi constatada inexatidão material nos autógrafos enviados à Câmara dos Deputados do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº103, de 2003 (nº 117, de 2003, na Casa de origem), que “altera os arts. 215, 216, 219, 220 e 231 e acrescenta o art. 231A ao Decreto-Lei nº 2.48, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal”.

O referido Substitutivo foi aprovado pelo Senado Federal em 6 de outubro de 2004 e enviado à Câmara dos Deputados.

Como se trata de inexatidão material que não importa em alteração no sentido da matéria, a Presidência, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, determinou a confecção de nova redação do vencido da matéria, fazendo constar da cláusula revogatória expressa menção ao inciso III do art. 226 e ao § 3º do art. 231, todos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Encaminhem-se novos autógrafos à Câmara dos Deputados.

É o seguinte a redação do vencido re-
tificada:

PARECER Nº 1.396, DE 2004

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2003 (nº 117, de 2003, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2003 (nº 117, de 2003, na Casa de origem), que altera os arts. 215, 216, 219, 220 e 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Sala de Reuniões da Comissão, 6 de outubro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Heráclito Fortes** – **Geraldo Mesquita Júnior**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.396, DE 2004

Altera artigos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para atualizar as infrações penais praticadas por ou contra a mulher, igualar o tratamento jurídico às vítimas de crimes sexuais, tipificar o tráfico interno de pessoas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 123. Matar o próprio filho, durante ou logo após o parto, sob influência psicopatológica provocada por esse, que cause alteração de juízo e crítica:

Pena – detenção, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.” (NR)

“Art. 134. Abandonar recém-nascido logo após o parto, sob influência psicopatológica provocada por esse, que cause alteração de juízo e crítica:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.

.....” (NR)

“Art. 148.

.....

§ 1º

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos;

.....

IV – se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos;

V – se o crime é praticado com fins libidinosos.

.....” (NR)

“TÍTULO VI**Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual**

.....

Violação sexual

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, à prática de relação sexual:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.” (NR)

“Abuso sexual

Art. 214. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou a submeter-se à prática de ato libidinoso diverso da relação sexual:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.” (NR)

“Violação sexual mediante fraude

Art. 215. Induzir alguém, mediante fraude, a praticar ou submeter-se a praticar relação sexual:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

§ 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos e maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos.

§ 2º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também pena de multa.” (NR)

“Abuso sexual mediante fraude

Art. 216. Induzir alguém, mediante fraude, a praticar ou submeter-se a praticar ato libidinoso diverso da relação sexual:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também pena de multa.”(NR)

“Art. 225. Nos crimes definidos nos capítulos I, II e III deste título, somente se procede mediante ação pública condicionada à representação.

Parágrafo único. Procede-se, entretanto, independente de representação, se o crime é cometido:

I – contra vítima menor de 18 (dezoito) anos;

II – contra vítima mentalmente enferma ou deficiente mental;

III – com abuso de autoridade familiar, ou da qualidade de padrasto ou madrasta.”(NR)

“Art. 225-A. Para os crimes definidos nos capítulos I, II e III deste título, considera-se ‘relação sexual’ qualquer tipo de introdução por via vaginal, anal ou oral, limitando-se, neste último caso, à introdução de órgão sexual.”
“Art. 226. A pena é aumentada:

I – de quarta parte, se o crime é cometido com o concurso de 2 (duas) ou mais pessoas;

II – de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela.”(NR)

CAPÍTULO V

Da Exploração e do Tráfico Sexual

.....

Art. 227.....

.....

§ 1º Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda:

.....

“Tráfico internacional de pessoas.

Art. 231. Promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição, ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro;

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º.....

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

§ 2º Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.”(NR)

“Tráfico interno de pessoas.

Art. 231–A. Promover, intermediar ou facilitar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

Parágrafo único. Aplica-se ao crime de que trata este artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 231.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º São revogados os incisos VII e VIII do art. 107; o inciso III do art. 226, o § 3º do art. 231 e os arts. 217, 219, 220, 221, 222, e 240 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Não há mais oradores inscritos.

A Srª. Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos na forma do Regimento.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs.

Senadores: o Brasil conquistou, na última quinta-feira, uma vitória de repercussões internacionais para o agronegócio mundial.

A Organização Mundial do Comércio deu ganho de causa definitivo ao Brasil ao considerar indevidos os subsídios concedidos pelos Estados Unidos aos seus produtores de algodão.

Com isso, a OMC reconhece que as leis agrícolas norte-americanas ferem o mercado internacional, abrindo caminho para que outros países e outros produtos também busquem se proteger com ações semelhantes.

Estão de parabéns os produtores brasileiros de algodão.

Foram eles que acreditaram no potencial da cotonicultura, elevando a produção nacional em 130% entre a safra 1998/99 e a safra 2003/2004.

Isso fez com que o Brasil deixasse de ser um dos maiores importadores de algodão do mundo, com um déficit na balança de quase 1 bilhão de dólares no setor têxtil, para se tornar exportador, tanto de algodão pluma quanto de tecidos já acabados.

Para atender à demanda, foi preciso melhorar a qualidade do produto. Novas variedades foram desenvolvidas pela Embrapa e pela Fundação Mato Grosso, para se adaptarem ao Cerrado. Tecnologias mais modernas para o processamento também foram vitais nessa fase de expansão da cotonicultura brasileira.

Nas próximas semanas, estará iniciando a colheita de 2005 nos estados do Mato Grosso, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. A produção deve atingir a 1 milhão 335 mil toneladas de algodão pluma.

Aproximadamente 350 mil toneladas estão destinadas à exportação para Europa e Ásia.

Destaco, aqui, o Estado de Goiás. Nesta safra deve produzir 190 mil toneladas de algodão pluma com uma estimativa de exportação de cerca de 40 mil toneladas.

Mas não foi somente investindo na produção que os cotonicultores brasileiros se tornaram vitoriosos. Apoiados pelo governo anterior e nos dois últimos anos pelo atual governo, representado pelo Itamaraty e seu corpo de assessores na área de comércio exterior, os produtores se lançaram nessa ação junto à Organização Mundial do Comércio pelo fim do subsídio dos Estados Unidos.

Foi o fundo de custeio, arrecadado pelos produtores em seus estados, que pagou a ação, inicialmente prevista para custar 400 mil dólares. Na última quinta-feira, quando saiu o resultado da ação, as custas já estavam em mais de 2 milhões de dólares, cerca de R\$ 6 milhões e 400 mil reais.

O governo federal e empresas do setor tiveram participação financeira, mas relativamente modesta frente a esse montante desembolsado pelos produtores, que acreditavam na vitória de seu pleito junto à Organização Mundial do Comércio.

Começa agora uma nova batalha para o algodão brasileiro.

A adoção das medidas da OMC dependerá de uma longa negociação com os Estados Unidos. As conversações iniciam em 30 dias e a adoção do acordo deve ocorrer no máximo em 15 meses, com a remoção dos subsídios, das garantias e dos créditos às exportações.

Tudo isso continuará a exigir a atuação de advogados competentes no âmbito das relações internacionais. Os produtores de algodão sabem disso e já calculam que as despesas vão continuar.

Existe ainda a possibilidade de os Estados Unidos não cumprirem a decisão da OMC, o que já aconteceu em situações anteriores, ou de retardarem ao máximo o seu cumprimento.

Esses fatos, no entanto, não tiram o brilho da grande vitória política do Brasil: um país em desenvolvimento, que ousou enfrentar a nação mais poderosa do planeta, abrindo também espaço para ações de outros países e produtos também contra o igualmente poderoso bloco econômico que forma a União Européia.

Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que, no terreno da política internacional, este é um fato histórico para o Brasil.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo petista do Presidente Lula, além de grande gastador, gasta mal o dinheiro do povo brasileiro. Esse levantamento é a matéria principal da edição de ontem do **Correio Braziliense**, com chamada de primeira página.

A reportagem destaca três pontos:

- 1 – Dezenove das 28 áreas de investimento tiveram recursos reduzidos;
- 2 – Verbas para saneamento básico caíram 90% entre 2001 e 2004;
- 3 – Viagens e diárias de servidores custaram ao erário R\$1,19 bilhão no ano passado.

Essa reportagem e outras estão anexadas ao meu pronunciamento, para que o historiador do futuro possa dispor de elementos para aferir o que terá sido o Governo Lula.

O Governo petista do Presidente leva muito pouco a sério a área social. E por isso é contemplado com outra matéria em primeira página, no jornal **O Estado de S. Paulo**. Diz a chamada do jornal paulista:

“Cresce insatisfação dos movimentos sociais com Lula.”

O Governo petista do Presidente Lula esquece o Brasil, deixa nossas estradas esburacadas, não aplica quase nada na infra-estrutura e, no entanto, empresta dinheiro do BNDES para o metrô de Caracas, para usina de energia a gás na Argentina e até para a compra de uma cervejaria no Uruguai.

O Governo petista do Presidente Lula dá dinheiro a rodo para o chamado MST, uma organização clandestina que insiste em não ter existência formal e cuja atividade principal é invadir fazendas, produtivas ou não.

Na capa de **Veja** desta semana, a chamada para a principal reportagem da revista: MST nós pagamos, eles invadem.

Esse movimento clandestino prospera como nunca. Como diz a mesma reportagem, o MST conta com uma mãozinha do Estado. A foto, da página 45 diz tudo, com uma legenda em que se lê: Stedile (tido como líder do movimento) entre o Ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, e José Fritsch, da pesca: governo parceiro.

Ao Ministro Rosseto, a boa pergunta seria: Que desenvolvimento agrário é esse? E ao Ministro Fritsch, caberia indagar o quê ele pesca em águas tão turvas?

O mesmo Governo petista do Presidente Lula, que sabe gastar e gastar mal, não apenas fecha os olhos para as criminosas ações do MST. A parceria do Governo petista é o passaporte para a intranquilidade que o MST espalha pelo campo. Entre sábado e a madrugada de domingo, os ditos sem-terra invadiram mais duas fazendas no Pontal do Paranapanema, no Oeste do Estado de São Paulo.

Essas duas invasões, dizem os integrantes do MST são apenas um treino para abril vermelho. Quer dizer, eles agora apregoam o que vão fazer, fazem o que querem e o Governo petista fica quieto, a tudo assiste e ainda vira parceiro.

Uma das duas áreas invadidas, a Fazenda Estância Brasília é uma fazenda produtiva. Seu dono, Antonio Leão Cavalcanti, vai pedir reintegração de posse e o levantamento da situação judicial dos líderes da invasão.

Não é só isso. O MST, como mostra a reportagem de *Veja*, inaugurou em janeiro, no município de Guararema (SP), o que eles chamam de *escola*. Na verdade, segue uma rotina militar, com retratos de Che

Guevara e do presidente venezuelano Hugo Chaves, o mais novo ídolo do movimento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, Inciso 1º e § 2º, do Regimento Interno.)

MST faz “março quente” e invade mais duas fazendas no Pontal

Sorocaba – Integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram mais duas fazendas no Pontal do Paranapanema, no oeste do Estado, entre a manhã de sábado e a madrugada desta domingo. Dois grupos distintos invadiram a fazenda Rancho Alegre, em Paraguaçu Paulista, cidade localizada no extremo norte da região, e a Estância Brasília, em Santo Anastácio.

Na sexta-feira, o movimento já havia reocupado a fazenda Santa Expedito, em Teodoro Sampaio, e invadido pela 12ª vez a fazenda Tupi Conan, em Presidente Epitácio.

Segundo o líder José Rainha Júnior, as ações fazem parte do “março quente”, que ele comparou a um treinamento para a segunda edição do chamado “abril vermelho”. No próximo mês, segundo ele, quando o movimento se mobilizará em todo o País, haverá uma seqüência de ocupações sem precedentes na região. “Vamos fazer a reforma agrária acontecer no Pontal!”

Na primeira ação, na manhã de sábado, 300 militantes deixaram um acampamento na beira da rodovia que liga Paraguaçu à Raposo Tavares e entraram na fazenda Rancho Alegre. Eles usaram dois ônibus, um caminhão e cerca de 20 automóveis para o transporte. Segundo a Polícia Militar, os sem-terra entraram por uma porteira, mas arrancaram madeira e fios de arame das cercas para erguer os barracos. A fazenda, de criação de gado, tem mais de 2 mil hectares e pertence à família Leuzi.

À noite, outro grupo com 120 famílias invadiu a fazenda Estância Brasília, em Santo Anastácio. Foram usados dois ônibus e 12 veículos na ação. Segundo o proprietário Antonio Leão Cavalcanti, os sem-terra atearam fogo numa parte da área. Líderes do movimento disseram que o fogo atingiu apenas uma beira de estrada e foi colocado por empregados da fazenda. A invasão foi completada ontem de madrugada com a chegada de mais 130 sem-terra.

José Maria Tomazela

NÓS PAGAMOS, ELES INVADEM

André Rizek

O MST nunca recebeu tanto dinheiro do governo. E agora é investigado por suspeita de usá-lo para financiar invasões

O GOVERNO LULA JÁ PAGOU...

... **22 milhões** de reais, pelo menos, para três cooperativas de assessoria técnica e educacional ligadas ao MST investigadas por suspeita de desvio de dinheiro para financiar invasões

... **7,2 milhões** de reais para "programas de alfabetização" de assentados ou acampados que, na prática, são cursos de doutrinação do MST

... **300 000*** reais para a expansão da Escola Nacional Floresta Fernandes, a "universidade" do MST que serve, segundo um dos dirigentes do movimento, para "formar quadros para ocupar terras"

* Verba prevista no orçamento do Ministério da Educação para este ano

Para os que supõem serem as pessoas na foto ao lado ruralistas que tiveram suas propriedades usurpadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, uma informação: o grupo que aparece queimando a bandeira do MST é formado por integrantes do próprio MST. A cena, ocorrida na semana passada no assentamento Baixo do Boi, em Pernambuco, reflete a desorientação de uma organização que fincou suas estacas numa plataforma de reivindicações sociais e políticas e hoje se debate entre o anacronismo e o embotecimento de seus métodos. A foto dos assentados de Pernambuco mostra que o descrédito do MST começa a atingir suas próprias entranhas. Os lavradores fazem parte de um dos três assentamentos do estado que romperam com o movimento no fim do ano passado. O motivo não poderia ser mais prático: brigam por dinheiro público.

Periodicamente, o governo faz chegar ao MST, via cooperativas ligadas a ele, recursos para a viabilização da reforma agrária. O dinheiro se destina a financiar, entre outras coisas, cursos para alfabetização, capacitação técnica dos assentados e melhorias na infra-estrutura dos assentamentos. O que os lavradores dizem é que o MST vem, simplesmente, embotando esse dinheiro. Em documento enviado ao governo e assinado por 330 famílias, os assentados de Pernambuco desautorizam

— o MST a receber, em nome deles, recursos públicos destinados a custear serviços dos quais, de qualquer maneira, não seriam beneficiários. Se o dinheiro do governo não está sendo repassado aos lavradores, para onde está indo? A Comissão Parlamentar de Inquérito de Terra que investiga a aplicação de verbas públicas na reforma

agrária, tem uma suspeita. Diz o senador Alvaro Dias (PSDB-PR): "São fortes os indícios de que os recursos estão sendo usados para financiar invasões de terra".

Desde que os maiores doadores do MST — entidades religiosas da Europa — passaram a apoiar projetos assistenciais no Leste Europeu, a partir dos anos 90, a organização liderada pelo gaúcho João Pedro Stedile vem atravessando dificuldades. O aperto financeiro, aliado ao esgotamento de uma causa que nasceu apoiada na luta contra os — hoje praticamente inexistentes — latifúndios improdutivos, provocou um esvaziamento do movimento. Isso fez com que, em acampamentos como o do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, o MST passasse a arregimentar "militantes" até nos centros urbanos — muitos deles com tanta afinidade com a terra quanto tem Stedile com a Bolsa de Valores de Nova York, conforme mostrou reportagem publicada por VEJA em dezembro do ano passado.

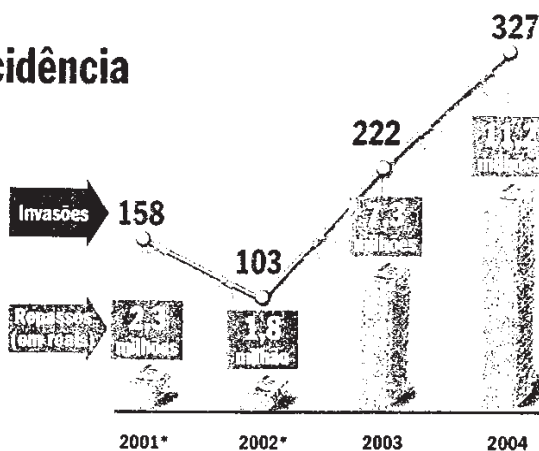
A conjunção desses fatores — a dificuldade financeira e o esvaziamento de suas fileiras — "empurrou" o movimento para uma direção inédita: os braços do Estado. "O MST tenta sobreviver ao vácuo de uma causa real transformando-se numa organização paraestatal", diz o jornalista político David Fleischer. Exemplo do estreitamento dessa relação é o volume de recursos que vem recebendo do governo petista. Como o MST não tem personalidade jurídica, recebe doações e repasses governamentais por meio de cooperativas associadas a ele. Entre 2003 e 2004, somente duas delas —

a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) e a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Aneca) — receberam 18,5 milhões de reais do governo federal. A cifra representa o triplo da mécia anual repassada ao movimento pela administração at-

Incrível coincidência

O número de invasões realizadas pelo MST oscila de acordo com os repasses feitos pelo governo federal às duas cooperativas do movimento suspeitas de desvio de recursos

Valores atualizados para janeiro de 2005 de acordo com o IGP-DI da Fundação Getulio Vargas



* Nesses anos, o governo FHC suspendeu os repasses à Concrab, já suspeita de desvio de verbas. Os valores correspondentes se referem a convênio com a Anca

terior. A CPI tem uma coleção de depoimentos gravados de técnicos agrícolas e integrantes do MST acusando seus dirigentes de desviar os recursos públicos recebidos por meio dessas cooperativas.

Caso esses documentos não fossem suficientes, o governo, ainda assim, teria motivos de sobra para pensar duas vezes antes de despejar dinheiro nelas. Depois de ter seu sigilo bancário quebrado a pedido da CPI, a Concrab revelou-se dona de uma nebulosíssima situação fiscal. Desde 1998, a entidade recebeu mais de 7,1 milhões de reais, entre verbas públicas e doações de entidades estrangeiras para o MST. Curiosamente, no entanto, há cinco anos ela entrega ao Fisco declarações em branco, como se não movimentasse um único real, tivesse balanço patrimonial igual a zero e não possuísse aplicações financeiras — situação bem diferente da realidade, conforme demonstraram as investigações. Em 2000, durante o governo FHC, uma auditoria realizada pelo Ministério do Desen-

volvimento Agrário vasculhou acampamentos do MST no Brasil inteiro e concluiu que vários dos programas bancados pelo governo não haviam saído do papel: o dinheiro simplesmente evaporou.

Diante dessa situação, o governo ordenou a suspensão de repasses para a Concrab. Em 2003, com a ascensão do PT ao poder, os cofres da cooperativa voltaram a ser abastecidos com verbas públicas. Não se tem notícia de que a condição dos assentamentos tenha melhorado na mesma proporção do dinheiro repassado pelo Estado. Mas o número de invasões mostra uma relação direta com os recursos recebidos (veja quadro na pág. 44). Quanto à Anca, a CPI foi impedida de analisar seus dados bancários e fiscais graças a uma liminar impetrada pelo deputado petista Luiz Eduardo Greenhalgh. Candidato derrotado à presidência da Câmara, Greenhalgh é também advogado do MST — e, por motivos não tão insondáveis assim, recusa-se a abrir a contabilidade da entidade para análise da CPI.

ELES MANDAM NO INCRA

Dos 29 superintendentes do Incra — entidade governamental que tem como função, entre outras, mediar conflitos agrários — doze são ligados aos movimentos dos sem-terra, como o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT)

AITAMAR CARLOS DA SILVA
SUPERINTENDENTE DE GOIÁS

Ex-advogado da Contag, chegou ao cargo por indicação da entidade

CELSO LISBOA DE LACERDA
SUPERINTENDENTE DO PARANÁ

Prestou assessoria como engenheiro agrônomo ao MST. Foi indicado ao cargo pelo movimento

EDUARDO MARTINS BARBOSA
SUPERINTENDENTE DO CEARÁ

É engenheiro agrônomo e assumiu o cargo por indicação da Contag, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra

ERILSON DA COSTA LIRA
SUPERINTENDENTE DE PERNAMBUCO

Também engenheiro agrônomo, foi indicado pela Contag por ser "amigo" do movimento

LADISLAU JOÃO DA SILVA
SUPERINTENDENTE DO PIAUÍ

Padre católico, foi coordenador estadual da Comissão Pastoral da Terra, que o indicou ao posto

JÚLIO CEZAR RAMALHO RAMOS
SUPERINTENDENTE DA PARAÍBA

Chegou ao posto apoiado pela Contag, à qual prestava assessoria jurídica

OLAVO NIENOW SUPERINTENDENTE DE RONDÔNIA	LUIZ CARLOS BONELLI SUPERINTENDENTE DE MATO GROSSO DO SUL	RAIMUNDO MONTEIRO DOS SANTOS SUPERINTENDENTE DO MARANHÃO	RAIMUNDO PIRES SILVA SUPERINTENDENTE DE SÃO PAULO	CÉSAR JOSÉ DE OLIVEIRA SUPERINTENDENTE DO RIO GRANDE DO NORTE	MARCELINO ANTÔNIO MARTINS SUPERINTENDENTE DA BAHIA
Chegou ao cargo por indicação da Contag e da Comissão Pastoral da Terra	Foi militante do MST e colaborador da Secretaria Agrária Nacional do PT, defensora do movimento	Foi presidente da Central Única dos Trabalhadores no Maranhão e militante do MST, que apoiou sua indicação	Trabalhou como assessor técnico para as cooperativas do MST, que o indicou ao cargo	Foi diretor da Associação de Apoio às Comunidades do Campo, que presta assessoria técnica ao MST	Engenheiro agrônomo, foi militante do MST e chegou ao cargo indicado pelo movimento

A promiscuidade que pauta a relação do MST com setores do governo pode ser observada ainda na impressionante ascensão dos integrantes do movimento aos quadros da administração federal — particularmente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, um organismo governamental criado há 35 anos e que atingiu sob o PT uma invejável autonomia de ação. De suas 29 superintendências, pelo menos doze são atualmente ocupadas por pessoas indicadas pelos movimentos de luta pela terra ou ex-integrantes de entidades ligadas à questão, como o próprio MST e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Contag (veja quadro na pág. 44). O presidente do instituto, Rolf Hackbart, é um histórico militante da causa dos sem-terra. Em 1983, ele fundou, ao lado de João Pedro Stedile, o Centro de Educação Popular, em Porto Alegre (RS). A entidade, destinada a capacitar lideranças entre trabalhadores rurais, foi uma das que ajudaram a fundar o MST, no ano seguinte. Hoje, alçado ao cargo de dirigente máximo do Incra, Hackbart deixa claro que não esqueceu suas raízes. No fim do ano passado, em discurso para militantes rurais em Brasília, afirmou: “Temos de saber em que ponto vamos nos unificar, porque o outro lado é muito organizado sob a etiqueta do chamado *agrobusiness*”.

“Outro lado”? “Vamos nos unificar”? Como assim, companheiro Hackbart? Entre as funções do Incra, previstas em estatuto, estão a elaboração de laudos sobre a produtividade das terras pretendidas para a reforma agrária, a distribuição de recur-

sos como os que estão sendo investigados pela CPI e a intermediação entre sem-terra e proprietários rurais em caso de conflitos agrários. O fato de a presidência do instituto ser ocupada por alguém claramente posicionado a favor de um dos lados aniquila qualquer possibilidade de que haja decisões imparciais. Ou alguém tem dúvidas sobre como ficariam as decisões sobre desapropriações de terra caso a presidência do Incra — e mais de um terço das superintendências do instituto — estivesse nas mãos de integrantes da União Democrática Ruralista (UDR), a organização dos proprietários rurais?

O aparelhamento do Incra não tem produzido apenas injustiças, mas violência também, como mostra a situação vivida pela fazenda Monte Cristo, em Camaçari, na Bahia. Entre os anos de 2000 e 2004, ela foi invadida cinco vezes por sem-terra. As três últimas invasões ocorreram depois que um laudo do Ibama comprovou que a terra era imprópria para reforma agrária. Na mais recente delas, ocorrida em agosto do ano passado, quarenta sem-terra chegaram de madrugada a bordo de caminhões. Derrubaram porteiros e cercas, atiraram contra funcionários (um deles foi acertado no peito) e lançaram até coquetéis molotov sobre o teto da sede, que desabou. O proprietário da fazenda, o ex-delegado Tadeu Braga, fugiu com a família, mas, no dia seguinte, voltou à propriedade acompanhado de oitenta capangas armados. O roteiro que se seguiu só terminou com a chegada da PM, que encerrou o conflito deixando os sem-terra para dentro e os proprietários para fora. Até hoje, os Braga continuam impedidos pelos sem-terra de

entrar na própria fazenda. O que chama atenção na história, além da violência desmedida de ambos os lados, é a omissão do Incra — que, na Bahia, é presidido por um militante do MST, Marcelino Antônio Martins. Braga diz que, desde a primeira invasão, apelou ao instituto para que mediasse o conflito. Seus dirigentes se recusaram a fazê-lo, alegando não ter “poder de polícia”. Foi o mesmo argumento usado pela direção do Incra no Pará, diante do conflito vivido na fazenda Santa Fé, localizada em Canaã dos Carajás, que culminou com o seqüestro de três funcionários da fazenda no início do ano. Dois deles ficaram presos durante quatro dias em um barraco improvisado pelos sem-terra, amarrados a uma viga de madeira. Os proprietários da Santa Fé, os irmãos Célio e Leonardo Carneiro, tentam até hoje reaver a propriedade, ocupada por 300 sem-terra.

O mais recente episódio da série de crimes nos quais o movimento parece estar se especializando deu-se no mês passado, quando um policial militar foi morto e outro, torturado, em um assentamento do MST em Quipapá, em Pernambuco. Os policiais, do serviço de inteligência da PM, foram rendidos quando investigavam um casal — supostamente integrante do movimento — suspeito de participar de uma quadrilha especializada em roubo de car-

gas na região. Um dos policiais foi libertado depois de ficar um dia preso em um barraco, onde afirma ter sido amarrado e espancado. O outro foi morto a tiros. Segundo a PM, também apresentava sinais de tortura. Em sua defesa, o movimento saiu-se com um argumento moralmente inaceitável: não sabia que se tratava de policiais. Os PMs estavam em carros normais e trajes civis. Mas ainda assim o argumento não se sustenta fora de um sistema em que a barbárie impera. Não se sustenta também por razões lógicas: os documentos de identificação dos policiais foram tirados deles e queimados pelos sem-terra.

O MST se recusa a ter existência formal — situação muito conveniente para uma entidade que, além de não estar inte-

ressada em ter responsabilidades fiscais, seqüestra, vandaliza, tortura e mata. É legítimo pensar que, em havendo condições, seus dirigentes há muito já teriam transformado o movimento em uma versão brasileira das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as

Farc — o grupo terrorista colombiano que, escondido sob o manto ideológico, e com a ajuda do narcotráfico, extorque camponeses e mata civis. Ao agir à semelhança de bandidos, o MST se afasta cada vez mais do rótulo de movimento social para se aproximar de outro: o de uma organização criminosa. Com a complacência do Estado — e o dinheiro do contribuinte. ■

Com reportagem de Victor Martino e Monica Weinberg

veja
ON-LINE

Leia o Em Profundidade:
reforma agrária em
www.veja.com.br

OS PH.Ds. DA INVASÃO

O MST inaugurou em janeiro seu mais ambicioso empreendimento educacional para a formação de militantes. Trata-se da Escola Nacional Florestan Fernandes, um complexo de seis prédios erguido na cidade de Guararema, em São Paulo. Os militantes se referem a ela como "a universidade do MST". Criada para educar jovens e adultos, a escola funciona em regime de internato. Tem espaço para alojar 200 estudantes e segue uma rotina de exército. Os jovens são despertados às 7 horas para entoar o *Hino Nacional* em frente à bandeira do MST e até as 17h30 dividem o tempo entre as aulas e as atividades comunitárias, como a faxina das salas. Para conseguir uma vaga ali, o candidato precisa se submeter à avaliação do comando do movimento em seu estado. Os líderes se encarregam de escolher os estudantes que demonstram ter mais comprometimento com a causa do MST.

As paredes da escola são decoradas com quadros de Che Guevara, fotos de conflitos agrários e recortes sobre a visita ao Brasil do presidente venezuelano Hugo Chávez, o mais novo ídolo do movimento. Na biblioteca de 4 000 volumes, estão guardadas as obras que servem de base para as aulas: entre *O Capital*, de Karl Marx, e a coleção completa de Lenin, o revolucionário russo, mistura-se material didático produzido pelo próprio MST, como o livro *Ocupando a Bíblia*. Em um de seus trechos, a obra traça uma comparação entre a saga bíblica de Moisés e a luta do MST pela "libertação do neoliberalismo".

Na semana passada, um grupo de dezoito estudantes da "universidade" que se preparam para ingressar na Escola Latinoamericana de Medicina, em Cuba, foi brindado com uma palestra de João Pedro Stedile em pessoa. O líder do MST é presença freqüente na escola. Emite opiniões sobre seus rumos pedagógicos e dá au-

las. Nesta última, voltou aos primórdios do descobrimento do Brasil para traçar um panorama sobre a reforma agrária e suscitar um debate sobre seu tema preferido: "a falta de vontade política para tirá-la do papel".

O governo retribui com generosidade as reclamações do líder sem-terra. Para este ano, por exemplo, o Ministério da Educação vai abrir os cofres públicos para dar à escola 300 000 reais. Até então, o empreendimento havia sido patrocinado por organizações não governamentais do Brasil e da Europa. "Demos o dinheiro para que o MST consiga alfabetizar jovens e adultos", justifica Ricardo Henriques, secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC. "É um programa prioritário para o ministério." A alfabetização pode ser uma meta do governo, mas, definitivamente, não é a atividade-fim da Escola Florestan Fernandes, conforme lembrou Egídio Brunetto, da direção nacional do MST. Durante a inauguração do complexo, ele disse para o que servirá a entidade: "É a principal escola que vamos ter para formar quadros para ocupar terras. Esse é seu maior objetivo". Como sempre, o governo esqueceu-se de perguntar se o contribuinte está interessado em colaborar para o projeto.

Victor Martino

UNIVERSIDADE
DO MST

**A Escola Florestan
Fernandes: fotos
de Che Guevara e
rotina de exército**

O Estado de S. Paulo - Edição Digital

Área é produtiva, diz fazendeiro

Para Cavalcanti, MST atropela lei para forçar venda do imóvel

●●● SOROCABA

O dono da Fazenda Estância Brasília, Antonio Leão Cavalcanti, disse que a área invadida pelo MST é produtiva e pequena para os padrões do Pontal. 'São 585 hectares bem explorados, com pasto de qualidade', declarou. 'Vínhamos fazendo bom manejo do gado, que certamente vai ser prejudicado pela invasão.' Cavalcanti contou que, ao ouvir rumores de que o MST faria invasões na região, entrou com pedido de interdito proibitório na Justiça e obteve liminar. O interdito impediria, em tese, a invasão da propriedade. 'Mas eles não respeitam nada', desabafou.

A família Cavalcanti é proprietária da área há 50 anos e, segundo o fazendeiro, nunca havia tido problemas. Há dois anos, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) entrou com ação na Justiça alegando tratar-se de área devoluta. A ação foi contestada, o Estado obteve ganho de causa em primeira instância, mas o fazendeiro entrou com recurso. 'O processo mal começou e estamos confiando na Justiça', disse. Ele acredita que a invasão é uma forma de pressioná-lo a buscar um acordo com o Itesp.

Cavalcanti vai entrar hoje com pedido de reintegração de posse.

Sócio da União Democrática Ruralista (UDR), também pedirá o levantamento da situação judicial dos líderes da invasão. **J.M.T.**

No Pontal, MST treina para 'abril vermelho'

Sem-terra invadem mais duas fazendas e anunciam onda de ações no próximo mês

MARÇO QUENTE

●●● José Maria Tomazela
SOROCABA

Integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram mais duas fazendas no Pontal do Paranapanema, no oeste do Estado de São Paulo, entre a manhã de sábado e a madrugada de ontem. As ações, com dois grupos distintos, ocorreram na Fazenda Rancho Alegre, em Paraguaçu Paulista, no extremo norte da região, e na Estância Brasília, em Santo Anastácio.

Na sexta-feira, o movimento havia reocupado a Fazenda Santa Expedito, em Teodoro Sampaio, e invadido pela 12.^a vez a Fazenda Tupi Conan, em Presidente Epitácio. Segundo o líder sem-terra José Rainha Júnior, as ações fazem parte do 'março quente', que seria um treinamento para a segunda edição do chamado 'abril vermelho'.

Para o próximo mês, segundo Rainha, quando o movimento se mobilizará em todo o País, está prevista uma seqüência de ocupações na região. 'Vamos fazer a reforma agrária acontecer no Pontal', anunciou.

ÔNIBUS E CAMINHÃO

Na primeira ação, na manhã de sábado, 300 militantes deixaram um acampamento na beira da rodovia que liga Paraguaçu à Raposo Tavares e entraram na Rancho Alegre. Usaram 2 ônibus, 1 caminhão e cerca de 20 automóveis para o transporte. Segundo a Polícia Militar, entraram por uma porteira, mas arrancaram madeira e fios de arame das cercas para erguer os barracos. A fazenda, dedicada à criação de gado, tem mais de 2 mil hectares e pertence à família Leuzi. À noite, um grupo com 120 famílias invadiu a Estância Brasília, em Santo Anastácio, com 2 ônibus e 12 veículos. Segundo o proprietário, Antonio Leão Cavalcanti, os sem-terra atearam fogo em uma parte da área.

Líderes do MST disseram que o fogo só atingiu uma beira de estrada e foi iniciado por empregados da fazenda. A invasão foi completada ontem de madrugada, com a chegada de mais 130 sem-terra. Cavalcanti deve entrar com pedido de reintegração de posse hoje. Este ano, o MST já fez nove invasões no Pontal, sendo oito em fazendas e uma em área pública. No ano passado, até o início de março não ocorrera nenhuma ação.

MARCHA

Mulheres e crianças ligadas ao MST realizarão uma marcha, amanhã, em Presidente Prudente, em defesa da reforma agrária e para comemorar o Dia Internacional da Mulher.

A passeata sairá das imediações do aeroporto seguindo até a Catedral, no centro, onde haverá celebração. O movimento espera reunir 500 pessoas.

ECONOMIA

O ESTADO DE S. PAULO

Segunda-feira, 7 de Março de 2005

Aeroportos, mais um desafio do setor aéreo **Principais terminais do País operam hoje acima da capacidade**

Téo Takar

Os problemas do setor aéreo brasileiro não estão restritos às empresas. Os principais aeroportos do País operam acima da capacidade projetada, causando desconforto aos passageiros e restringindo o potencial de crescimento das empresas nos mercados de maior demanda. Nos últimos meses, empresários, especialistas de aviação e analistas têm debatido muito sobre a crise financeira que tirou a Vasp do ar e sobre uma solução para evitar que a Varig siga o mesmo caminho. Porém, uma outra questão fundamental - as condições dos aeroportos brasileiros para comportar o aumento do número de passageiros e do tráfego aéreo - vem sendo deixada de lado. A limitação dos principais terminais tende a prejudicar principalmente empresas como Gol e TAM, que apresentam potencial de crescimento.

É consenso no setor que a demanda de passageiros cresce o dobro do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2004, o mercado avançou 11,9%, para uma alta do PIB de 5,2%. Para 2005, as projeções apontam um PIB de 4%. Dessa forma, o volume de passageiros deve crescer 8%. Mas será que há espaço nos aeroportos para comportar o acréscimo? O aeroporto mais movimentado do País, o de Congonhas, em São Paulo, opera no limite desde 2000, quando o Departamento de Aviação Civil (DAC) decidiu adotar, pela primeira vez no Brasil, o sistema de slots para garantir a segurança dos vôos. Esse sistema consiste em autorizações de pousos e decolagens em horários fixos dentro de um período de pico de tráfego, restringindo o espaço aéreo à capacidade que o aeroporto possui para operar, com segurança, o maior número de vôos possível. O horário de pico em Congonhas corresponde ao início da manhã e ao final da tarde dos dias úteis.

Construído para atender 6 milhões de passageiros ao ano, Congonhas recebe hoje mais de 12 milhões, segundo estimativas da Infraero, a empresa estatal responsável pela operação de 66 aeroportos brasileiros. A diretora de engenharia da Infraero, Eleuza Lores, admite que as recentes obras no terminal visam apenas a adaptar o local ao fluxo atual de usuários, de forma a lhes proporcionar maior conforto.

Para o coordenador de Segurança de Vôo do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (Snea), Ronaldo Jenkins, "a Infraero está recuperando o tempo perdido". Segundo ele, não há como ampliar o fluxo de passageiros porque o espaço aéreo em Congonhas está saturado, assim como o pátio. Além disso, as duas pistas de pouso são curtas, o que limita o tamanho e peso de carga dos aviões, e são próximas, o que impede pousos ou decolagens simultâneas. "Não há possibilidade de incremento da capacidade em termos aeronáuticos", diz Jenkins.

Enquanto as soluções para os principais gargalos aéreos não saem do papel, as empresas lamentam a redução de seu potencial de expansão. Em recente teleconferência com investidores estrangeiros, o vice-presidente financeiro da Gol, Richard Lark, disse que as empresas ainda têm slots disponíveis, fora dos horários de pico, para ocupar nos cinco principais aeroportos (Congonhas, Guarulhos, Brasília, Santos Dumont e Pampulha), mas a infra-estrutura atual de recebimento e escoamento dos passageiros nos terminais dos aeroportos acabou restringindo o crescimento.

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 06/03/05 Página: 14

Desencanto da velha militância afasta de Lula os movimentos sociais

Críticas ao presidente, que já eram comuns, vêm crescendo e esfriando o entusiasmo de Cimi, MST, parte da CUT e outros grupos.

Roldão Arruda

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva festejou, na semana passada, a informação de que no ano passado o PIB cresceu 5,2% em relação a 2003. A notícia foi manchete no site do PT – assim como têm acontecido com outras que falam de aumento de exportações, bons resultados na balança comercial, na área agrícola. Curiosamente, porém, cada boa notícia da área econômica parece aumentar a distância entre Lula e seus aliados mais antigos, sobretudo aqueles vinculados a movimentos sociais. Para eles, o companheiro petista joga força excessiva no crescimento do PIB, no controle da inflação e no pagamento de juros, postergando a atenção com a dívida social.

As críticas fermentam em todos os setores. Na quinta-feira, após passar quatro dias visitando a aldeia guarani na periferia de Dourados, no Mato Grosso do Sul, onde há crianças morrendo em decorrência de desnutrição, o teólogo e cientista político Egon Heck, da coordenação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), observou que a situação dos índios brasileiros está piorando.

“A morte das crianças é o indicador mais dramático, mas não é o único”, disse o missionário. Para ele, essa é uma das decepções dos movimentos: “Aumenta a cada dia o fosso entre as esperanças depositadas no governo Lula e a realidade que está aí.”

O Cimi é ligado à ala progressista da Igreja Católica, que apoiou e empurrou o PT de seu nascimento, vinte anos atrás, até a Presidência da República. As comunidades eclesiais de base (CEBs), animadas pela Teologia da Libertação, constituíram uma das principais incubadoras de quadros do partido, ao lado do movimento sindical. Hoje os progressistas se alinham entre os críticos.

Na segunda-feira, quando esteve em São Paulo para participar

do programa *Roda Viva*, da TV Cultura, o presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), bispo d. Tomás Balduino, disse a jornalistas que o desencanto é mais visível no meio dos líderes dos movimentos: “A base ainda confia nele. Mas a tendência é que a desconfiança se espalhe.”

Outro sinalizador do distanciamento acaba de acender na mais poderosa central sindical do País – a CUT, braço do PT na área trabalhista. Na quarta-feira, dez integrantes da executiva nacional da entidade participaram de um ato de protesto contra a reforma sindical que o presidente apresentou naquele dia ao Congresso. Entre os presentes ao ato, no qual Lula foi chamado de traidor, encontrava-se o vice-presidente da CUT, o metropolitano Wagner Gomes.

VERGONHA

Também há desencanto na cúpula do Movimento dos Sem-Terra (MST), outro aliado histórico. Na segunda-feira, ao saber que o governo contingenciou R\$ 2 bilhões do total do orçamento previsto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o mais conhecido líder da organização, João Pedro Stédile, desabafou: “É uma vergonha. Isso revela duas coisas: que a área econômica é quem manda; e que até agora o governo não tem um projeto nacional, permitindo que o Ministério Fazenda vá tomando decisões ao seu bel prazer, sem nenhuma diretriz.”

O resultado do corte será o comprometimento das metas da reforma agrária, temas caro aos aliados do passado. “A reforma, ao invés de ser tratada como parte de um projeto de desenvolvimento nacional, é incluída na lista das despesas”, afirma Stédile.

Até a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), tradicionalmente mais tolerante, faz críticas. Durante o congresso nacional da entidade, na semana passada em Brasília, seus líderes reclama-

ram da lentidão do governo na execução da reforma agrária.

O tema do distanciamento entre governo e antigos aliados fez parte da análise de conjuntura distribuída há poucos dias aos membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Produzido por um grupo de seis assessores, sob a coordenação do sociólogo Pedro Ribeiro, professor da Universidade Católica de Brasília, o texto dispara contra a política econômica.

“O governo cobra o mais que pode de impostos e gasta o mínimo possível, exceto no pagamento de juros”, diz. “Ganha a credibilidade dos credores, alcança o equilíbrio financeiro e controla a inflação, mas fica sem recursos para agir nas áreas sociais.”

Também afirma que o distanciamento com as bases deve deixar Lula menos vinculado à militância, que já foi a alma do PT, e mais vulnerável às pressões políticas. Ficarà mais dependente de trocas de favores no Congresso, diz o texto da equipe da CNBB.

REVER POLÍTICA

Para reconciliar-se com as antigas bases, diz o texto aos bispos, Lula deveria rever sua política econômica, voltar-se “mais para o social do que para a estabilidade monetária e o equilíbrio fiscal”.

Mas não há nenhum sinal no horizonte de que isso possa ocorrer. O nome do ministro Palocci não circula em nenhuma das especulações sobre reforma ministerial, o índice de aprovação do governo ainda é alto e os índices econômicos podem ser festejados. ●

No MST, outra organização aliada ao PT, críticas também já são frequentes

Ninguém os ouve, mas tratamento é de rei

CONTRADIÇÃO Apesar das críticas que fazem ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, muitos de seus antigos aliados relutam em adotar uma atitude de rompimento. Uma das razões para isso é que, apesar de ainda não terem assistido a nenhum embate significativo no pagamento da chamada dívida social, nunca foram tão bem tratados por nenhum governo.

Líderes do MST, da CPT e da Contag circulam com desenvoltura no Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Inara e no Palácio do Planalto. A maior parte dos superintendentes regionais do Inara nomeados por este governo saiu dos quadros destas organizações. As cooperativas e associações que o MST espalhou pelo País nunca receberam tantos recursos como agora. A reforma agrária anda devagar, mas o presidente da República tem ido a encontros de sem-terra e trabalhadores rurais. Quando não pode, manda seus ministros.

O que não se sabe ao certo é até onde tudo isso não passa de um processo de cooptação. Um exemplo: na sexta-feira, dia 25, o ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, recebeu representantes de 43 organizações de defesa da reforma agrária, com quem conversou longamente. Todos saíram de lá convencidos de que o governo Lula não pouparia esforços para cumprir a meta de assentamento de 430 mil famílias de sem-terra, até o final de seu governo.

Na segunda-feira, eles foram surpreendidos com a informação de que no bolo de verbas do Orçamento contingenciadas pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, R\$ 2 bilhões saíram do Desenvolvimento Agrário. ■ R.A.

Índios, vítimas da fome e de políticas erradas

Mortes em aldeias indicam problemas para além da desnutrição

**Lígia Formenti
Lisandra Paraguassú
BRASÍLIA**

Em 2004, 15 crianças guaranis morreram em Mato Grosso do Sul. Este ano, foram sete em dois meses, só entre guaranis-caiuvá. A probabilidade é que várias outras morram de desnutrição, não só caiuvás, mas entre xavantes, de Mato Grosso, e caingangues do Rio Grande do Sul. São vítimas da fome e de décadas de políticas erradas que começaram com confinamento dos índios em reservas minúsculas nos anos 70 e chegaram até as atuais ações preparadas de última hora pelo governo, como se a desnutrição tivesse pegado a todos de surpresa.

A análise dos problemas nas comunidades indígenas foi feita por um dos vários grupos de trabalho criados no ano passado. O trabalho terminou em junho e, apesar de o relatório não ter sido divulgado até hoje, sabe-se que o principal problema apontado foi a falta de articulação de políticas dentro do próprio governo. Há mais de um ano o governo tem propostas para tentar melhorar a situação das nações indígenas, formula mais ágil para cadastrar famílias no Bolsa-Família, treinamento de agentes comunitários e merendeiras indígenas e até linhas especiais de financiamento para agricultura familiar.

Integrante da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi), Clóvis Bouffleur conta que tais grupos estão à margem de qualquer tipo de financiamento. Como não têm registro de propriedade de terra, não po-

dem ter fiador. O problema se acentua onde índios estão confinados em áreas pequenas. Os caiuvás, por exemplo, sempre fizeram lavoura em rotação, sem agrotóxico. "Não há como manterem tal tradição", diz Bouffleur.

A lentidão no Bolsa-Família deve-se a um problema prosaico: muitos índios não tinham documentos e não havia como cadastrá-los. Como Bouffleur, o médico Flávio Valente, relator da ONG Relatona Nacional para Direitos Humanos à Alimentação Adequada, Água e Terra Rural, defende cadastro único: "Desde que a Funai deixou de centralizar as políticas ninguém mais assumiu esse papel de coordenação", analisa.

Mesmo as ações emergenciais, como distribuição de cestas básicas, são criticadas. "São os kit-milena, com alimentos longe da cultura indígena", afirma a sanitária da Universidade Federal de São Paulo, Sofia Mendonça. Flávio Valente lembra que indígenas tendem a não consumir açúcar, óleo ou trigo e preferem farinhas como a de milho ou mandioca. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), responsável pelas cestas, mudou as que vão para Mato Grosso a pedido da Funai: incluiu mais leite para as crianças.

No caso dos caiuvás, o secretário de segurança alimentar do MDS, José Baccarim, informa que o governo deu início a ações como a recuperação do solo e aquisição de ferramentas. Mas o problema básico na região é que há 11 mil índios vivendo em 3,5 mil hectares - área em que, na reforma agrária, seriam assentadas 200 famílias (cerca de mil pessoas). "O que é preciso é mais empenho para devolução da terra aos índios",

diz Salvador Soler, oficial de projetos do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) da região Centro Sul.

A presidente da Pastoral da Criança, Zilda Arns, avalia que o problema na região de Dourados só se reduz com ações intersetoriais. "Falta terra para plantar", diz. Um grupo da pastoral foi destacado para atuar na região e incluir a multimistura na alimentação. "Mas é preciso dar mais. Pensar em soluções a médio e longo prazo. E para isso é imprescindível". ■

Mesmo as ações emergenciais, como distribuição de cestas básicas, são criticadas

veio o resgate cultural."

Nos últimos dias não faltaram vozes para apontar a cultura como principal causa da desnutrição. O ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social, disse que seu ministério já "havia feito a sua parte" e o problema dos índios é "histórico e cultural", apontando o ato indutor de suicídios entre os caiuvás. Valente confirma que há problema de auto estima entre indígenas, mas acrescenta que "culpar problema cultural é justificativa totalmente tuca-tuca".

A justificativa do governo é desmentida com o esforço da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) desde janeiro. O diretor do Departamento de Saúde Indígena da fundação, Alexandre Padilha, diz que em dois meses o número de crianças desnutridas caiu 29,5%. Sinal de que melhorias podem ser obtidas em pouco tempo. ■

CORREIO BRAZILIENSE

Data: 06/03/05 Página: 1^o

GOVERNO LULA GASTA MAIS, E MAL

19 DAS 28 ÁREAS DE INVESTIMENTO DA UNIAO TIVERAM RECURSOS REDUZIDOS

VERBAS PARA SANEAMENTO BÁSICO CAÍRAM 90% ENTRE 2001 E 2004

VIAGERS E DIÁRIAS DE SERVIDORES CUSTARAM AO ERÁRIO R\$ 1,19 BILHÃO NO ANO PASSADO

Em 2004, o governo federal gastou R\$ 23,7 bilhões a mais que em 2001 no custeio da máquina pública. No mesmo período, a capacidade de investimento em obras importantes caiu 38%.

2 POLÍTICA

TEMADO DIA // DINHEIRO PÚBLICO

CORREIO BRAZILIENSE

BRÁSILIA, DOMINGO, 6 DE MARÇO DE 2005
 Editor: Oswaldo Buarim Jr // oswaldo.buarim@correioweb.com.br
 Subeditor: José Carlos Vieira, Leonardo Cavalcanti e Robson Barenho
 Coordenadora: Erica Andrade
 e-mail: politica@correioweb.com.br
 Tels. 214-1104 • 214-1186 • fax: 214-1155

34.368 é a quantidade de voltas ao mundo que poderia se dar com o dinheiro gasto em um ano na compra de passagens aéreas, levando-se em conta a média cobrada em tarifas cheias por quilômetro voado

R\$ 661,9 MILHÕES

foi o que o governo desembolsou em 2004 só para custear as viagens de servidores da administração pública em serviço

Governo faz cortes no Orçamento, bate recorde de superávit primário, mas aumenta despesas com viagens, consultorias, contratações e custeio da máquina. Programas de investimentos são os mais prejudicados

Gastança federal

LILIAN TAMAR
 DA FUNDACÃO CORREIO

O Executivo fechou a última sexta-feira de fevereiro com o anúncio dos cortes no Orçamento Geral da União em R\$ 15,9 bilhões, o maior contingenciamento desde a gestão petista. Abriu a semana também com um recorde: atingiu superávit primário de R\$ 11,3 bilhões, o mais alto montante de economia da série histórica iniciada em 1991. A contradição, revelada no espaço de tempo de um final de semana, aponta que, mesmo diante de capacidade de arrecadação maior, o governo não consegue reunir receita para in-

vestir em obras importantes para manter o crescimento do país. Um dos motivos revela-se na evolução histórica do custeio da máquina pública.

Nos últimos quatro anos, a União aumentou em quase 10% os gastos para se sustentar, consumindo em 2004 R\$ 23,7 bilhões a mais do que em 2001. Os valores estão corrigidos pela inflação, segundo o índice IGP-DI. No mesmo período, a capacidade de investimento da União caiu 38%, diminuindo de R\$ 14,7 bilhões para R\$ 9,07 bilhões, a soma de tudo o que foi pago e dos restos a pagar de anos anteriores.

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) - órgão de registro das movimentações monetárias da União - revelam que 19 de 28 funções de atuação do Estado tiveram o investimento reduzido entre 2001 e 2004. Nesse período, o setor de saneamento apresentou queda superior a 90%, o de educação caiu 64%, e o de saúde minguou 29%. Entre as poucas áreas que aumentaram o investimento, estão o Legislativo e o Judiciário, que cresceram 26% e 50%, respectivamente.

Na semana passada, o governo sinalizou que a distorção entre o volume de investimentos e

o custo da administração pública vai continuar. Com o contingenciamento determinado de quase R\$ 16 bilhões, cada pasta terá que se organizar para cumprir o novo limite de gastos imposto pela equipe econômica. A saída dos ministros para não comprometer o dinheiro de programas de investimento seria cortar nas chamadas despesas de manutenção da máquina, o que obrigaria os órgãos a diminuir, por exemplo, gastos com passagens aéreas, contratação de pessoal terceirizado e até contas de água, luz e telefone.

Analizadas separadamente, tais despesas representam um pequeno universo dos custeios estatais que, só com o pagamento de aposentadorias e pensões, chegou a gastar no ano passado R\$ 81,6 bilhões. Mas juntos, os gastos com material de consumo, viagens oficiais, consultoria e contratação fazem um volume que supera em quatro vezes tudo o que foi investido no primeiro ano de governo do presidente Lula ou o dobro de todo o dinheiro depositado para a construção de escolas, hospitais, portos e estradas no país em 2004.

Limite de recursos

No ano passado, a soma desses itens atingiu a casa dos R\$ 21 bilhões, enquanto o dinheiro comprometido com investimento fechou, nos mesmos 12 meses, em R\$ 10,5 bilhões. Ao pequeno

limite de recursos, alia-se ainda o ritmo lento de liberação das verbas, o que reforça o comprometimento das ações de investimento dos ministérios. No primeiro bimestre de 2005 foram pagos R\$ 655 milhões. Caso seguisse o mesmo parâmetro nos próximos meses, o Executivo terminaria o ano tendo investido apenas R\$ 3,9 bilhões.

Só em passagens aéreas, locomoção e pagamento de diárias o governo desembolsou um valor equivalente da 10% de todo o volume de investimentos em 2004. Foram R\$ 1,19 bilhão para custear as viagens dos servidores do poder público, volume que representa três vezes mais que todo o dinheiro autorizado para o programa de Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude, do Ministério do Desenvolvimento Social.

A marca bilionária de gastos com viagens atingida na gestão

de Lula é uma das bandeiras que o deputado distrital Augusto Carvalho (PPS) levanta contra o governo. Autor da pesquisa dos dados que apontam a queda de investimentos e o aumento do custeio da máquina, o parlamentar pressiona a Controladoria Geral da União (CGU) a criar mecanismos de conter os gastos com passagens. No final de janeiro, Augusto recebeu como resposta a um dos escritórios enviados ao órgão a informação de que técnicos da CGU se integraram a um grupo de trabalho interministerial que tem o objetivo de estudar medidas de racionalização na compra de passagens aéreas. "Estou certo de que o governo ainda pode promover várias lipoaspirações e até, dependendo da determinação política, uma cirurgia para redução de estômago de alguns órgãos gastadores", avalia o distrital.

FRASE

"O GOVERNO PODE PROMOVER VÁRIAS LIPOASPIRAÇÕES (CORTES) E, DEPENDENDO DA DETERMINAÇÃO POLÍTICA, UMA CIRURGIA PARA REDUÇÃO DE ESTÔMAGO DE ÓRGÃOS GASTADORES"

Augusto Carvalho (PPS)
Deputado Distrital

INVESTIMENTO REDUZIDO

Das 28 áreas de investimento da União, 19 tiveram recursos diminuídos nos últimos quatro anos

	(R\$)	(R\$)	
Saneamento	275,5 milhões	27,2 milhões	90
Trabalho	91,8 milhões	25 milhões	72
Gestão Ambiental	1 bilhão	305 milhões	69
Educação	1,1 bilhão	425 milhões	64
Comunicações	58,9 milhões	22,4 milhões	61
Encargos Especiais	81,7 milhões	31,3 milhões	61
Energia	85,4 milhões	36,8 milhões	56
Habitação	391,2 milhões	173,9 milhões	55
Direitos da Cidadania	373,5 milhões	173,6 milhões	53
Agricultura	645,2 milhões	326,8 milhões	49
Cultura	47,7 milhões	24,6 milhões	48
Defesa Nacional	2,3 bilhões	1,2 bilhão	46
Segurança Pública	817 milhões	467,1 milhões	42
Transporte	3,4 bilhões	2,2 bilhões	35
Saúde	1,7 bilhão	1,2 bilhão	29
Essencial à Justiça	47,6 milhões	35,1 milhões	26
Indústria	93,8 milhões	80,7 milhões	13
Desporto e lazer	145,5 milhões	139 milhões	4
Outras	280 milhões		

Fones: Sul (valores corrigidos pelo IGP-DI)

CORREIO BRAZILIENSE

Data: 06/03/05 Página: 03

Ministério do Planejamento cria sistema para monitorar todos os gastos com viagens de servidores da União. O objetivo do programa é começar a fazer licitações para conseguir redução de preços

Governo vai controlar passagens de servidor

LILIAN TAHAN
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo estuda mecanismos para dosar os cortes que é obrigado a fazer a cada ano no Orçamento. Hoje, quase todo o contingenciamento recai sobre programas de investimentos gerenciados pelos ministérios, desproporção atribuída em parte à falta de controle dos gastos da União. Este ano, o Executivo quer vigiar mais de perto os gastos com o custeio da máquina administrativa. Um dos setores que passará a ser monitorado em 2005 é o que libera as passagens aéreas para a locomoção de servidores públicos.

Em entrevista ao Correio, na última sexta-feira, o ministro do Planejamento, Nelson Machado, informou que está em fase final de testes um sistema desenvolvido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, a ser implantado em parte da Esplanada dos Ministérios até o final do primeiro semestre. "Hoje não temos um programa que centralize dados como os principais itinerários, os órgãos que mais precisam viajar ou as condições de oferta de empresas aéreas. A nossa preocupação é gerar melhor o dinheiro público. Quando se aumenta o controle, a tendência é a diminuição da despesa", diz o ministro.

Tomada de preços

O projeto-piloto de fiscalizar a emissão de passagens aéreas já funciona no Ministério do Planejamento desde outubro. Segundo o ministro, a partir da instalação do sistema, os órgãos serão obrigados a planejar as viagens com antecedência de, pelo menos, dez dias. Além disso, o programa permitirá a tomada de preços entre as operadoras de venda de passagens.

Outro mecanismo de pesquisa mostrará os destinos mais recorrentes e as datas mais procuradas pelo serviço público. A partir dessas informações, será possível pleitear descontos maiores com as operadoras, abrindo inclusive a possibilidade das licitações para a compra de passagens. "Se eu juntar um pacote de 200, em vez de comprar uma passagem aqui, outra ali, poderemos usar o recurso da licitação, o que barateará a aquisição do produto", prevê o ministro.

Ao falar sobre os custos das viagens, Nelson Machado lembra que os agentes públicos precisam se locomover por um país de dimensões continentais. Cita, por exemplo, as operações de fiscalização dos ministérios como prioridades em que estão descartadas as economias. Mas ele admite que uma melhor organização dos ministérios pode

se reter em uma redução dos custos governamentais, meta perseguida dentro de um programa batizado com o nome de "Agenda da Eficiência".

Manutenção

A frente do Planejamento desde novembro do ano passado, quando substituiu Guido Mantega, nomeado para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Machado diz também que os gastos bilionários com passagens e parte da realidade de uma máquina pública cara e com baixa capacidade de investimentos. Segundo o ministro, o contraponto entre os custos de manutenção da máquina e as verbas alocadas nos ministérios para a realização de obras deve levar em conta também que parte do aumento dos gastos públicos está relacionada ao cumprimento de obrigações sociais previstas em lei.

"A construção de uma estrada, de um prédio ou a compra de uma máquina são fundamentais para o desenvolvimento do país, mas o pagamento da merenda escolar, o custeio de um remédio para o portador da Aids também são", argumenta Machado. "Não podemos santificar os investimentos e demonizar os gastos, porque dentro dessa fatia encontram-se despesas fundamentais para a sociedade."

Risco de crise fiscal

Na avaliação de especialistas em finanças públicas, uma das interpretações possíveis para justificar a discrepância entre a queda sistemática de investimentos em detrimento da constante elevação de gastos é o fantasma da crise fiscal que ronda o gerenciamento do dinheiro estatal.

O economista Raul Velloso explica que mesmo a partir dos bons resultados que o governo tem alcançado para fazer as reservas do superávit fiscal, a sede de conter a dívida pública é um dos fortes motivos a tuitar recursos de investimentos no país.

De acordo com o professor de Economia da PUC do Rio, Luiz Roberto Cunha, uma esperança para amenizar os efeitos da perda da capacidade de investimentos pode ser o projeto de Parcerias Público-Privadas (PPPs) aprovado recentemente pelo Congresso.

A proposta é de que a União divida com setores da iniciativa privada o aporte de recursos para a área de infra-estrutura que podem ajudar ao país a superar a lacuna da falta crônica de dinheiro em obras de investimento.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA Às 15:30 horas

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 225, DE 2004
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 225, de 2004, que *autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.*

Relator Revisor: Senador Valdir Raupp

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2005
(Proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 226, de 2004), que *institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF; da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista*

captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências.

Relator Revisor: Senadora Ideli Salvatti

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Heloísa Helena, que *dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.*

Parecer favorável, sob nº 1.696, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tião Viana.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Júlio Eduardo, que *modifica a redação dos arts. 20, III, e 26, I, da Constituição Federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas.*

Parecer favorável, sob nº 1.320, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 9, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).*

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 73, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *inclui novo inciso no § 9º, além de novos parágrafos no art. 165 da Constituição Federal (participação da população ou de entidades civis legalmente constituídas na elaboração, aprovação e execução do processo orçamentário).*

Parecer sob nº 1.398, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º*

da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças, tendo

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação, tendo*

Parecer sob nº 1.199, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 42, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 2004 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.971, de 2004, Relator: Senador Eduardo Suplicy), que *autoriza a contratação de crédito externo, no valor total de quinhentos e setenta e dois milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família.*

11

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2005, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004, além da Comissão

constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

12

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 22, de 2005, do Senador Edison Lobão, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176 e 340, de 2004, por regularem a mesma matéria.

13

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 44, de 2005, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 182, de 2003, e 352, de 2004, por regularem a mesma matéria.

14

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 55, de 2005, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 334 e 348, de 2004, por regularem a mesma matéria.

15

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 60, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, composta de sete membros e igual número de suplentes, destinada a planejar e coordenar a execução das atividades referentes às comemorações pelo Ano Internacional da Mulher Latino-Americana – 2005, instituído pelo Parlamento Latino-Americano.

16

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 61, de 2005, da Senadora Fátima Cleide,

solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 283 e 313, de 2004, por regularem a mesma matéria.

17

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 91, de 2005, do Senador Tião Viana, solicitando a criação de Comissão, composta de cinco membros, para, no prazo de sessenta dias, apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 17 minutos.)

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL
SENADOR RENAN CALHEIROS**

7-3-05

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Plenário do Senado Federal

15h – Ministro Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, acompanhado do Ministro Pádua Ribeiro

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

15h30 – Prefeita Rosiana Beltrão, Prefeita de Feliz Deserto – AL, Presidente da Associação dos Municípios Alagoanos, acompanhada de vários Prefeitos do Estado de Alagoas

Sala de Audiências da Presidência do Senado

18h – Cerimônia de abertura da VIII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios


Prevista a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Coordenado pelo Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da confederação Nacional dos Municípios

Hotel Blue Tree Park – SHTN, Trecho 1 Conj 1 Bloco C/D

Ata da 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 03 de março de 2005

Às dez horas do dia três de março de dois mil e cinco, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, com a presença dos Srs. Senadores Renan Calheiros, Presidente, Tião Viana, 1º Vice-Presidente, Antero Paes de Barros, 2º Vice-Presidente, Efraim Moraes, 1º Secretário, Paulo Octávio, 3º Secretário e Papaléo Paes, 2º Suplente de Secretário, deixam de comparecer por motivo justificado os Senadores João Alberto Souza, 2º Secretário e Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, reuniu-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente informou que da Presidência do Senado na sessão de 01.03.05 após estabelecer as novas regras de uso da palavra disse: "Da mesma forma determinamos ao Dr. Carreiro uma contrapartida: a disponibilização, em curtíssimo tempo, de tudo o que diz respeito ao exercício do mandato dos Senadores em tempo real, rapidamente. Pretende-se, desse modo, que, a partir do início do pronunciamento, em dez ou quinze minutos, seja possível disponibilizar na internet a imagem, o áudio e o texto do orador para evidentemente, facilitar a propagação que o Senador precisa no exercício do seu mandato." Para que ficasse registrada na Ata da Mesa essa determinação aos órgãos da Casa, e que fossem tomadas as providências necessárias para sua concretização. A seguir, propôs que os Requerimentos de Informações relatados por membros da Mesa passada com relatórios favoráveis, não havendo objeção do Colegiado, fossem submetidos a votos e assinados pela Mesa atual, na seguinte ordem: 1) nº 1390, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, ao Ministro das Relações Exteriores; nº 1418, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, ao Ministro da Educação e nº 1438, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, ao Ministro da Fazenda,

relatados pelo Senador Alberto Silva. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos dos relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Tendo em vista a aprovação do **Requerimento nº 1390, de 2004**, fica interrompida a tramitação do **Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002**. 2) **nº 1357, de 2004**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, ao Ministro da Previdência Social; **nº 1367, de 2004**, de autoria do Senador Romeu Tuma, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **nº 1378, de 2004**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário; **nºs 1404, 1405 e 1406, de 2004**, ao Presidente do Banco Central do Brasil, todos de autoria do Senador Rodolpho Tourinho; **nºs 1469 e 1470, de 2004**, à Ministra de Minas e Energia, ambos de autoria do Senador Edison Lobão; e **nº 1476, de 2004**, de autoria do Senador João Ribeiro, ao Ministro da Justiça, relatados pelo Senador Paulo Paim. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados nos termos dos relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 3) **nºs 1392 e 1398, de 2004**, ao Ministro da Previdência Social, com relatórios favoráveis com nova redação; **nºs 1399, 1400 e 1401, de 2004**, ao Ministro-Chefe da Casa Civil, todos de autoria do Senador Demóstenes Torres; **nº 1436, de 2004**, ao Ministro da Ciência e Tecnologia e **nº 1437, de 2004**, ao Ministro do Controle e da Transparência, ambos de autoria do Senador Arthur Virgílio; **nº 1467, de 2004**, de autoria do Senador Alvaro Dias, ao Ministro da Fazenda, todos com relatórios favoráveis do Senador Sérgio Zambiasi. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 4) **nºs 1448, de 2004**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, à Ministra de Minas e Energia, anteriormente despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2001; **nº 1478, de 2004**, à Ministra do Meio Ambiente; **nº 1479, de 2004**, à Ministra de Minas e Energia, ambos de autoria da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; **nº 1588, de 2004**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Ministro das Relações Exteriores e **nº 1589, de 2004**, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, à Ministra de Minas e Energia, relatados pelo Senador Romeu Tuma. Submetidos à

votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 5) O Senador Eduardo Siqueira Campos havia encaminhado à Mesa, anteriormente, relatórios, que foram lidos pelo Senador Papaléo Paes, favoráveis aos seguintes **Requerimentos de Informações: nº 1369, de 2004**, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário e **nº 1370, de 2004**, ao Ministro do Trabalho e Emprego, ambos de autoria da Senadora Heloísa Helena; **nº 1372, de 2004**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, à Ministra de Minas e Energia; **nº 1435, de 2004**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e **nº 1447, de 2004**, de autoria do Senador Osmar Dias, ao Ministro da Cultura. Submetidos à votação, os requerimentos foram aprovados, nos termos de seus relatórios, e remetidos à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. 6) O Senador Efraim Morais procedeu à leitura de seu relatório favorável ao **Requerimento de Informações nº 42, de 2005**, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, ao Ministro da Justiça. Submetido à votação, o requerimento foi aprovado, nos termos de seu relatório, e remetido à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, ao tempo em que determinou que eu,  (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavrasse a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata foi lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, às onze horas e quarenta minutos, declarou encerrada a reunião e assinou a presente Ata.

Senado Federal, em 24 de fevereiro de 2005


Senador Renan Calheiros
Presidente

ATO DO PRESIDENTE
Nº 013 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar o servidor **VICTOR GUIMARÃES VIEIRA**, do cargo, em comissão, de Diretor da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis, Símbolo FC-08, da Secretaria Especial de Informática, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, e designar para ocupar o mesmo cargo **MARCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES**.

Senado Federal, em 19 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 014 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, o servidor **CLAYLTON ZANLORENCI**, do cargo de Diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa, Símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 19 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 015 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar o servidor **PEDRO RICARDO ARAÚJO CARVALHO**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matrícula 50560, da Função Comissionada de Assistente Técnico, símbolo FC-6, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Secretaria de Segurança Legislativa, símbolo FC-9, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 1º de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 016 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Designar o servidor **JOSÉ MILTON DE MORES NETO**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matrícula 50651, para exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Polícia Ostensiva, símbolo FC-8, da Secretaria de Segurança Legislativa, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 1º de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 017 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar o servidor **ALEX ANDERSON COSTA NOBRE**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, matrícula 50912, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, símbolo FC-7, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Proteção a Autoridade, símbolo FC-8, da Secretaria de Segurança Legislativa, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 19 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 018 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

exonerar **SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO**, do cargo, em comissão, de Diretora da Coordenação de Treinamento, Símbolo FC-08, do Instituto Legislativo Brasileiro, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, e nomear para ocupar o mesmo cargo **CARLOS ROBERTO STUCKERT**.

Senado Federal, em 19 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE Nº 019 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial com a finalidade de organizar exposição de artistas plásticos brasileiros, de todas as unidades da Federação, no Senado Federal.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão na qualidade de Presidente, o Diretor da Subsecretaria de Relações Públicas, FRANCISCO ETELVINO BIONDO - matrícula 5458, e como membros o Diretor da Secretaria de Informação e Documentação, PAULO AFONSO LUSTOSA DE OLIVEIRA - matrícula 2543, TÂNIA TOLEDO TENÓRIO – matrícula 3460, WALESCA BORGES DA CUNHA E CRUZ – matrícula 5521.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de 90 (noventa), dias para a conclusão dos trabalhos.

Brasília, 7 de março de 2005.



Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 020 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

Exonerar o servidor **ANDRÉ LEANDRO MAGALHÃES**, do Cargo em Comissão, de Assessor Técnico do Diretor Nacional, da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal.

Senado Federal, em 7 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 021 , DE 2005**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

Exonerar a servidora **VÍRGÍNIA HELENA D'ALMEIDA COUTO PESSÔA**, matrícula 106383, do Cargo em Comissão, de Especialista em Comunicação e Marketing, símbolo AP-1, do Serviço de Desenvolvimento da Comunicação Virtual Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal.

Senado Federal, em 7 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 022 , DE 2005**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

Exonerar o servidor **ALACIEL FRANKLIN ALMEIDA**, matrícula 106346, do Cargo em Comissão, de Especialista em Educação, do Serviço de Desenvolvimento da Comunicação Virtual Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal.

Senado Federal, em 7 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 023 , DE 2005**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

nomear **EIITI SATO**, para exercer do Cargo em Comissão, de Especialista em Educação, do Serviço de Desenvolvimento da Comunicação Virtual Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal.

Senado Federal, em 7 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 024 , DE 2005**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

nomear **SORAIA REGINA DE OLIVEIRA**, para exercer o Cargo em Comissão, de Especialista em Comunicação e Marketing, símbolo AP-1, do Serviço de Desenvolvimento da Comunicação Virtual Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal.

Senado Federal, em 7 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE**Nº 025 . DE 2005**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o término da 2ª Sessão Legislativa, da 52ª Legislatura,

RESOLVE:

nomear **WEILLER DINIZ DE OLIVEIRA**, para exercer o Cargo em Comissão, de Assessor Técnico do Diretor Nacional, da Subsecretaria Especial do Programa Interlegis, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal.

Senado Federal, em 7 de março de 2005.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 034 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar o servidor Celso Dantas, matrícula 18585, para integrar como membro, a Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 11, de 2004, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de implantar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no Banco de Dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos Senadores e servidores ativos.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 07 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1017, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, Ato nº 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, observando o disposto no artigo 6º, do Ato da Comissão Diretora nº 002, de 2005.

RESOLVE:

Dispensar o servidor **ANTÔNIO ALBERTO DE CARVALHO**, matrícula 14786, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe do Serviço de Arquivo Legislativo, símbolo FC-7, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Diretor da Subsecretaria de Arquivo Permanente, da Secretaria de Arquivo, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2005.

Senado Federal, 04 de março de 2005.



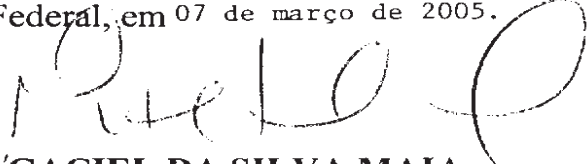
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1018 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003401/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO CAXIAS DE LIMA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 07 de março de 2005.



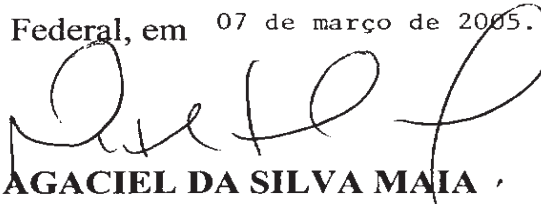
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1019 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.706/05-2 e 003.723/05-4,

R E S O L V E exonerar **ALEX CAVALCANTE ALVES**, matrícula n.º 181514, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-5 do Gabinete do Senador César Borges e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 07 de março de 2005.



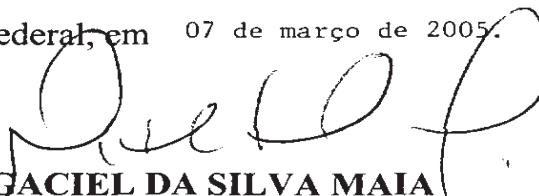
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1020 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003.739/05-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GILBERTO JESUS NASCIMENTO**, matrícula n.º 180.169, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 03 de março de 2005.

Senado Federal, em 07 de março de 2005.



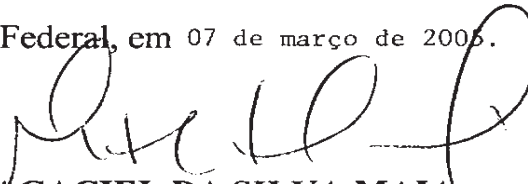
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1021 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003282/05-8**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **FLAVIANO SCHNEIDER**, matrícula n.º 168315, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência para o Gabinete do Senador Tião Viana.

Senado Federal, em 07 de março de 2005.



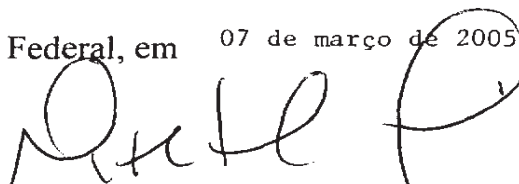
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1022 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.713/05-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSELINO DAS GRAÇAS OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Senado Federal, em 07 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1023 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.713/05-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IVONE LUIZ PIRES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Senado Federal, em 07 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1024 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.713/05-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GELISMAR GEORGE GODINHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Senado Federal, em 07 de março de 2005.



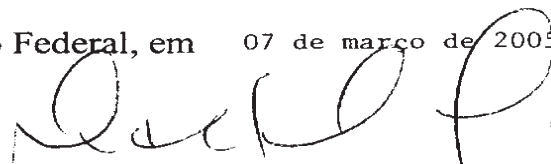
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1025 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.713/05-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GEÓRGIA DE ANDRADE LIMA MENDES MOTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Senado Federal, em 07 de março de 2005.



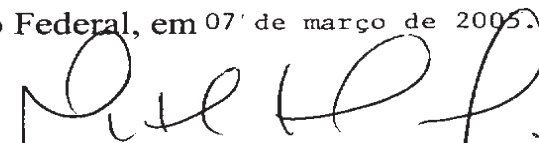
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1026 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.738/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANA DE ARAÚJO LEÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 07 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1027 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003.720/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA SUELI DANTAS DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 07 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Rosiana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PFL	Gilberto Miranda
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	S/partido	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Dulcília Ramos Calhão Irani Ribeiro dos Santos Janice de Carvalho Lima José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 3508) (Ramal: 3514) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Hermes Pinto Gomes Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3502) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo CCJ Gildete Leite de Melo CE Júlio Ricardo Borges Linhares CFC José Francisco B. de Carvalho CI Celso Antony Parente CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 4354) (Ramal: 4777) (Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomcej@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PB)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB -TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Professor Luizinho (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT – DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DA MAIORIA</u> PROFESSOR LUIZINHO PT-SP</p>	<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB</p>
<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA</p>	<p style="text-align: center;"><u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE</p>
<p style="text-align: center;"><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA</p>	<p style="text-align: center;"><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF</p>

Atualizado em 03.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 182 PÁGINAS